

VENDA PROIBIDA

GÊNERO NA PSICOLOGIA: TRANSVERSALIDADES

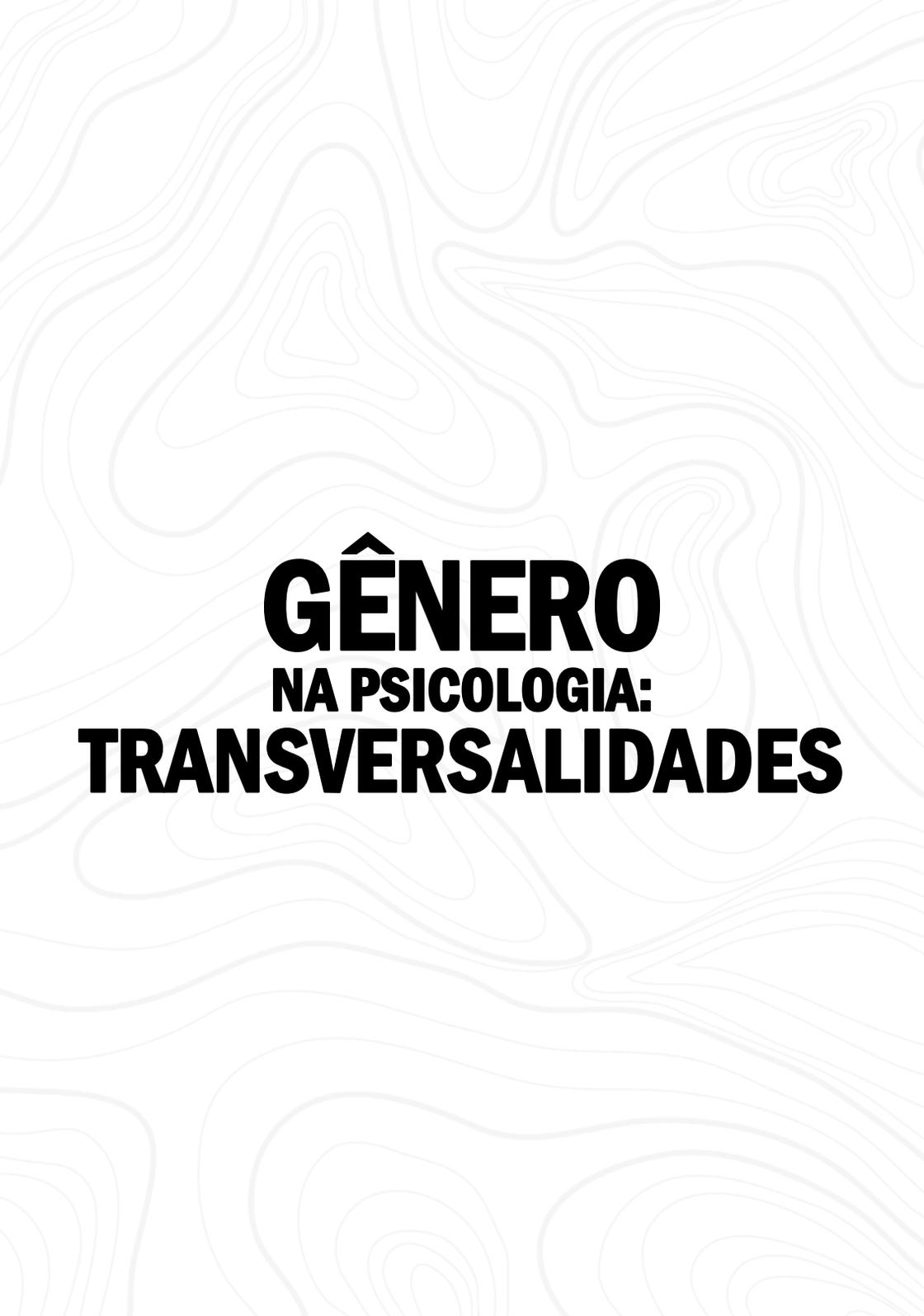


Conselho Regional
de Psicologia

3ª REGIÃO - BA

GRUPO DE TRABALHO RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA -
COMISSÃO DE MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO - BAHIA
2020**



GÊNERO
NA PSICOLOGIA:
TRANSVERSALIDADES

Conselho Regional de Psicologia da Bahia - 3ª Região

XV PLENÁRIO DO CRP-03 (2016 - 2019)

Diretoria:

Glória Maria Machado Pimentel (CRP-03/8457)
Eric Gamaliel dos Santos Vieira (CRP-03/7146)
Darlane Silva Vieira Andrade (CRP-03/3187)
Carmen Sílvia Silva Camuso Barros (CRP-03/6712)

Demais Conselheiras/os:

Alessandra Santos de Almeida (CRP-03/3642)
Anderson Fontes Passos Guimarães (CRP-03/6680)
Bruno Vivas de Sá (CRP-03/7197)
Carolina da Purificação Fonseca (CRP-03/12600)
Djean Ribeiro Gomes (CRP-03/13269)
José Costa dos Santos (CRP-03/7479)
Iara Maria Alves da Cruz Martins (CRP-03/10210)
Ivana Ventura da Silva (CRP-03/3494)
Itamar de Almeida Carneiro (CRP-03/12001)
Mailson Santos Pereira (CRP-03/7767)
Márcia Regina Bento de Araújo (CRP-03/1438)
Monaliza Cirino de Oliveira (CRP-03/9621)
Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280)
Valter da Mata Filho (CRP-03/1990)

XVI PLENÁRIO DO CRP-03 (2019 - 2022)

Diretoria:

Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280) de 26/09/2019
Iara Maria A. da C. Martins (CRP-03/10210) de 26/09/2019
Mailson Santos Pereira (CRP-03/7767) de 26/09/2019
Emmília DI Paula C. Dos Santos (CRP-03/5427) de 26/09/2019

Demais Conselheiras/os

Ana Caroline M. Cabral (CRP-03/5541)
Anderson Fontes P. Guimarães (CRP-03/6680)
Carolina da Purificação Fonseca (CRP-03/12600)
Ezevaldo Aquino dos Santos (CRP-03/9946)
Eurísa Maria de Santana (CRP-03/835)
Ivana Ventura da Silva (CRP-03/3494)
José Costa dos Santos (CRP-03/7479)
Leísa Mendes de Sousa (CRP-03/3977)
Monaliza C. de Oliveira (CRP-03/962)
Adelvan A. Lima Filho (CRP-03/12187)
Álvaro P. Palha Júnior (CRP-03/17376)
Atanael R. da S. Weber (CRP-03/13293)
Catiana Nogueira dos Santos (CRP-03/10974)
Gabriela M. Borges (CRP-03/8947)
Jacilândia R. Barros (CRP-03/5665)
Jaqueline Anjos Silva (CRP-03/8481)
Regiane Lacerda Santos (CRP-03/11508)
Rogério da S. Abílio (CRP-03/3208)
Vanina Miranda da Cruz (CRP-03/3228)
Washington Luan G. de Oliveira (CRP-03/18055)
Wendell S. Ferreira (CRP-03/12901)

COMISSÃO MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO

Coordenação: Darlane Silva Vieira Andrade (CRP-03/03187) (em 2019)
Vanina Miranda da Cruz (CRP-03/3228) (2019-atual)

GRUPO DE TRABALHO RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA

Coordenação: Vanina Miranda da Cruz (CRP-03/3228) (2017-2019)
Lara Araújo Roseira Cannone (CRP 03/16810) (2019-atual)

ALESSA MONTALVÃO OLIVEIRA DENEGA, DARLANE SILVA VIEIRA ANDRADE,
HELENA MIRANDA DOS SANTOS, LARA ARAÚJO ROSEIRA CANNONE,
VANINA MIRANDA DA CRUZ (ORGANIZADORAS)

GÊNERO NA PSICOLOGIA: TRANSVERSALIDADES

1ª EDIÇÃO

APOIO:



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia



Conselho Regional
de Psicologia

3ª REGIÃO - BA

GRUPO DE TRABALHO RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA -
COMISSÃO DE MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO - BAHIA
2020

Esta publicação é de livre distribuição. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte. O conteúdo de cada artigo é de inteira responsabilidade das(os) autoras(os).

Disponível em www.crp03.org.br

1a. Edição - 2020

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Abrasivo Digital

REVISÃO

Organizadoras do livro

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

IMPRESSÃO

200 cópias

DIREITOS PARA ESTA EDIÇÃO

Conselho Regional de Psicologia da Bahia - 3ª Região

Sede Rua Professor Aristides Novis, 27, Federação, Salvador - Bahia. CEP 40.210-630

www.crp03.org.br

Impresso no Brasil - 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326

Gênero na psicologia: transversalidades/ organizado por Alessa Montalvão Oliveira Denega, Darlane Silva Vieira Andrade, Helena Miranda dos Santos; et al. – Salvador: CRP-03, 2020.
6577 KB; PDF.

Várias colaboradoras.

Obra oriunda das atividades do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia – Comissão de Mulheres e Relações de Gênero do Conselho Regional de Psicologia 3ª Região – Bahia.

ISBN: 978-65-87931-00-5

1. Gênero. 2. Psicologia I. Denega, Alessa M. Oliveira, org. II. Andrade, Darlane S. Vieira., org. III. Santos, Helena Miranda dos, org.

CDU 347.156:159.9

Acho que essa será uma luta infinita e as vitórias que conquistamos nos permitem imaginar novas liberdades. Acredito que cada geração vai criar novos significados sobre o que é ser livre.

Angela Davis

SUMÁRIO

- 07** **PREFÁCIO**
Valeska Zanello
- 09** **APRESENTAÇÃO: “ESTAMOS EM MOVIMENTO ATÉ QUE TODAS ESTEJAM LIVRES E VIVAS”**
Alessa Montalvão Oliveira Denega, Darlane Silva Vieira Andrade, Helena Miranda dos Santos, Lara Araújo Roseira Cannone, Vanina Miranda da Cruz
- 19** **REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA**
Lara Araújo Roseira Cannone
- 31** **OS HOMENS QUE ODIAVAM - ODEIAM - AS MULHERES:
O ESCRUTÍNIO MORAL DAS MULHERES COMO MECANISMO DE
ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GÊNERO MODERNO/COLONIAL**
Paula Rita Bacellar Gonzaga
- 46** **AS POTENCIALIDADES DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA
E A ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**
Milena Azevedo
- 59** **ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA PROSTITUIÇÃO
FEMININA: ANÁLISE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE**
Maéli Arali Lima Rodrigues, Clarissa Iris Rocha Leite
- 74** **SEXTING, ADOLESCÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO**
Maíra Kubík Mano, Fabricio de Souza
- 86** **PSICOLOGIA ESCOLAR EM PERSPECTIVA DE GÊNERO:
REFLEXÕES PARA UMA PRÁTICA INSURGENTE**
Graciele Mendes de Carvalho
- 97** **ENTRE CONCESSÕES E RESISTÊNCIAS: A MULHER
BRASILEIRA NO CENÁRIO DO ESPORTE E LAZER**
Thaise Coutinho dos Santos, Fernanda Torres Faggiani
- 113** **INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA COM PESSOAS TRANS:
QUESTÕES ÉTICAS, TEÓRICAS E TÉCNICAS**
Gilmaro Nogueira
- 123** **“ANTIGUIDADE É POSTO”: UM OLHAR SOBRE A SUBJETIVIDADE TRANS* E SUAS
RELAÇÕES DE PODER EM TERREIROS DE CANDOMBLÉ DE SALVADOR/BA**
Claudenilson da Silva Dias, Almerson Cerqueira Passos
- 139** **RETRATOS DE AÇÕES QUE O GTRGP ORGANIZOU E PARTICIPOU (2017 – 2020)**
- 148** **QUEM É QUEM**

PREFÁCIO

A Psicologia é uma ciência relativamente jovem. Ainda assim, nas últimas décadas, alguns dos pressupostos assumidos por muitas de suas teorias têm sido colocados em questão, mesmo que de forma tímida. Dentre eles, podemos citar, sobretudo, a universalização, nas teorias clássicas, de um suposto “humano”, fora de suas condições existenciais, culturais e sociais concretas. Em geral, o epicentro naturalizado como parâmetro para todos os demais grupos é o sujeito homem, branco, cis, hetero e europeu/americano. Ele é o padrão que dita a norma através das quais outros grupos e modos de ser humanos serão escutados, compreendidos, avaliados. Ou seja, um patamar muito longe da realidade brasileira.

Levada para o âmbito da atuação das(os) profissionais psicólogas(os), e sob a pretensão de serem as teorias clássicas uma ciência “neutra”, a Psicologia tem sido exercida, muitas vezes, em nosso país, como forma de violência, ao tratar grupos diferentes do “padrão” (homem, branco, cis, hetero e europeu/americano) e cujas opressões sociais sofridas são peculiares, de uma maneira neutra, “universal” – maneira essa que é, na aparência, politicamente correta (“todos são iguais”), mas epistemológica e eticamente, bastante equivocada. Isso ocorre quando a(o) psicóloga(o) defende a ideia de que o “acolhimento” deve ser “neutro” e de que o que importa é o “ser humano”, como se “humano” fosse uma entidade metafísica. Como venho da clínica, posso sublinhar que o sofrimento nunca é abstrato, ele se dá em um corpo que foi gendrado, racializado, colocado em certos lugares sociais – simbólicos e reais, e impedido de ocupar outros espaços. Ou seja, o problema não é a existência de diferenças, seja de raça, gênero ou identidades, mas os mecanismos históricos, políticos e sociais que as transformaram/transformam em profundas desigualdades. A dor se configura assim na concretude dos processos sociais e biográficos, colocando para nós, psicólogas e psicólogos, a necessidade de pensarmos nessas especificidades e nos modos mais adequados de atendê-las e de, efetiva e eficazmente, “acolhê-las”. Não há acolhimento de verdade que não se dê na diferença e na qualificação/visibilização das desigualdades.

Defendo, então, que a Psicologia não é e nem deve pretender ser “neutra”: querendo ser neutra, opera política – e das piores – ao psicologizar problemas estruturais que afetam diretamente as vidas das pessoas. Ou seja, ao transformar o sofrimento de origem social, estrutural da sociedade, em algo meramente biográfico. Antes, a Psicologia deve se assumir como política, no sentido de que pode visibilizar/nomear processos adoecedores e, nessa tarefa, auxiliar os mecanismos de transformação, não apenas das(os) sujeitas(os) envolvidas(os), mas das estruturas sociais nas quais vivemos. Pretender-se neutro, nesse sentido, é – quer queira, quer não – cancelar o que já existe, dar o aval para que as coisas continuem como estão.

Um passo importante para a Psicologia brasileira poderia então ser resumido em dois pontos: como dever epistemológico e ético, deve-se, de um lado, proceder a uma verdadeira faxina epistemológica nos saberes reproduzidos, provindos de outros continentes, outros enquadres; e, por outro lado, precisa produzir novos conhecimentos, em sintonia com os contextos culturais de países mais próximos, como os da América Latina, e que retratem nossas realidades sociais e psicoemocionais.

Este livro é uma pedra na construção desse projeto, ao se abrir para qualificar a diversidade de gênero e raça que compõem nosso país. Nesse sentido, a presente publicação configura uma audácia importante ao propor como temática justamente aquilo que ainda é muito pouco discutido e problematizado tanto na ciência psicológica, quanto na maior parte dos cursos de Psicologia no país. E não só isso, assume deliberadamente a perspectiva da Psicologia feminista e antirracista: ou seja, que não naturaliza as violências, especialmente aquelas sofridas por negros, mulheres e grupos de identidades não cis e heterodissidentes. Ao ajudar a nomear e visibilizar questões, lança sua contribuição na construção das transformações. Em outras palavras: toma uma posição política.

O CRP-03 Bahia faz, assim, história e se torna vanguarda de um movimento que, espero, se espalhe pelo Brasil. Que nasçam ainda mais obras como essa!

Valeska Zanello

Profa. do Departamento de Psicologia Clínica/UnB

APRESENTAÇÃO: “ESTAMOS EM MOVIMENTO ATÉ QUE TODAS ESTEJAM LIVRES E VIVAS¹”

A Psicologia é uma ciência e profissão que surge no século XIX enquanto expertise aliada aos saberes médicos e filosóficos para, só tempos depois, conquistar sua independência enquanto disciplina autônoma. No Brasil, a regulamentação da profissão data de 1962. Essa breve lembrança histórica indica o caráter híbrido desde seus primórdios, o que certamente continua a se desenrolar nas variadas ramificações dos saberes psicológicos.

Sabemos que tanto o acesso como a produção do conhecimento possuem marcadores europeus, brancos, elitistas, cisheteronormativos e predominantemente compostos por homens, não sendo diferente na Psicologia. Entretanto, devido às mudanças sociopolíticas, a emergência das novas configurações acometeu o campo de maneira emblemática após a Segunda Guerra Mundial e, na América Latina, no pós-ditaduras. O período ascende à defesa dos Direitos Humanos e de grupos historicamente oprimidos, ganhando destaque as discussões e produções sobre relações raciais, de classe, de sexualidade e gênero.

O Movimento Feminista eclodido na década de 1960 certamente foi e continua sendo um dos mais expressivos na luta por garantia de tais pautas, rapidamente adentrando o ambiente acadêmico como uma das estratégias emancipatórias por via da reconstrução das ciências. Assim surge a vertente feminista na Psicologia. É importante notar que se trata também de um fazer político, com a denúncia da falsa neutralidade embutida na prática científica e a teia circulante de relações de poder que naturalizava as desigualdades entre os corpos humanos. A partir do posicionamento de mulheres psicólogas inconformadas com as evidentes assimetrias, interdições e equívocos baseados exclusivamente na lógica sexista, a Psicologia ganha novos paradigmas.

As psicólogas engajadas em ampliar as possibilidades de ser(em) mulher(es), balançaram o acometimento de gênero nas esferas pessoal e profissional, em uma ótica coletiva para pacientes/cliente, assistidas(os), colegas de profissão e teorias. Desde então é incitada à revisão teórico-metodológica de pesquisas, o rompimento com visões biologicistas ou essencialistas de feminilidade, masculinidade, e o reconhecimento da dimensão cultural nas diferenças sexuais e nas consequências hierárquicas dos privilégios proferidos aos homens.

¹ Lema da campanha do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP), da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero (COMREG) do Conselho Regional de Psicologia 3ª Região - Bahia (CRP-03) no ano de 2018 em que o GTRGP completou dez anos de existência e diversas ações foram fomentadas no intuito de visibilizar o debate acerca das questões de gênero, com foco principalmente nas mulheres.

A Psicologia Feminista tem sido um instrumento para evidenciar as redes entre os espaços públicos e privados, entre a subjetividade, a saúde mental e as estruturas sociais de cunho patriarcal. Identifica-se, a partir dela, que na reprodução das relações de poder existem sujeitas(os) acometidas(os), corporificando a discussão muitas vezes permeada só pelo macrosocial. Desdobra-se em compreender o processo de expectativas de gênero nas fases da vida, da gestação à velhice; das fantasias inscritas no simbólico pela cultura que segregam meninas, meninos, mulheres, homens e, ainda, inserem apenas essas duas possibilidades (binárias) de existência.

O gênero não se configura como apenas um sinônimo de sexo. De outro modo, convoca a Psicologia a perceber as influências nos comportamentos, cobranças de desempenho, papéis sociais, modos de se relacionar com o outro, possibilidades e aprisionamentos a partir de uma ótica política, crítica, não reprodutora de violências, ou seja, que traga uma leitura feminista do fenômeno.

Desse modo, a Psicologia Feminista se preocupa com medidas de transformação social, de intervenção frente às injustiças, feminicídio, assédio e agressão contra mulheres, transfobia, lesbofobia, bifobia, racismo, dentre outros preconceitos, opressões e formas de violência, como a simbólica, nos discursos e representações. Também, a Psicologia Feminista está atenta à imposição de padrões estéticos que tentam regular vivências e reduzir as mulheres a uma ideia de mulher universal – e aos homens um ideal de masculinidade que se quer tóxica –, bem como tem como foco a promoção de saúde mental. Tudo isto vem sendo estudado de forma atenta às especificidades, porém integrada com as interseccionalidades – cruzamento dos marcadores sociais de gênero, raça, sexualidade, classe social, geração, para citar alguns. Em termos da trajetória da Psicologia, também é função da vertente feminista visibilizar os feitos de mulheres na profissão, revisitar a ética para a práxis, fomentar reestruturações institucionais, problematizar o androcentrismo enraizado, trazer à tona temáticas marginalizadas.

Não podemos esquecer a recorrência avassaladora de estupros, a noção de maternidade-casamento-heterossexualidade compulsórios, os índices brasileiros de intolerância à diversidade, os prejuízos físicos, psicológicos e materiais às mulheres sejam elas cis, transexuais ou travestis (cada uma delas experienciando a sua opressão a partir do seu lugar de fala), a erradicação da vida e as mortes simbólicas movidas pelo ódio ao feminino, pela misoginia internalizada. Entendemos que a Psicologia não pode ser alheia à realidade das demandas cotidianas que são reiteradas no social; caso contrário, não se trata de uma ciência e profissão voltada para o cuidado de todas(os). É com isto que a Psicologia Feminista se compromete. É este o compromisso do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP), da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero (COMREG) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), e de toda gestão deste Conselho.

O livro “Gênero na Psicologia: transversalidades” é a expressão do empenho do GTRGP, da COMREG e das gestões do CRP-03 que participaram de sua construção, os XV e XVI Plenários – gestões “Psicologias em Movimento”. Este livro é mais uma das diversas ações do Conselho Regional de Psicologia da Bahia que atende à função precípua desta Autarquia de orientar a categoria de profissionais da Psicologia, neste caso, no que tange à atuação com as questões de gênero, visando a defesa e garantia de direitos humanos principalmente para mulheres em situação de violência. O GTRGP nasceu em 2008, naquela época integrando a Comissão de Direitos Humanos deste Conselho Regional. Os seus 10 anos de existência em 2018 foram celebrados com uma série de atividades especialmente no mês das mulheres: debates em seminários, rodas de conversa, participação em marchas pelo mês das mulheres e outras, incluindo o início da produção deste livro.

O GTRGP vem, ao longo desse período, se constituindo como um espaço dinâmico que atua na perspectiva de proporcionar debates e ações acerca das questões de gênero vivenciadas na nossa sociedade, realizando reuniões temáticas, oficinas, palestras, rodas de conversa, exibição de filmes e debates, exposições, produções de notas de repúdio, além de livros, tendo como público participante, em sua maioria, psicólogas(os) e estudantes de Psicologia. As ações do Grupo são articuladas também com outros GT’s e Comissões dentro do CRP-03 (na capital e no interior do Estado) e para fora dele no Sistema Conselhos de Psicologia (composto atualmente pelo Conselho Federal e por 24 Conselhos Regionais), com instituições de ensino, pesquisa, com movimentos sociais – de mulheres e feministas –, e como representantes do CRP-03 em instâncias de controle social. Também busca diálogo com outras áreas de saber e atuação profissional, circulando por eventos dentro e fora do país.

Com a crescente demanda para a discussão e o fomento de ações no CRP-03 em torno da temática sobre mulheres, relações de gênero, identidades de gênero e sexualidades, em abril de 2019, foi aprovada pelo XV Plenário a criação da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero. Desde então, o GTRGP e outros grupos de trabalho (mais um na capital, o GT Psicologia, sexualidades e identidades de gênero; e três no interior do Estado: GT’s Psicologia, sexualidades e identidades de gênero e o Grupo de Trabalho Psicologia e Política para Mulheres, em Feira de Santana; GT Gênero, Diversidade e Psicologia, na cidade de Iheus) passaram a compor essa nova Comissão que já nasce com a produção deste livro em andamento.

O livro é o terceiro organizado por integrantes do GTRGP deste Conselho, trazendo no título a temática geral sobre “Gênero na Psicologia” (o primeiro livro intitulava-se “Gênero na Psicologia: articulações e discussões, de 2013; e o segundo, “Gênero na Psicologia: saberes e práticas”, publicado em 2016)², abordando “gênero” como uma

² Os dois livros e demais publicações do CRP-03 estão disponíveis para download no site: https://www.crp03.org.br/tipo_midia/publicacoes/

categoria de análise para a Psicologia baiana, bem como trazendo as colaborações da Psicologia para os estudos de gênero numa perspectiva feminista e decolonial. Isto tem sido feito a partir de estudos e práticas de profissionais de Psicologia e áreas afins, em diferentes contextos e com diferentes assuntos, mostrando, especialmente nesta terceira publicação, como as temáticas são transversalizadas – daí o título.

Qual a importância de uma publicação sobre gênero na Psicologia? Consideramos, primeiro, que nossa profissão tem o compromisso com a defesa dos direitos humanos, a discussão de gênero na Psicologia colabora com a leitura das relações sociais no que tange principalmente ao reconhecimento das violências de gênero³ que, de modo interseccional, causam sofrimento psíquico e resultam no seu extremo, no feminicídio, e em outros crimes contra quem não segue as cisheteronormas impostas sob a égide de um sistema patriarcal que ainda rege a nossa cultura e sociedade.

Dados do Atlas da Violência (2019)⁴ revelam que a Bahia é o 13º Estado em índices de feminicídio apresentados em 2017, no Brasil. A Bahia também tem proporção significativa quando se trata da LGTBfobia, sendo alta ainda a morte desta população no estado, ocupando o terceiro lugar no ano de 2018⁵, segundo relatório do Grupo Gay da Bahia no ano informado, com 35 mortes (homicídios e suicídios) em um total de 420 registros no ano. Estas violências se interseccionam com o racismo, o classismo, o capacitismo, o etarismo, dando um tom multifacetado ao fenômeno. Neste sentido, também falamos em “violências” pluralizadas e sobrepostas (Vanessa CAVALCANTI, 2009)⁶, pois uma violência psicológica, por exemplo, pode vir associada a outras: vio-

³ Violência de gênero é entendida como “qualquer tipo de violência que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual”, segundo Cecília Sardenberg e Márcia Tavares (2016, p. 8), na Introdução do livro organizado por elas: SARDENBERG, Cecília; TAVARES, Márcia (orgs.) **Violência de gênero contra mulheres** - suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA. 2016. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/q7h4k/pdf/sardenberg-9788523220167.pdf> Acesso em 10 jun 2019

⁴ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (orgs.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acesso em 10 jun 2019

⁵ GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil**. Relatório, 2018. Salvador, GGB, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/darla/Downloads/relatório-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf> Acesso em 17 abr. 2020

⁶ CAVALCANTI, Vanessa, “Violência(s) sobreposta(s): Contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças”. Em: DIAS, Isabel (org.) **Violência doméstica e de gênero: Uma abordagem multidisciplinar**, Lisboa, Pactor, pp. 97-122

lência sexual, patrimonial, moral, além da violência física. E estas violências estarão presentes como demandas para atuação da Psicologia em todos os contextos.

Para melhor atuar com a temática, é necessário que as discussões sobre direitos humanos, relações de gênero, raça, sexualidades, etc., estejam nas formações – graduações e pós graduações – e sejam pauta de ações de orientação do Sistema Conselhos de Psicologia. Este é o segundo ponto: a importância do tema na formação e na atuação profissional. Para isso, é importante conhecer as leis que protegem populações mais vulneráveis, como a Lei Maria da Penha (LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006), as Leis contra o racismo (LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989) e a homofobia (LEI Nº 7041, DE 15 DE JULHO DE 2015). O sistema Conselhos de Psicologia também tem construído resoluções e notas de orientação para atuação com as temáticas, destacando as do CFP: Resolução CFP 01/1999 – que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação à questão da Orientação Sexual; Resolução CFP 01/2018 – que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação às pessoas transexuais e travestis; e a Nota técnica de orientação profissional em casos de violência contra a mulher: casos para a quebra do sigilo profissional, publicada em 2016. O CFP tem aprovada uma Resolução específica sobre atendimento a mulheres em situação de violência, em aguardo de sua publicação.

Destacamos também que há publicações do CFP, do CRP-03 e de outros Conselhos Regionais com orientações para atuação com mulheres em situação de violência, violência contra LGBT's, tais como guias, cartilhas, vídeos, além da promoção de debates e campanhas, e muitas estão disponibilizadas na aba "Mulheres" no site do CRP-03⁷, junto com as Resoluções e Notas citadas, criada para visibilizar esta temática. Citamos ainda a existência dos diversos Grupos de trabalho e Comissões específicos no Sistema Conselhos de Psicologia para a discussão sobre mulheres, relações de gênero e sexualidades.

A nossa atuação profissional também requer autorreflexão por sermos 89% de mulheres na profissão⁸ e estarmos imersas no contexto global de desigualdades entre os gêneros, por estarmos inseridas em sistemas de exclusões e violações, por sermos afetadas diretamente por violências que podemos visualizar em outras mulheres. Esta autorreflexão é suscitada a partir de uma perspectiva feminista, que entende que o conhecimento é corporificado, e as experiências, neste sentido, têm grande valia nesta construção. Desse modo, utilizamos a categoria gênero para olhar o contexto e trajetória histórica no qual estas experiências vêm sendo construídas para as(nós) mulheres cotidianamente. São exemplos as exclusões baseadas em estereótipos acerca do que

⁷ Acesso no link: <https://www.crp03.org.br/mulheres-e-relacoes-de-genero/>

⁸ LHULLIER, Louise A. (org.) **Quem é a Psicóloga brasileira?** Mulher, Psicologia e Trabalho / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.

é “ser mulher” e “ser homem” na nossa sociedade, entendendo que estas ainda se incluem numa visão binária e limitada de reconhecimento acerca da diversidade e da fluidez das identidades, comportamentos e papéis de gênero.

Um terceiro ponto é a adoção de uma fundamentação teórica e epistemológica feminista que se vale do conceito de gênero para melhor compreensão das relações sociais (desiguais) em nossa cultura e sociedade. Para compreensão da percepção sobre gênero e suas relações, adotamos o conceito de “gênero” como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...] e uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (Joan SCOTT, 1995, p. 71 e 99)⁹. Esta categoria vem sendo lida e relida pelos Feminismos, contudo, a noção aqui posta contempla o propósito de olhar o modo como as relações sociais expressam relações de poder que estão localizadas sócio, histórica e discursivamente.

Ao longo deste livro, esta noção é reiterada pelas(os) autoras(es), somadas à outras perspectivas acerca do conceito de gênero, resguardando, contudo, seu caráter político e interseccional. Afinal, reconhecer as bases sexistas da nossa cultura e sociedade não é possível sem olhar para as amarras do racismo, especialmente na Bahia.

Desde o lugar de psicólogas feministas baianas, situamos que é a partir deste que construímos um modo próprio de fazer Psicologia e é isto o que sintetiza nossa prática nestes pouco mais de dez anos de existência: uma Psicologia Feminista Baiana. Uma Psicologia atenta às heranças do processo de colonização, aos sofrimentos que ainda causam a nossos povos tradicionais, ribeirinhos, do campo e da cidade, do interior e da capital; e também reconhecendo a diversidade cultural dos diferentes territórios, e das diversas formas de (sobre)vivências e (re)existências.

Em cada texto deste livro, esse modo de fazer Psicologia vai se revelando, além do tom dos debates, também na forma de escrever: em primeira pessoa, dando visibilidade à quem produz o conhecimento, ao incluirmos os prenomes das autoras e autores, e fazendo o uso da escrita gendrada, de modo que as mulheres e tudo que se refira ao feminino não fique invisibilizado no uso do artigo masculino. Fazemos uma ressalva da limitação que a escrita gendrada ainda apresenta para incluir as pessoas que não se identificam no binarismo dos artigos femininos e masculinos, e apontamos a necessidade de, em futuras produções, incluirmos o “e” para efetivamente contemplarmos a todas, todos e todes.

Este livro contém nove capítulos com escritos que partem de experiências profissionais e estudos sobre temáticas e áreas que transversalizam a discussão de gênero, fazendo uso desta categoria para tecer problematizações acerca de diversas violações de direito, perpassando o olhar para temas que são caros para o GTRGP e às gestões do CRP-03 como um todo. Temas estes que seguem os princípios destas

⁹ SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71 e 99, dez. 1995.

gestões no que tange à defesa irrestrita dos direitos humanos, das políticas públicas, da diversidade e da laicidade da Psicologia. As(os) autoras(es) nos presenteiam com as temáticas: a participação das mulheres na gestão da Psicologia brasileira, o fenômeno da violência contra as mulheres, a questão do aborto e violência contra a população LGBT, bem como as experiências que transversalizam gênero, sexualidade e educação.

Este livro aborda também temáticas que pouco são contempladas em publicações do gênero: a Psicologia e a atuação no contexto da prostituição; a atuação clínica com pessoas trans; religiosidade e transexualidade; o (não)lugar das mulheres no esporte e a atuação da Psicologia na área; e o uso de tecnologias de comunicação entre adolescentes a partir de um olhar de gênero e feminista.

O primeiro capítulo foi escrito por Lara Araújo Roseira Cannone e intitulado “A representação de mulheres no Sistema Conselhos de Psicologia”. Este apresenta reflexões importantes sobre a ocupação de mulheres em cargos de poder na gestão da profissão, ou seja, como conselheiras nos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, e o quanto ainda estão subrepresentadas no espaço público formal, quantitativamente e qualitativamente. Considerando a perspectiva interseccional, destaca que o acesso aos cargos mais altos também é desigual entre as mulheres e, ao articular raça e gênero, evidencia que as mulheres negras, ao enfrentarem estes obstáculos, são as mais prejudicadas na política. A autora faz um levantamento no site dos Conselhos de Psicologia para conhecer o quantitativo de mulheres ocupando os cargos de conselheiras em todo país. Chama atenção para o fato de que embora cerca de 10% da categoria profissional da Psicologia seja composta por homens, eles ainda ocupam cerca de metade das posições no Sistema Conselhos de Psicologia, para a atual gestão (2019-2022).

As temáticas violência simbólica contra mulheres e a questão do aborto estão no texto “Os homens que odiavam – odeiam – as mulheres: o escrutínio moral das mulheres como mecanismo de atualização do sistema de gênero moderno/colonial”, de autoria de Paula Rita Bacellar Gonzaga. A autora problematiza os recentes discursos de representantes de cargos políticos no Brasil que corroboram com a naturalização da violência simbólica. Sinaliza que este tipo de narrativa produz sofrimento mental, isolamento, sentimento de culpa, constrangimento e promove a deslegitimação das vozes das mulheres em situações de violência. Apresenta também, a partir do seu estudo de Mestrado, falas de mulheres que abordam as suas experiências de elaboração de seus itinerários abortivos e o relato das diversas formas de violência que sofreram ao longo de suas vidas. Para uma análise a partir da Psicologia Feminista Decolonial, a autora explica como as produções discursivas têm reforçado a hierarquização dicotômica para as mulheres e de culpabilização, o que limita a sua própria existência e a superação de relações abusivas.

Seguindo a temática violência contra as mulheres, Milena Nogueira Azevedo, no seu texto “As potencialidades da Psicologia na atenção primária e a assistência às

mulheres em situação de violência”, traz um debate importante sobre o papel da Psicologia na atenção primária às mulheres em situação de violência. A autora contextualiza como a política de atenção primária se estrutura no Brasil e sinaliza as mudanças em curso para compreendermos as principais demandas e desafios para a Psicologia na atuação com políticas públicas de saúde, especialmente. Transversaliza a discussão de gênero neste campo, fundamental para a compreensão das desigualdades sociais que estão na base das violências, bem como os documentos, fundamentados nesta perspectiva, que temos a nível de orientação para a categoria prover uma atuação qualificada como as produções do CFP e CRP-03: notas técnicas, guias de orientação e publicações em livros. As contribuições da autora partem das suas reflexões a partir do seu campo de atuação profissional e de estudos, enriquecendo o texto.

O ensaio “Atuação da Psicologia no contexto da prostituição feminina: uma análise de gênero, raça e classe”, de autoria de Maéli Arali Lima Rodrigues e Clarissa Iris Rocha Leite, apresenta reflexões sobre a vivência e dificuldades que perpassam o cotidiano de mulheres que já estiveram ou encontram-se em situação de prostituição, a partir da análise de discurso de relatos obtidos em oficinas terapêuticas através do método da pesquisa-ação. Com isto, a autora objetiva fomentar o debate situando-o como um desafio à prática psi, ressaltando as diversas vulnerabilidades as quais tais mulheres encontram-se expostas – que incluem diversas violências, dentre elas, a violência de gênero e o racismo – alertando sobre a importância de percebermos como os marcadores sociais de raça, classe e geração incidem de modo específico nas diferentes mulheres. Algumas dificuldades socioestruturais são identificadas em tais contextos como baixa remuneração, violências, exclusões e estigmas, afetando, assim, a saúde das mulheres em situação de prostituição, cabendo à Psicologia uma maior aproximação no intuito de incentivar o debate, a prática pautada no acolhimento, na promoção de saúde e no cuidado amplo a essas mulheres.

Maíra Kubík Mano e Fabricio de Souza, no texto “*Sexting*, adolescência e relações de gênero” trouxeram um debate sobre práticas em torno da sexualidade de adolescentes a partir do uso de tecnologias da informação, com a ocorrência do *sexting* entre adolescentes de ambos os sexos. Ou seja, observaram como o compartilhamento de conteúdos íntimos por meio de textos, imagens ou vídeos causam efeitos sentidos pelas(os) adolescentes, principalmente para as meninas. Buscam, assim, também refletir sobre o uso dos dispositivos comunicacionais móveis de acordo com as noções de público e de privado à luz das teorias feministas e quais os desafios para atuação da Psicologia na intervenção com a temática, principalmente a nível educacional. As reflexões suscitadas pelas(os) autoras(es) partem de análises das falas de adolescentes, cuidadoras(es) e professoras que utilizaram canais virtuais para buscar auxílio em função do sofrimento advindo da prática do *sexting*, abarcando o próprio sofrimento como adolescentes e o sofrimento de cuidadoras(es) e educadoras(es) que buscaram ajuda para estas(es).

Transversalizando as discussões de gênero na educação, em especial na atuação em Psicologia Escolar, Graciele Mendes de Carvalho no texto “Psicologia escolar em perspectiva de gênero: reflexões para uma prática insurgente”, traz reflexões a partir do seu relato de experiência na área. A autora problematiza o quanto a Psicologia tem sido chamada a atuar na escola ainda numa perspectiva clínica e normatizadora, especialmente visando “enquadrar” alunas e alunos a terem comportamentos de gênero esperados socialmente, ou seja, estereotipados, exercendo, assim, uma pedagogia de gênero que tem violado direitos. A autora traz vários exemplos de como esta pedagogia tem sido vista no contexto escolar onde atua e, assim como outras(os) autoras(es) neste livro, reafirma a importância de incluir a discussão de gênero na formação e atuação profissional, de modo a compreender como lidar com as demandas escolares respeitando as expressões diversas de comportamentos, identidades, e garantindo que a Psicologia cumpra seu papel como uma ciência e profissão embasada nos direitos humanos e que promova igualdade de gênero por onde atue.

O texto de Thaise Coutinho dos Santos e Fernanda Torres Faggiani, “Entre concessões e resistências: a mulher brasileira no cenário do esporte e lazer”, transversaliza a discussão sobre mulheres e igualdade de gênero no esporte mundial e brasileiro. As autoras resgatam o histórico da prática de esporte da Antiguidade aos tempos Modernos e apresentam como as mulheres foram conquistando espaço neste cenário masculino. Mostram, assim, a importância da luta pela igualdade de gênero no esporte e o papel da Psicologia neste cenário, bem como sinalizam a existência de um campo importante de atuação: a Psicologia do esporte.

Os dois textos seguintes ampliam a discussão de gênero para pensar a transgeneridade e os desafios para atuação da Psicologia. Gilmaro Nogueira, no ensaio “Intervenção psicológica com pessoas trans – questões éticas, teóricas e técnicas”, contribui com questões pertinentes para a atuação da Psicologia clínica com pessoas trans, questionando intervenções que ainda se utilizam de visões acríticas, ahistóricas sobre as(os) sujeitas(os) fora das cisheteronormas para patologizá-las(os). Este tipo de abordagem ainda é muito comum na Psicologia, a exemplo da atuação com crianças trans. O autor problematiza o fato de que, apesar de haver normativas que estabelecem critérios específicos de atuação das(os) psicólogas(os) no que se refere às identidades sexuais e de gênero diversas, por meio das resoluções do CFP 01/1999 e CFP 01/2018 que proíbem, respectivamente, a visão da homossexualidade e da transexualidade como patologias – e por isso não passíveis de tratamento – há ainda a necessidade do investimento na formação e orientação para que a atuação da Psicologia seja efetivamente contextualizada sócio, histórica e politicamente, e que vise a garantia dos direitos humanos.

Almerson Cerqueira Passos e Claudenilson da Silva Dias, com o texto “Antiguidade é posto: um olhar sobre a subjetividade trans* e suas relações de poder em terreiros de can-

domblé de Salvador/Ba”, colaboram trazendo um tema inédito para as publicações deste GT e de grande pertinência, que é a religiosidade. Os autores fazem dialogar laicidade, diversidade, além de direitos humanos e políticas públicas ao apresentarem análise de estudo sobre pessoas trans* adeptas ao candomblé em Salvador, reportando estes espaços como de acolhimento, mas também de manutenção das normas binárias de gênero. Com o debate, apresentam desafios para a Psicologia adentrar o terreno das subjetividades de pessoas trans* e da religiosidade, em especial nas religiões de matrizes africanas, de modo a não patologizar as expressões dissidentes das cisheteronormas e colaborar de modo mais efetivo na garantia de direitos pela livre expressão de fé, cultura e de identidades. Chamam atenção também para a importância de transversalizar os estudos de gênero nas Universidades, espaços que qualificam e instrumentalizam as pessoas para o exercício da profissão.

Para finalizar o livro, incluímos uma sessão que retrata algumas das ações realizadas nos últimos três anos pelo GTRGP e também pela COMREG, no intuito de evidenciarmos as nossas experiências sobre como tem sido fazer uma Psicologia Feminista Baiana dentro do Conselho de Psicologia. Da Bahia, buscamos, nestes últimos doze anos, levar a riqueza da nossa regionalidade, das nossas diferenças culturais, dos diversos lugares de fala das mulheres que estão e que já passaram pelo GTRGP, deixando, em cada ação realizada, a mensagem de que juntas somos mais fortes e podemos movimentar as Psicologias com mais sororidade. Nos espaços por onde transitamos, dentro e fora do CRP-03, entrelaçamos nossas diferenças com foco na diversidade da nossa “mulheridade”, no afeto, nas trocas, no suporte, na amizade e na vivência salutar para além de sermos psicólogas: sermos mulheres, amigas, fortes, humanas. Como bem diz Sandra Azerêdo (2011, p. 103)¹⁰, “falar da amizade talvez seja uma boa forma de irmos concluindo (no gerúndio) essas ideias sobre o preconceito” e assim, quem sabe, vamos construindo uma sociedade mais amorosa, acolhedora e solidária.

Esperamos que todas, todos e todes desfrutem da leitura deste livro!

Alessa Montalvão Oliveira Denega

Darlane Silva Vieira Andrade

Helena Miranda dos Santos

Vanina Miranda da Cruz

Lara Araújo Roseira Cannone

Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia
Comissão Mulheres e Relações de Gênero
Conselho Regional de Psicologia da Bahia – 3ª Região

¹⁰AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a mulher**: diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2011

REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA

Lara Araújo Roseira Cannone

Introdução

Mesmo com a grande diversidade da população brasileira, Nilma Lino Gomes (2018), ex-ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, reflete que as relações coloniais, patriarcais e racistas não foram superadas no país. O povo característico pelas pluralidades de classe, raça/etnia, gênero, região e cultura prossegue com representações políticas que não refletem suas especificidades. Isso se torna ilustrativo nas análises dos mecanismos de apagamento das mulheres por parte da política nacional.

A participação das mulheres geralmente é considerada apenas em lutas que se referem a questões particulares às mesmas, sofrendo isolamento histórico das demais ocasiões. Ainda se tem em vista que o ambiente público é destinado aos homens e as mulheres pertencem ao privado; enquanto isso, a discussão sobre o impacto do público e do privado na participação feminina na política geralmente não é levada em conta por serem sub-representadas na esfera formal, qualitativa e quantitativamente (Ana Alice COSTA, 1998).

Esse padrão de não lugar da mulher no ambiente público continua se refletindo nas produções científicas que omitem os embates, os marcos da presença feminina e expõem surpresa em situações que desviam do padrão esperado pelo sexismo. Os próprios estudos feministas, atenta Ana Alice Costa (1998), pouco aprofundam a temática da mulher no poder e quando o fazem, diz respeito a atuações comunitárias e não institucionais.

Ao se tratar de mulheres negras, Sueli Carneiro (2009) aponta que a dificuldade em chegar ao poder perpassa por inúmeras fronteiras que incessantemente se atualizam na intenção de afastá-las, ou fazer com que desistam, seja através do imaginário social, racismo, ceticismo ou pela exclusão direta. Para superar esse quadro, indica a importância do combate ao racismo, políticas de capacitação e fortalecimento de organizações de mulheres negras.

Dialogando com a Psicologia, a mesma carrega em sua origem saberes baseados no binarismo sexual, universalização e a-historicidade da condição humana. Sendo assim, os paradigmas fundantes se distanciaram da criticidade e da política. Essa é e continua sendo a realidade habitual da profissão, mas mudanças têm sido observadas através das crescentes militâncias, práticas comprometidas e engajamento do Sistema Conselhos com os Direitos Humanos (Darlane ANDRADE; Helena SANTOS; Marta CAMPOS, 2013).

Sabe-se que a cada dez profissionais da área, nove são mulheres. Esse dado demonstra explicitamente que a Psicologia brasileira contemporânea é, numericamente,

feminina. Em contrapartida, a presença masculina tem sido mais marcante na produção científica, como referência na profissão e em cargos de destaque:

são os homens psicólogos que geralmente ganham destaque na mídia, apresentando-se como referências em programas de TV, por exemplo, além de serem eles os principais autores/construtores de teorias no campo da Psicologia (Darlane ANDRADE; Helena SANTOS; Marta CAMPOS, 2013, p.81).

É possível afirmar que desafios ainda são encontrados para a visibilidade e protagonismo feminino, sendo o campo político uma potência nesse sentido. Torna-se, então, curioso pensar qual o lugar das mulheres e das relações de gênero na Psicologia e ampliar os registros da ocupação das mesmas nesse espaço hegemonicamente regido pelo androcentrismo.

Representação de mulheres no poder

Ana Alice Costa (1998) encara o poder como o caráter de decidir a respeito da própria vida e também de terceiros. Sendo as mulheres tratadas historicamente como objetos controlados, e não controladores, o poder enquanto dispositivo tende a servir aos interesses masculinos e são reproduzidos por ambos em prol da opressão feminina e privilégios dos homens. Cabe então o lugar de não-poder às mulheres.

A autora parte do conceito de cidadania e da exclusão da esfera pública no processo milenar da exclusão das mulheres. A cidadania para as mulheres não foi uma realidade por quase toda a história e a vida pública só se destinava aos cidadãos, logo, seu papel era secundário e destinado a auxiliar os interesses dos homens – os únicos detentores de direitos e poder.

Em decorrência disso se consolidou o essencialismo enviesado sobre a feminilidade e a masculinidade, assim como se dificulta a mobilidade dessa posição. Até mesmo em ocasional inserção no espaço público, a presença feminina é dotada de inferiorização nos salários, prestígio, cargos e oportunidades. Sendo assim, é preciso denunciar esses ocorridos e visibilizar experiências diferentes do cenário hegemônico, nas quais mulheres possuem autonomia e resistência.

Autora importante para essa discussão, Carole Pateman (1993) traz que o contrato social se endereça ao espaço público, portanto às atividades do homem, e descarta interesse no espaço privado por concebê-lo enquanto parte da intimidade, não como político. Desse modo, foi por intermédio do patriarcado que se conduziu o contexto do Liberalismo e a categoria de cidadão, impondo à mulher o que Pateman vai chamar de contrato sexual: se fortalece o poder público do homem ao mesmo tempo que para isso é necessária a afirmação da natureza feminina irracional, sentimental, reprodutiva e dependente da figura masculina.

Seria um desserviço omitir, assim como se é feito na história tradicional, a movimentação subversiva das mulheres. Longe de se contentar com a passividade e submissão compulsória, a participação feminina nas lutas sempre foi um fato. Apesar de não atingirem a emancipação esperada, sofrendo boicotes dos próprios aliados, Ana Alice Costa (1998) enfatiza o enfraquecimento do patriarcado como o ganho principal da mobilização das mulheres.

A luta das mulheres pelo reconhecimento da cidadania é, portanto, o mesmo que falar no direito de circular entre os espaços, ocupando também o público. A obtenção da cidadania tem se dado paulatinamente nos direitos civis e políticos, principalmente por conta dos estereótipos essencialistas ainda em vigor, e fatores como a falta de independência financeira e matrimonial.

Dessa forma, a ordem social patriarcal, aliada às segregações de raça e classe, está inserida nas formas de relacionamento e incidem nos direitos políticos. Os contratos social e sexual estão em simbiose e não se separam em, respectivamente, público e privado. São influenciados mutuamente de modo que o patriarcado é uma força que interfere na esfera pública, ao contrário do que se considera nas perspectivas tradicionais (Carole PATEMAN, 1993).

Na perspectiva da conquista de direitos, a década de 1980 foi crucial no território brasileiro. A Constituição Federal de 1988 ampliou o olhar sobre a democracia, políticas públicas e relações entre o Estado e a sociedade.

Nesse momento, o Movimento Feminista pautando a organização cívica, pleiteava conquistas para a emancipação feminina: creche; saúde da mulher; combate à violência; direitos sexuais e reprodutivos. A inserção das mulheres e da temática de gênero na política e nas políticas públicas, como pauta inerente à democracia, entra na agenda após essa primeira ocasião (Gisele LOPES, 2013). Sobre a participação de mulheres na política, a autora acrescenta:

Ademais, em determinado momento, percebe-se que não basta a incorporação das mulheres e das questões relacionadas ao gênero na agenda pública, até porque isto se dá de maneira distorcida muitas vezes. É preciso adentrar o campo político e pautar essas temáticas dentro do sistema, uma vez que a identidade de quem representa as mulheres, de quem defende seus pontos de pauta também é importante para legitimá-los (Gisele LOPES, 2013, p. 63).

O lugar destinado às mulheres na política por muito se restringiu ao de beneficiárias dos programas, sem cogitar a posição enquanto ser pensante ativamente das políticas. Ademais, não se trata de uma realidade obsoleta, as mulheres continuam encontrando obstáculos para ocupar cargos de protagonismo como representação, desenvolvimento e avaliação das políticas.

As críticas a essas barreiras se intensificaram com a IV Conferência da Mulher em Beijing, 1995, na qual se enfatizou a relevância de equiparação entre homens e mulheres na política como fundamental para um processo democrático.

Gisele Lopes (2013) realça que dentre os países latino americanos, o Brasil tem índices baixos de representantes mulheres. Geralmente são impedidas por falta de apoio do coletivo, falta de recurso próprio e financiamento coletivo, estigma de incapacidade, por não poder conciliar a campanha com a maternidade e tarefas domésticas – fatores que pouco perpassam candidatos homens.

Além disso, as campanhas de mulheres que se afirmam enquanto feministas ou que não priorizem questões clássicas de feminilidade são menos aclamadas. Outro ponto precário é que a inserção feminina geralmente objetiva atingir o percentual obrigatório da cota, enquanto o imaginário social prossegue reforçando o despreparo das candidatas e as relações (profissionais, subjetivas, sociais) permanecem como barreiras.

Ao se tratar de participação política em instâncias informais ou de menos prestígio, a realidade é bem diferente. As mulheres se engajam em organizações estudantis, nas comunidades, nos grupos religiosos, voluntariado, espaços de cuidado e na defesa do consumidor. O engajamento nas atividades cotidianas é presente, mas à medida que a hierarquia aumenta, elas vão desaparecendo e os homens assumem cargos de destaque.

As mulheres estão mais distribuídas em assuntos ligados à saúde, educação e assistência social, não por acaso, os campos mais acometidos pelas mulheres historicamente. São também as áreas na política menos prestigiadas. Elas se dirigem para áreas com menos influência na quebra de paradigmas sexistas e que propiciam a estagnação na função. O acesso entre as mulheres também é desigual: as que conseguem ser admitidas geralmente são brancas, religiosas, casadas com homens, abastadas e com instrução acadêmica (Gisele LOPES, 2013).

Articulando com a discussão de raça, Sueli Carneiro (2009, p.1) comenta que “a relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente. Falar dele é, então, como falar do ausente”. O estigma gera um oportunismo, baseado no racismo, de desmerecer a luta e indicar a negritude como fracassada em espaços de poder. Logo, as mulheres negras, enfrentando os obstáculos de raça e gênero, são as mais prejudicadas na política.

A autora denuncia o papel midiático nesse processo, onde o conteúdo das notícias exala desconforto e a tentativa de marcar o corpo negro como não pertencente à política. Escreve que as pessoas negras, independentemente de sua aptidão, são colocadas em prova todo o tempo, a desconfiança foi naturalizada assim como a ineficácia. Para combater essa lógica, propõe:

Combinar os critérios de qualificação técnica com recorte de gênero e de raça é a única maneira de romper com a lógica excludente, que historicamente norteia as estruturas de poder do país, e, so-

bretudo, é requisito para o aprofundamento e a radicalização de uma perspectiva democrática no Brasil (Sueli CARNEIRO, 2009, p.5).

Desse modo, a política ainda é pensada por e para homens brancos de elite, não demonstrando abertura para as mulheres e suas pautas; quando muito, a ênfase apenas no gênero beneficia a entrada de mulheres brancas e cria disparidades devido a negligência às relações raciais. Esse fato atravessa as relações de modo que “ninguém está livre desse imaginário de dominação masculina, nem as próprias mulheres.” (Nilma Lino GOMES, 2018, p.157). Sendo assim, uma questão atual a ser enfrentada.

Mulheres na Psicologia

Como citado anteriormente, a Psicologia é uma profissão majoritariamente composta por mulheres. Em pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) no ano de 2012 em todo o território nacional, o perfil dessas profissionais pôde ser conhecido mais a fundo: estão mais localizadas entre os 30 e 59 anos; a maioria se autodeclarou como branca (67%) e 3% como pretas; 53% em um relacionamento heterossexual; 59% de mães e geralmente contam com a ajuda de outras mulheres para conciliar as atividades (Louise LHULLIER; Jéssica ROSLINDO, 2013).

Ainda nesta pesquisa, dados interessantes se expressam em relação aos psicólogos homens: as psicólogas mães informaram ter perdido mais oportunidades de emprego por conta da maternidade do que os psicólogos pais; em relação aos colegas homens, quase o dobro das psicólogas declarou dispor de, no mínimo, quatro horas por dia com seus filhos; 13% dessas mulheres dividem as tarefas domésticas com o companheiro, enquanto 48% dos psicólogos têm ajuda das companheiras.

Sem dúvidas as mulheres têm ampliado sua atuação em espaços públicos, contudo, esse fato erroneamente tem sido usado como justificativa para não se pensar criticamente acerca das desigualdades persistentes. A precarização no trabalho e sobrecarga de funções é uma realidade cada vez mais avassaladora em solo brasileiro, onde inevitavelmente as mulheres são mais acometidas e os dados acima certamente comprovam tal tendência na Psicologia.

Outro indicativo é que, mesmo o quantitativo de mulheres ultrapassando os homens no ensino superior e aperfeiçoamento em pós-graduação, as disparidades ainda são presenciadas. A cultura discriminatória continua sem ser superada nos salários, na ascensão de carreira, nos cargos, na divisão de tarefas domésticas, medidas de acolhimento à maternidade, tipos de assédio e na jornada trabalhista.

A divisão sexual do trabalho, baseada nas atribuições convencionadas aos sexos, é de extrema valia para compreender o desenrolar das profissões. As mulheres, frequentemente desempenhando atividades acerca do cuidado com o outro, também são maioria em profissões ligadas a esse ofício – e são as profissões menos aclamadas e remuneradas.

A Psicologia se encaixa no cenário das profissões tradicionalmente femininas. A cada dez profissionais, somente um é homem. Mesmo assim, a discussão acima se reflete na carreira: as psicólogas não possuem tanta visibilidade nos espaços de poder quanto os psicólogos (Darlane ANDRADE; Helena SANTOS; Marta CAMPOS, 2013).

Sobre o fato de haver mais mulheres que homens na Psicologia, o termo “feminização da psicologia” passou a ser utilizado na década de 1980 ao se atentar para esse crescimento. Contudo, pouco se problematiza esse dado, geralmente se utilizando unicamente o argumento de causa e efeito das mulheres serem maioria do contingente populacional do país (Bruna BONASSI; Rita MÜLLER, 2013).

O fenômeno da feminização serviu para diferenciar os setores da Psicologia que são desempenhados por lógicas femininas ou masculinas, sendo o masculino associado à ciência, enquanto o feminino à execução na prática:

No tocante à feminização da Psicologia, o termo também é usado para identificar o masculino com a Psicologia “científica” e o feminino com a “aplicada”, tomado pejorativamente e com forte herança iluminista na clivagem racionalidade/sensibilidade (Bruna BONASSI; Rita MÜLLER, 2013, p. 80).

No Brasil, se destacam homens e estrangeiros como autores de referências para a categoria: dos 22 nomes mais citados, 3 eram mulheres; dos demais, houve 5 latino americanos e 4 brasileiros (Louise LHULLIER; Jéssica ROSLINDO, 2013).

Ao tempo que a discriminação sempre esteve presente no exercício da profissão, paradoxalmente também se destaca o incentivo a medidas igualitárias em comparação com outras profissões. Desde final do século XIX, em 1893, a Associação Americana de Psicologia (APA) com pioneirismo começa a admissão de mulheres como membros da sua sociedade científica – atingindo 50% das(os) associadas(os) em 2005.

Em pesquisa feita nas bases de dados como Scielo e EBSCO HOST, a maioria de mulheres na profissão abarca a realidade internacional, não só brasileira, nos últimos 30 anos. A chamada Psicologia das Mulheres tem crescido, já sendo disciplina de pós-graduação em alguns países e área de estudo, principalmente no Canadá e Estados Unidos (Bruna BONASSI; Rita MÜLLER, 2013).

Nos Estados Unidos e Canadá, principalmente a partir da década de 1990 e início do século XXI, o cenário de participação de mulheres nos órgãos representativos e entrada em programa de pós-graduação se alterou fortemente. Antes com presença maciça de homens, a Psicologia que era terreno masculino nas associações, doutorados e representação política, começou a atingir metade de mulheres nos percentuais.

Já em solo latino americano, o cenário seguiu outros rumos. A Psicologia na América Latina é característica por assumir um imaginário ligado ao feminino, contando desde o princípio com mulheres por conta dessa associação e pela baixa remuneração.

ração que atrai os homens para outras carreiras. A profissão é vista como complementação de renda e endereçada ao público feminino. De 45 países pesquisados no final do século XX, 10 tinham maioria de homens psicólogos, nenhum deles na América Latina (Bruna BONASSI; Rita MÜLLER, 2013).

Ainda nesse estudo, as autoras constataram que a divisão das atividades desempenhadas também dialoga com os papéis de gênero. Isso se expressa em como, tradicionalmente, os cargos de prestígio seguem sendo ocupados pelos homens psicólogos. Também em pesquisa realizada no continente africano, os profissionais convergiam para maioria de mulheres nas áreas entendidas como mais propensas ao cuidado e à sensibilidade, enquanto os homens dominavam os setores cognitivos e objetivos. Países como França, Irlanda, Israel, Paquistão e Suíça repetiram esse padrão.

Desse modo, evidenciou-se que as psicólogas enfrentam problemas ligados à feminilidade nos salários, na divisão do cuidado com os filhos e tarefas do lar. Ainda são mais vulneráveis no ambiente laboral: de 353 psicólogas que afirmaram terem sido vítimas de violência em algum momento da vida, 18% se deu no trabalho, segundo o estudo do CFP. Esses são dados alarmantes que aproximam as psicólogas da realidade das mulheres na sociedade, muitas vezes de suas próprias pacientes/clientes. Todavia, do público pesquisado (1.331 psicólogos), apenas 1% declarou que costuma trabalhar com a temática de gênero em sua atuação profissional (Louise LHULLIER; Jéssica ROSLINDO, 2013).

Sabe-se que esse é um quadro que não se restringe à Psicologia. Sobre a participação formal das mulheres na esfera pública, há a tendência a ocupações similares às realizadas no lar, com baixa remuneração, pouca complexidade das tarefas e funções de cuidado mesmo em cargos de poder. Ao alcançar maioria em determinados cargos, estes costumam despencar na valorização social e condições trabalhistas, ao exemplo da docência. Isso porque o patriarcado ainda impera, logo, a condição da mulher mesmo no espaço público é associada à visão do seu papel no privado, se alastrando ao ser considerado o fator racial (Ana Alice COSTA, 1998).

Conhecer as psicólogas, portanto, é conhecer a Psicologia brasileira. Além disso, considerar as lentes de gênero é fundamental para propor políticas públicas e transformações na profissão, assim como a reestruturação científica do campo. Se tratando de relações de poder, privilégios e desigualdade de oportunidades no mundo baseado em imperativos patriarcais, importa evidenciar gênero como categoria analítica estrutural desse processo. Vejamos a seguir o cenário no espaço formal de representação da categoria.

O Sistema Conselhos de Psicologia

Com sede no Distrito Federal, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) está decretado por lei desde 1971. Em conjunto com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) forma-se o Sistema Conselhos. Destinado a orientar, fiscalizar e regulamentar a

Psicologia, o Sistema Conselhos é a entidade máxima dessa ciência e profissão.

No intuito de fortalecer os princípios éticos e o compromisso social, desde 1998 estipulou-se a Comissão de Direitos Humanos como de caráter permanente, assumindo postura ativa no combate às desigualdades quanto à raça, religião, aspectos culturais e sexuais. A atuação se dirige a ações internas e externas, avançando significativamente na defesa da diversidade de direitos.

Algumas atividades são dignas de menção: Prêmio Dignidade Solidária, oferecido pelo Grupo Dignidade em reconhecimento ao seu trabalho com a causa LGBT (2011); Prêmio ABGLT de Direitos Humanos (2009); Prêmio Nacional da Secretaria de Direitos Humanos na categoria Instituições Públicas (2005).

Integra o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT – CNCD/LGBT. Também se destaca a campanha em prol da visibilidade das mulheres na profissão, iniciada em 2011 no XV Plenário, intitulada “Psicologia, profissão de muitas e diferentes mulheres”.

O Conselho Federal de Psicologia tem defendido o acolhimento e a escuta para as mulheres em situação de violência sexual; é favorável à descriminalização e à liberação do aborto em gestações de até 12 semanas. Vale ressaltar ainda as produções teóricas publicadas acerca da temática de gênero, a partir da realização de pesquisas nacionais específicas sobre o atendimento às mulheres vítimas de violência em 2008 e sobre a participação de mulheres psicólogas na profissão em 2011 e 2012, ambas pautadas em referenciais teóricos de estudos feministas (Helena SANTOS, 2016).

As ações recentes do Conselho remetem a ultrapassagem da categoria “empoeirada” do feminino na Psicologia enquanto ideia universal e clichê. A exemplo das obras “Quem é a psicóloga brasileira?” e “Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres” (Bruna BONASSI e Rita MÜLLER, 2013).

Em se tratando da Bahia, a Comissão de Direitos Humanos data de 2005. Em 2007 criou-se o Grupo de Trabalho Combate à Homofobia (GTCH), em 2008, o Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP) e, em 2015, o Grupo de Trabalho Psicologia, Sexualidade e Identidade de Gênero. Atualmente, o CRP da Bahia é um dos mais ativos no tocante às temáticas de gênero. No ano de 2016, dos 23 Conselhos Regionais, 7 possuíam espaço específico para a discussão, cerca de 30% (Helena SANTOS, 2016). Também no interior da Bahia movimentos podem ser notados, a exemplo da existência dos Grupos de Trabalho Psicologia, Sexualidade e Identidade de Gênero (GTPSIG), e do Grupo de Trabalho Psicologia e Política para Mulheres (GTPPPM), ambos em Feira de Santana; e do Grupo de Trabalho Gênero, Diversidade e Psicologia (GTGDP), em Ilhéus. Cabe mencionar que, a partir de 2019, o CRP-03 criou a Comissão de Mulheres e Relações de Gênero (COMREG) que passa a reunir todos os grupos acima em ações específicas.

Em relação a aproximação das psicólogas mulheres com o Sistema Conselhos, 82% informaram conhecer o site do CFP e 49% conhecia alguma ação do Conse-

Iho (Louise LHULLIER e Jéssica ROSLINDO, 2013). É curioso pensar que mesmo tendo acesso aos veículos, há um distanciamento quando se trata de uma apropriação das propostas políticas e de gestão.

Desde sua regularização, o CFP contou com 18 gestões no período de 1973 a 2020, a última eleição do Sistema Conselhos até então ocorreu de 23 a 27 de agosto de 2019. Escolhida por meio do voto da categoria, a chapa eleita cumpre mandato por três anos, podendo haver reeleição. No tocante à estrutura da gestão, a autarquia do CFP está no XVIII plenário, o qual mulheres ocupam os cargos de presidente e vice-presidente.

Em pesquisa realizada por meio da lista dos plenários, disponibilizada no site oficial do CFP, foi possível apurar que dos 167 cargos efetivos de conselheiras(os) ao longo desses 47 anos, 83 se destinaram a homens e 95 a mulheres. Na mesma via, dos 171 cargos de conselheiras(os) suplentes, 61 se destinaram a homens e 110 a mulheres. Desde o plenário de 2004, o número de mulheres efetivas tem ultrapassado consecutivamente o número de homens que se mostrava mais volumoso.

Na primeira gestão do CFP, havia seis homens efetivos e três mulheres. Na última até o presente momento, iniciada em 2019, são três homens e oito mulheres. No que se refere à secretária responsável pela Região Nordeste, a psicóloga baiana Alessandra Santos de Almeida, trata-se da primeira mulher negra a presidir, na gestão anterior, o CRP da Bahia.

Quanto aos Conselhos Regionais ativos, totalizaram-se 24 registros no ano de 2019, nos quais as representações dos órgãos foram a votação para a gestão de 2019 a 2022. Não foi possível apurar dados da 24ª região, que abrange Acre e Rondônia, por motivos de estar em processo de implantação devido ao recente desmembramento da 20ª região, concernente aos estados do Amazonas e Roraima. Sendo assim, a tabela apresenta resultados dos demais 23 CRPs.

Tabela 1 – Representação por gênero de psicólogas(os) conselheiras(os)

REGIÃO	Nº DE CRPs	PRESIDENTE Gestão 2019-2022		VICE-PRESIDENTE 2019-2022	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Norte	3	2	1	2	1
Nordeste	9	5	4	6	3
Centro Oeste	4	3	1	2	2
Sudeste	4	3	1	4	0
Sul	3	3	0	3	0
Total	23	16	7	17	6

Fonte: autoria própria, com base em dados dos CRPs e CFP disponíveis on-line

Através da tabela é possível notar que 69,56% dos Conselhos espalhados pelo Brasil têm mulheres como presidentes e 30,44%, homens. Em comparação com a eleição anterior, referente ao período de 2016-2019, é interessante apontar o salto de quase 20% das psicólogas conselheiras em posição de destaque. Esse aumento pode ser pensado de diversos ângulos, sobretudo aliado ao reflexo do contexto sócio-político após a eleição da presidência do Brasil no ano de 2018.

Em pesquisa de 2012, as mulheres representaram 89% dos registros ativos nos CRPs e os homens, 11%. Esse quantitativo costuma apresentar variações irrisórias desde 1988. Nota-se que o número de homens na profissão não tem sofrido aumentos significativos desde então (Louise LHULLIER; Jéssica ROSLINDO, 2013).

Entretanto, no que concerne ao cargo de conselheiro, é possível identificar a presença considerável de homens desde a regulamentação do órgão. Além disso, os números similares entre homens e mulheres na representação dos plenários não traduz a proporção de psicólogas e psicólogos atuantes no cenário nacional. Ou seja, mesmo estando em torno de 10% da categoria, os homens ocupam cerca de metade dos postos no Sistema Conselhos.

Cabe pensar que, sendo uma maioria de mulheres, são elas que elegem os homens para a representação nos Conselhos Regionais e Federal. Uma vez que o interesse feminino em assumir determinada função está aquém do potencial quantitativo, cabe considerar que fatores qualitativos influenciam nessa decisão:

ao destacar o desequilíbrio entre a superioridade numérica das mulheres e a supremacia masculina nas posições de destaque na categoria, e a falta de um questionamento mais efetivo da referência masculina – o psicólogo – ser uma constante em todos os estudos sobre a profissão, décadas após a ascensão dos movimentos feministas e de todas as conquistas da mulher como sujeito de direitos (Louise LHULLIER; Jéssica ROSLINDO, 2013, p. 24-25).

Considerações (longe de serem) finais

O feminismo liberal da Primeira Onda pleiteava o direito ao voto para a emancipação, garantia da cidadania e presença nas atividades públicas que serviam somente à imagem do homem. Paradoxalmente, o que se observa é a frequência feminina no eleitorado e a ausência em cargos políticos. Isso demonstra que para além da legislação, manter os comportamentos patriarcais corrobora para a divisão dos papéis sexuais (Ana Alice COSTA, 1998).

A baixa adesão aos espaços políticos também diz respeito ao empecilho de conciliar com a maternidade, jornada de trabalho e ofícios domésticos, visto que não há estratégias de inclusão e permanência. Mesmo assim, as mulheres têm conquistado es-

paço político na Psicologia, mas é preciso evidenciar que para as mulheres negras ainda é uma realidade muito aquém inclusive na profissão em termos gerais de presença.

Outra observação relevante é que a inclusão de mulheres na política não significa se tratar de um projeto necessariamente baseado nas lentes de gênero (Gisele LOPES, 2013). De acordo com a perspectiva feminista, mulher na política diz respeito à representatividade, valorização enquanto indivíduo capaz de ocupar espaços de poder, com intelectualidade e sensibilidade às especificidades do seu grupo aliadas à interseccionalidade.

Ainda sobre a interseccionalidade, sobretudo entre gênero e raça, é necessário ampliar as pesquisas que trazem dados referentes a mulheres negras na categoria. Apesar dos dados expostos na reputada referência de “Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho” trazerem a discussão, pouco se tem produzido de uma maneira geral. Os próprios dados que forneceram subsídio para este capítulo, sobre mulheres conselheiras, não tiveram condições de serem explorados para além do gênero (visibilizando mulheres lésbicas, bissexuais, negras, periféricas, trans...) pelo pouco, ou nenhum, acesso a essas interseções nas fontes consultadas. Cabe refletir não apenas se as mulheres estão ocupando cargos de representação, mas destacar de quais mulheres se tratam e o porquê.

Por fim, apesar da importância de se discutir gênero na profissão, o seu reconhecimento e permanência ainda não se fazem presentes de forma tão abrangente em nosso país em todos os setores (Helena SANTOS, 2016). Aliado a isso encontram-se os desafios de engajamento político nas autarquias, não só enquanto conselheiras, mas no acompanhamento ativo de psicólogas e psicólogos frente ao órgão.

Conhecer essas relações e demonstrativos possibilita repensar paradigmas e enfrentar disparidades sustentadas pelos papéis sexuais e divisão do trabalho. Haja vista que os universos científico e profissional são um território clássico de (re)produção de poder, lutar pelas alteridades torna caro o investimento nesse campo de pesquisa e ampliação das áreas de análise, como a demanda aparente na Psicologia.

Referências

ANDRADE, Darlane S. V.; SANTOS, Helena M. dos; CAMPOS, Marta. Algumas reflexões sobre gênero e participação feminina no mundo do trabalho e na psicologia. In: ANDRADE, Darlane Silva Vieira Andrade; DOS SANTOS, Helena Miranda (orgs.) **Gênero na psicologia**: articulações e discussões. Salvador: CRP-03, 2013. p.75-92.

BONASSI, B.; MÜLLER, R. A feminização da profissão e a presença das mulheres na Psicologia. In: LHULLIER, Louise A. (org.). **Quem é a Psicóloga brasileira?** Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília: CFP, 2013. p.79-92.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher negra e o poder**: um ensaio sobre a ausência, 2009. Dis-

ponível em <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-6-CARNEIRO-Suely-Mulheres-Negras-e-Poder.pdf>. Acesso em 13 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Conheça o CFP**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp/conheca-o-cfp/>. Acesso em 20 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Conselhos pelo Brasil**. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp/sistema-conselhos/conselhos-pelo-brasil/>>. Acesso em 19 ago. 2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.

GOMES, Nilma Lino. Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (orgs.) **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 117-126.

LHULLIER, Louise A.; ROSLINDO, Jéssica J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: LHULLIER, Louise A. (org.). **Quem é a Psicóloga brasileira?** Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília: CFP, 2013. p.19-52.

LOPES, Gisele. Mulheres na política: de objetos a atrizes no campo político. In: ANDRADE, Darlane Silva Vieira Andrade; DOS SANTOS, Helena Miranda (orgs.) **Gênero na psicologia: articulações e discussões**. Salvador: CRP-03, 2013. p.59-73.

PATEMAN, Carole. **O Contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.15-37.

SANTOS, Helena Miranda dos. A institucionalização da discussão de gênero no sistema conselhos de psicologia. In: DENEGA, Alessa; ANDRADE, Darlane Silva Vieira; DOS SANTOS, e Helena Miranda. **Gênero na psicologia: saberes e práticas** – Salvador: CRP-03, 2016. p.16-39.

OS HOMENS QUE ODIAM – ODEIAM – AS MULHERES: O ESCRUTÍNIO MORAL DAS MULHERES COMO MECANISMO DE ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GÊNERO MODERNO/COLONIAL

Paula Rita Bacellar Gonzaga

Introdução

Comecei a escrever esses rascunhos há meses atrás, incomodada pelo contexto atual em que vivemos, onde o absurdo se tornou cotidiano e que autoriza todos os fascistas a saírem de seus armários. Parei inúmeras vezes e o retomo depois da declaração que escutei do atual presidente sobre a Amazônia, de que “O Brasil é a virgem que todo tarado quer”. Não é à toa que muitos comparam o Brasil atual à fictícia Gilleard que escreveu Margaret Atwood em sua distopia – cada vez menos distópica – “O conto da Aia” (publicado originalmente em 1985). As mulheres, os direitos das mulheres, a qualquer tempo serão o primeiro espólio de guerra dos governos totalitários, conservadores, fundamentalistas e autocráticos, é sobre os corpos femininos que governantes irão impor demonstrações de força e de controle (Joan SCOTT, 1990). Assim, no ano de 2019, no Brasil atualizamos as prerrogativas misóginas como verdades absolutas novamente, colocando as mulheres como objeto, irracionais, limitadas ao espaço doméstico e incapazes de gerir o próprio corpo, a própria vida e muito menos a política formal num continuum de desqualificação que vai desde as capacidades reprodutivas até à deposição da primeira presidenta eleita.

O objetivo deste ensaio é problematizar se os discursos que reiteram a conduta sexual e reprodutiva das mulheres como correlatos a sua conduta moral implicam em uma manifestação, ainda pouco abordada, de violência simbólica que reverbera em isolamento, auto-ódio, sentimento de culpa, constrangimento, sofrimento psíquico e limita as potencialidades das mulheres, seja no que tange a denúncia das violências que vivenciam ou na ocupação dos espaços de poder. Como nos aponta Ana Bock (2012), compreender a subjetividade humana implica conhecer e compreender a objetividade que cerca, delimita, distingue e nomeia as(os) sujeitas(os), desse modo, busco nessa empreitada sistematizar alguns dos infinitos exemplos do que é dito por figuras representativas no cenário político brasileiro sobre as mulheres e como essas narrativas produzem sofrimento mental e deslegitimação das vozes destas diante de situações de violência. Para isso, também recupero algumas das entrevistas que realizei na pesquisa de mestrado defendida no Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (Paula GONZAGA, 2015). Nessa investigação, doze interlocutoras foram interpeladas sobre suas experiências de elaboração de seus itinerários abortivos, a maioria delas relatou algum tipo de violência ao longo de sua vida e a dificuldade em lidar com isso num contexto que não legitima suas vozes.

Historicamente, o tema da violência contra às mulheres esteve cercado de questionamentos sobre a conduta das próprias mulheres. Culpabilizadas pelas mazelas de relacionamentos abusivos, escutavam e escutam frases como: “Por que voltou com ele?”, “Se não denunciou é porque gostava”, “Mulher de malandro tá acostumada a apanhar mesmo”, “Tapa de amor não dói”, “O que você fez pra ele te bater?”, “O que ela fez pra ele perder a cabeça e matar ela?”. Esse tipo de produção enunciativa, típica de sociedades patriarcais, aborda a violência física como tópico central do que se pode questionar num relacionamento disfuncional heteronormativo, mas sublima outra modalidade de violência das quais essas próprias enunciações são produtoras, produto e exemplos: a violência simbólica. Ainda pouco teorizada na Psicologia brasileira, a violência simbólica, na maioria das vezes, tem como enfoque o processo de deslegitimação, destruição da autoconfiança e desqualificação da mulher na díade do relacionamento afetivo-sexual. Sem desconsiderar as reverberações dessas violações nas interações com os pares, busco nesse texto apresentar reflexões a partir do feminismo decolonial, de como produções discursivas que promovem hierarquização dicotômica entre as mulheres e culpabilizam as mesmas, funcionam como limitantes barreiras à existência destas e à superação de relações abusivas.

A escolha pelo feminismo decolonial se ancora na necessidade de se pensar a conformação das relações interpessoais a partir do marco civilizatório da colonialidade que impõe, a partir do discurso da modernidade, hierarquias dicotômicas como elementos naturais da organização social, entre essas dicotomias destaca-se aquela que separa humanos de não humanos (Maria LUGONES, 2012). A Psicologia que durante muitos anos – anos demais de sua história – centrou a noção de humano na individualidade e na presunção da humanidade, ignorando que a imposição dessas hierarquias implicou e implica em destruição simbólica, psíquica, epistêmica e física daquelas e daqueles consideradas(os) não humanos aqui, é necessariamente adjetivada, Psicologia Decolonial. Por Psicologia Decolonial, entendemos o campo teórico-metodológico-político-profissional de leitura-análise-intervenção dos fenômenos sociais que estruturados pelo sistema de gênero moderno/colonial reverberam em conformações psicossociais marcadas pelo racismo, pelo sexismo, pela heterossexualidade compulsória, pelo modelo moderno/colonial de produção de pensamentos, relações, afetividades e elaborações políticas.

Faz-se imperativo, portanto, situar a compreensão de subjetividade como produção sóciohistórica, haja vista que pretendemos explanar sobre como os discursos normativos de gênero e sexualidade violentam psiquicamente as mulheres, seja colocando suas aspirações de existência ou produzindo silenciamento e alijamento social naquelas que o subvertem. Diante disso, coaduno com a postulação de Kleber Prado Filho e Simone Martins (2007, p. 16) quando propõem que:

Descentrar a análise da subjetividade deste eixo habitual do desenvolvimento da personalidade e da identidade, tomando-a como resultado da dispersão de forças sociais, implica tratá-la como figura histórica que não tem centro, permanência, inerência ou substância, nem qualquer sentido, naturalizante, biológico, genético ou determinista, e pensá-la em movimento, como virtualidade, efeito holográfico que existe concretamente ali onde não há nada de palpável. Vista desta perspectiva tem menos a ver com uma suposta natureza humana do que com o instável jogo de forças dos enunciados e dispositivos.

Para Maria Lugones (2008), a hierarquização de mulheres negras, indígenas e brancas se deu a partir de um continuum associativo com imagens animais. Essa leitura ajuda a compreender como as relações de racialização produziram desigualdades intragênero, mas também figuras imagéticas limitantes para todas aquelas que cabem no feminino. Nessa relação, mulheres brancas estão associadas aos animais pequenos, domésticos, doces e que estão mais próximos do homem. As mulheres negras e indígenas, por sua vez, são associadas aos animais selvagens, numa bestialização que perpassa desde a hiperssexualização até a autorização para a violência extrema (Maria LUGONES, 2008).

A consolidação dessa dicotomia imagética é fundamental para a consolidação e a constante reificação do projeto colonial/moderno, onde mulheres se dividem entre mães sagradas e Evas execráveis. A despeito da suposta liberdade sexual que se credita ao Brasil, está imposto para as mulheres modelos binários de existência que desconsideram inúmeras experiências que perpassam o desejo, a sexualidade e a reprodução. De acordo com Alba Ruibal (2014) e Paula Gonzaga (2015) o discurso cristão tem protagonizado enunciados deterministas no que tange aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos na América Latina, enunciados esses que se propagam nos espaços formais de representação política – a despeito da suposta laicidade dos Estados latino-americanos – e passa a ter legitimidade não apenas no campo religioso, mas também no legislativo e no executivo.

Marias e Jezebeis: reverberações do binarismo moral sobre as mulheres

Ao que escapa do modelo de honra só sobra a desaprovação social e a auto desvalorização de si, mesmo quando se trata de casos de violência física e/ou violência sexual, como no caso de Perséfone:

Eu tinha oito anos, tinha um menino na escola que eu achava ele lindo e tal. Uma cartinha que eu nunca ia entregar pra ele, mas eu escrevi e coloquei no bolso da minha calça. Minha mãe foi lavar a minha calça e pegou e viu esse bilhete, minha mãe me bateu de

cinto. Eu tinha oito anos, o menino nem sabia da minha existência. Minha mãe me bateu de cinto. Ela gritava: “descarada, você tá namorando”. Até hoje na minha família namorar é uma coisa muito, não sei explicar. Eu acho que foi isso que acabou causando essa coisa em mim que namorar tem que ser sempre escondido, que namorar. Aí, nesse mesmo período da carta do meu colega eu ia muito na casa de uma tia minha e o meu tio abusava de mim, o marido dela. É... toda noite eu dormia lá e no meio da noite ele ia pro meu quarto, o quarto que eu tava, e era horrível, era horrível aquilo, ele ficava sempre de cueca e ficava roçando mesmo em mim. [pausa] que nojo. E eu nunca tive coragem de contar pra minha mãe [choro] porque eu ficava com medo, eu ficava com medo dela dizer que eu estava sendo amante do marido da minha tia, sabe? [choro] ninguém sabe. Meu ex-namorado sabe porque eu contei pra ele e uma amiga minha, mas [choro] ninguém sabe porque eu tinha medo, eu achava que minha mãe ia brigar comigo, ia me bater, [choro e soluço] eu tenho certeza hoje, analisando, eu tenho certeza que minha tia sabia. Não era possível que o marido dela saia do quarto dela toda noite e ia pro meu quarto e ela não percebia. Hoje eu tenho certeza que ela sabia, hoje eles são crentes também, naquela época eles não eram, mas hoje são. E sempre foi isso, acho que eu sempre tava me culpando muito, eu acho que eu comecei a me sentir culpada quando eu tinha oito anos porque eu fiz aquela cartinha, de repente eu tava me sentindo culpada porque meu tio fazia aquilo comigo e de repente eu tava abortando porque eu me sentia culpada, entendeu? (Perséfone, negra, soteropolitana).

Perséfone, ainda criança vive a objetificação e a hiperssexualização das meninas negras, inclusive pela sua mãe que pressupõe a ela uma conduta reprovável e que deve ser contida. Como nos narra Sueli Carneiro (2002) e Lélia Gonzales (1984) as mulheres negras são percebidas de modo dicotômico que tendem a reforçar imagens controladoras de mucamas ou mães pretas. No caso da primeira, a bestialização da sexualidade numa perspectiva exploratória autoriza e se atualiza a partir de figuras que reduzem a mulher negra a um corpo desenfreado, sem racionalidade. Assim, o medo que a interlocutora nos narra de ter o abuso sexual creditado a sua própria conduta não é infundado, assim como ela, muitas meninas e adolescentes não denunciam quando sofrem estupro porque percebem que a complacência social será para com o abusador e não para com elas. A produção cotidiana de discursos que deslegitimam denúncias de mulheres tem efeitos potentes no silenciamento e na auto responsabilização pelas violências vivenciadas.

Em 2016, uma adolescente carioca de 16 anos foi estuprada por 33 homens que gravaram a cena e transmitiram em uma rede social. A despeito das imagens

que exibiam a moça desacordada, sangrando e tendo seu corpo manipulado por homens, a repercussão midiática dava conta de possíveis comportamentos da jovem que justificariam a barbárie a que ela havia sido exposta. Xingamentos, insultos e acusações de ser conivente com o tráfico foram divulgadas e nos fazem pensar: existem mulheres que merecem estupros coletivos? Como produzimos coletivamente relativizações desse tipo? Como pode a Psicologia intervir diante da perpetração midiática, pública e socialmente permitida de discursos que violentam psicologicamente não apenas a adolescente que já havia sido estuprada, mas todas às mulheres – vítimas ou não de violência sexual – que são informadas do não valor de suas vidas, de seus corpos, de suas denúncias? Quais efeitos psíquicos na formação subjetiva de mulheres socializadas num contexto que descredibiliza a violência extrema e reverte a responsabilidade para as vítimas?

Ana Bock (2004) defende que o fenômeno psicológico é uma produção dos marcadores sociais, econômicos, políticos e históricos em que vivem os homens, termo utilizado como sinônimo de humanidade, mas quando consideramos as mulheres, estas cujo o substantivo é considerado variação e não sujeito? Quando consideramos a recorrente associação da sexualidade feminina como pecado, erro ou falta moral? Quando consideramos a responsabilização unilateral que ainda se dá no que tange a contracepção? Quando consideramos a deslegitimação das vozes que denunciam terem sido tocadas e violentadas sob o argumento de que prevenir a violência é uma obrigação daquelas cujos corpos são socialmente entendidos como públicos? Quando estas considerações são feitas, qual a forja é possível para aquelas cujo corpo, o sexo, o ventre são sinônimos de posse, pecado e obrigação? Essa recorrente representação como sujeitas indignas de confiança tem efeitos objetivos e subjetivos e é um poderoso instrumento na perpetuação das práticas de violência contra às mulheres, haja vista que produz culpa e vergonha nas vítimas, reforçando o silenciamento destas sobre a questão, ao mesmo tempo que autoriza publicamente o direito masculino à agressão, pois não implica os homens como autores de atos hediondos e dignos de punição severa.

A extensão dessa negação se agrava ainda mais quando consideramos a possibilidade de gravidez decorrente de estupro. Desconsiderando o sofrimento mental que está associado a essa situação, é recorrente a produção de enunciados que deslegitimam a possibilidade pela interrupção legal da gestação, prevista no Código Penal de 1940, sob o argumento da obrigatoriedade das mulheres com a reprodução. Os representantes políticos da autodenominada bancada evangélica, chegaram a defender na Câmara dos Deputados que a mulher se torna mãe no mesmo momento da criação do conceito, tal como a anunciação à Virgem Maria, portanto, cabe à mulher a aceitar a criação da vida como exterior a sua vontade ou à sua participação, mesmo que essa gravidez seja fruto de estupro (Lia Zanotta MACHADO, 2010). A produção cristã de figuras

dicotômicas que seriam representativas do feminino se estende desde o marco civilizatório colonial nas américas e ainda reverbera nos modos de subjetivação de mulheres latino-americanas. De acordo com Maria Lugones (2008), essa dicotomização perpassa pela caracterização das mulheres brancas como virginais, sexualmente passivas e frágeis mental e fisicamente, ao passo que às mulheres escravizadas foram associadas a Jezebeis impuras, cujos corpos poderiam ser explorados laboral e sexualmente. Alijadas do sagrado lugar de virgem-mãe, mulheres negras e indígenas foram submetidas aos enunciados que às associavam ao pecado original e que nega até os dias atuais a sexualidade como possibilidade de prazer, respeito e saúde em suas vidas.

A minha família desde antes da minha avó era todo mundo do candomblé, de repente resolveu todo mundo virar crente, é uma família evangélica, minha mãe é da Assembleia de Deus. Nesse tempo ela ainda não era, mas sempre teve essa coisa muito forte de pecado, de que mulher não pode ter sexo, de que as meninas tem que se guardar pro casamento. Essa coisa do tradicionalismo, minha família toda e eu me sentia muito culpada, era tudo muito confuso na verdade, eu era uma criança... A gente acha que a gente tem controle das nossas vidas, das nossas coisas, dos nossos sentimentos, mas muitas vezes a gente não tem... Eu tinha que ser uma boa filha e uma boa filha não engravidava, uma boa filha não fazia sexo, uma boa filha, entendeu? Eu queria ser uma boa filha... E aí eu passava noites sem dormir e rezando, sempre pedindo perdão a deus, 'oh deus me perdoe, me perdoe, me perdoe, me perdoe' [choro]. (Perséfone, negra)

E, essa questão de ser julgada, das pessoas terem essa mentalidade de achar que é errado é sempre assim ou vem da igreja ou vem de ou é uma cópia de uma ideia de uma pessoa que ela respeita muito, certo? Ou disso mesmo: "Ah, ela fez tem que pagar, se você assumiu isso", "Se você... Não é tão bom na hora? Na hora ninguém lembra", lembra, claro que lembra, sabe? Mas acontece pow, acontece. (Tanit, negra).

Maria Lugones (2008) resgata como a imposição do cristianismo e seus signos dicotômicos – homem/mulher, deus/diabo, bem/mal – foram fundamentais para que se destituísse as mulheres negras e indígenas dos lugares de poder, representação política e religiosa que ocupavam em suas sociedades de origem. Passaram então a ser consideradas parte de uma versão matriz, o homem, e não como sujeitas(os) completas(os). A potencialidade reprodutiva que era considerada um aspecto a ser louvado, como nos conta Oyèrónké Oyewùmí (2017), se tornou sinal de um castigo divino – 'entre dores parirás teus filhos e serás submissa ao teu homem'. A destituição das mulheres dos espaços de autoridade e prestígio tem efeitos significativos na na-

turalização das desigualdades socialmente construídas entre os gêneros e no controle dos corpos das mulheres.

Vanessa Pereira (2012), em investigação sobre a motivação de mulheres para interromperem gestações, constatou entre as participantes que o abortamento é uma forma de se resguardar de uma situação ainda mais caótica do que já se encontram, seja devido à falta de recursos ou a vivência de relacionamentos conturbados. A violência doméstica e o desejo pela independência financeira e emocional têm impulsionado mulheres a recusarem a maternidade pontualmente ou definitivamente. Por entenderem que há um contexto onde os homens não têm implicação na função parental ou ainda que não são devidamente punidos por seus atos quando perpetram violências contra suas parceiras.

E eu acabei me relacionando com uma pessoa que era extremamente ciumento, mas ciumento ao ponto de eu achar que em algum momento eu ia acabar sendo agredida ou minha filha corria algum risco. Nós moramos quatro meses juntos, ele se mudou pra casa onde eu morava e aí... não me lembro muito bem como foi que aconteceu, eu inventei uma desculpa que eu precisava mudar e deixei as coisas dele na casa da mãe dele e mudei de casa. Quando eu vi que a relação já tava muito complicada, foram quatro meses morando junto, mais cinco meses eu morando sozinha com a minha filha, e teve um dia que ele apareceu na minha casa lá de mala e cuia dizendo que ia ficar lá e pronto. E eu aproveitei um momento que ele foi trabalhar de manhã cedo, ele trabalhava com transporte escolar com a mãe, e peguei minhas roupas, as roupas dela e saí de casa. Larguei tudo lá, minha casa toda montada, larguei lá, sumi, fui pra casa da minha mãe. E aí foram dias de perseguição, ele ia na casa da minha mãe, ia no meu trabalho, eu troquei de trabalho, troquei de telefone. Isso minha filha tava com um ano e pouquinho, quase dois anos, foi quando eu descobri que eu tava grávida. Aí eu entrei em desespero, porque eu achava que ele não ia de forma alguma me deixar em paz se eu tivesse um filho dele, né? E aí falei com minha avó, minha avó: não minha filha, pelo amor de deus e agora, o que é que a gente vai fazer? Minha avó tinha pavor a ele. Eu falei: olhe vó, eu não tenho condição de ficar com essa criança. Esse homem vai me infernizar tanto a vida. Aí minha avó concordou, ela falou: olha, eu sou espirita, sei o mal que você tá fazendo, sei o mal que eu vou fazer pra mim e pra você, mas eu não posso conceber que você tenha esse filho. (Thêmis, branca)

No relato de Thêmis fica explícito a ausência institucional que existe na vida das mulheres que vivenciam relações abusivas. Em nenhum momento o Estado aparece como possível contenção de um parceiro violento. Nesse caso, a decisão por interrom-

per a gravidez é apoiada pela avó, que mesmo sendo espírita acredita que a neta corre perigo ao levar a termo uma gestação que implicaria em assumir uma vulnerabilidade contínua ao homem de quem ela buscava se desvencilhar. Débora Diniz e Marcelo Medeiros (2010) apontam que flexões morais como a que avó de Thêmis realiza são comuns em mulheres que vivenciam ou acompanham o abortamento de mulheres próximas. A prática do abortamento é vista como reprovável desde que ela não seja a escolha mais viável para si ou para alguém próximo. Diante da possibilidade de agravar a vulnerabilidade da neta, a avó de Thêmis decide arcar com essa decisão, mesmo definindo que elas estão fazendo um mal.

Na hierarquização binária entre bem e mal que o marco civilizatório colonial impôs em todos os âmbitos da vida humana, coube às mulheres provarem seu valor através da obediência ao matrimônio, à maternidade e ao pacto silencioso de nunca denunciar qualquer que seja a violência que lhe afetou, nem tampouco impor sua vida, sua existência e seus sonhos acima da de quem quer que seja. Romper com essa moralidade hegemônica implica na demonização da mulher e por consequência das mulheres como um todo. Assistimos a isso em 2009, quando veio a público a história da criança, então com nove anos de idade, que engravidou de gêmeos após ser estuprada pelo padrasto que também abusava de sua irmã, na cidade de Alagoinha, Pernambuco. A despeito da criança ter direito ao abortamento legal como previsto no Código Penal por se tratar tanto de estupro de vulnerável, como de gravidez que implicava em risco de morte para a gestante, a intervenção da igreja católica da cidade e do pai evangélico da menina foi suficiente para que um centro de saúde negasse a autorização o procedimento, mesmo havendo consentimento da criança e autorização da mãe, que era sua responsável legal ela precisou ser transferida para outra unidade de saúde, onde finalmente o procedimento foi realizado, como aborto terapêutico.

A despeito dessas informações, o Arcebispo de Recife, D. José Cardoso Sobrinho, considerou imperativo excomungar toda a equipe envolvida na interrupção voluntária da gravidez, bem como a mãe da menina, numa atitude que repercutiu internacionalmente. A Folha de São Paulo divulgou que o Arcebispo afirmou que a excomunhão no caso do aborto é automática, pois esse é um pecado mais grave que o estupro, por isso o padrasto não foi excomungado¹¹. Alegou ainda que salvar a vida da menina não justificava o abortamento e o sacrifício das duas vidas, afinal era uma gravidez gemelar.

Completa-se 10 anos desse caso e assistimos a uma ascensão assustadora do discurso antimulher, mascarado de pró-vida, e urge denominar a função violenta que

¹¹ A reportagem completa está disponível no link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0703200901.htm> Acesso em 13 abr. 2020.

esses discursos promovem. Uma década após o Brasil espantar-se com a história da criança de nove anos estuprada, grávida e correndo risco de vida temos um presidente que equipara o país a uma virgem que é cobijada pelos tarados, virgem como uma criança? Virgem como as crianças violadas cotidianamente no nosso país? Virgem como as meninas a quem se negam informação sob o pretexto de protegê-las, mas que culpamos quando sofrem com a invasão de seus corpos por homens adultos? Virgem como territórios da Amazônia ainda inexplorados e que desperta o interesse de ‘tarados’ externos e internos? Nossos corpos são ainda hoje territórios de batalha e a todo momento nos lembram que é sobre nossos corpos que os homens buscam a afirmação da sua própria virilidade, ficção poderosa que ainda os cega diante da própria impotência.

Estima-se que no Brasil ocorreram 49.900 estupros no ano de 2016, nesse mesmo ano ocorreram 1680 interrupções nos serviços de aborto legal considerando os três permissivos legais – gravidez decorrente de estupro, anencefalia fetal e risco de morte para a mulher. Considerando que estupro é um crime subnotificado, principalmente porque ocorre na maior parte das vezes no círculo de confiança da vítima, e que em torno de 7% dos estupros resultam em gravidez, temos um efeito significativo da propagação da ideia de que aborto é abominável sob qualquer circunstância: as mulheres e meninas não acessam os serviços e aborto legal, isso implica em incorrer em itinerários inseguros ou vê-se obrigada a maternar o filho do seu violador. São reverberações de discursos de poder, que alijam às mulheres da autoria de suas próprias histórias. A manipulação discursiva que se desenha a partir da instrumentalização do poder por parte daquele que exerce autoridade, impõe moralidade e reivindica a manutenção da pseudo paz que a norma promove para reiterar seu lugar privilegiado nas estruturas desiguais que hierarquizam vidas a partir de sua sexualidade, sua raça, sua classe e seu gênero.

“Mas veja, é uma questão de atendimento familiar. Se o marido mata a esposa, infelizmente é uma questão familiar que daí se torna um crime” a fala que parece ter saído diretamente do século passado foi proferida em 15 de março de 2019 pelo tenente-coronel da Polícia Militar Manoel Jorge dos Santos Neto ao tentar justificar o fato de que após oito ligações denunciarem um caso de violência contra mulher, Daniela Eduarda Alves foi assassinada pelo marido Emerson Bezerra, em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba (PR)¹² e que não havia viaturas disponíveis para atender a ocorrência. A complacência dos agentes de segurança pública com casos como esse está enraizada em nosso repertório simbólico e se reproduz em vários segmentos da sociedade brasileira, naturalizando o que é inaceitável. A violência contra a

¹² Ver notícia completa em: “É UMA QUESTÃO FAMILIAR”, DIZ PM SOBRE FEMINICÍDIO NO PARANÁ Revista Fórum. 15 março 2019. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/e-uma-questao-familiar-diz-pm-sobre-feminicidio-no-parana/> Acesso em 12 jan. 2020

mulher é o único crime onde a vítima é nomeada na tipificação e não o autor. Não se fala de enfrentamento a homens agressores/estupradores/feminicidas, se denomina a mulher e a violência que ela sofre, como se nessa cena não houvesse um perpetrador do fato. A escolha desses termos não é casual, nem irrelevante. Pelo contrário, produz apagamento da responsabilidade dos homens por seus atos de violação aos corpos femininos e expõe aquelas que serão escrutinadas em serviços de segurança, saúde, mídia e pelas vozes populares que questionam: “o que ela fez para merecer isso?”

Os questionamentos acerca do que podem ter feito as mulheres que justifique as violações perpetradas por homens não se repete aleatoriamente nos dias atuais. A conduta sexual das mulheres foi considerada argumento legítimo para justificar o assassinato daquelas que se pressupunha adúlteras antes da proclamação da República. Só a partir de 1830 o código criminal passa a considerar o adultério como atenuante de homicídio perpetrado por marido contra sua esposa, sendo que o inverso não apenas não era equivalente, como a manutenção de relações extraconjugais dos homens não era denominada adultério, mas sim concubinato (Eva BLAY, 2007). As reverberações desse histórico encharcam nossas possibilidades de subjetivação. Afinal, como homens e mulheres continuam sendo tão tolerantes às desigualdades de gênero?

A subjetividade se produz na relação das forças que atravessam o sujeito, no movimento, no ponto de encontro das práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação: formas de reconhecimento de si mesmo como sujeito da norma, de um preceito, de uma estética de si. (Kleber Prado FILHO; Simone MARTINS, 2007, p. 17)

Assim, enfrentar os efeitos da estrutura patriarcal que tolera que mulheres sejam assassinadas, estupradas, espancadas, implica em identificar e fissurar os efeitos psíquicos dessas violências na formação subjetiva de homens e mulheres. A atualização dos modelos hegemônicos de feminilidade e masculinidade reverberam nos modelos que seguimos reproduzindo de relação tanto no âmbito doméstico como no âmbito de representação política formal. O feminicídio como ápice da violência contra às mulheres denuncia uma estrutura que inicia na negação das mulheres como sujeitas que podem ocupar cargos de representatividade política e de destaque profissional.

Princesas que vestem rosa e presidentas que são depostas: lugar da mulher onde que é?

O golpe legislativo-parlamentar que destituiu a Presidenta eleita Dilma Vana Rousseff em 2016 segue em curso com as recorrentes afirmações sobre a inabilidade feminina ao âmbito público, à Política, aos espaços de poder. Em entrevista concedida à Folha de São Paulo o presidente do Partido Social Liberal (PSL) Luciano Bivar de-

clarou ser contrário à Lei nº 12.034 de 30 de setembro de 2009 em que se prevê que 30% das candidaturas deve ser preenchida por mulheres. Bivar disse ainda que: *‘Se os homens preferem mais política do que a mulher, tá certo, paciência, é a vocação. ... Eu não sou psicólogo, não. Mas eu sei isso... Você não pode fazer uma lei que submeta o homem, você não pode violentar o homem. Uma reportagem bonita seria entrar no lado psíquico da questão da vocação partidária*¹³.

Maria Lúcia Rocha-Coutinho (2004) nos aponta como a divisão sexual do trabalho segue sendo um argumento estruturante das relações entre os gêneros no contexto brasileiro, sendo que o mesmo discurso que elege a mulher como naturalmente inapta para a política e instintivamente capacitada para a criação da prole e os cuidados domésticos reforça a pseudo habilidade dos homens para o mundo público e sua total desvinculação das tarefas referentes a manutenção da vida no âmbito familiar. Essa disparidade de responsabilização entre homens e mulheres toca no que questionei ao iniciar essa seção: quanto vale a vida de uma mulher num contexto patriarcal? Quanto vale sua voz e quais às artimanhas eficazes em garantir a manutenção de silêncios femininos?

Assim, o argumento que Luciano Bivar nos apresenta não é novo, nem tampouco é desconexo que ele reivindique a Psicologia como saber que justifique a reificação das mulheres no âmbito doméstico ao passo que os homens sejam ativos no âmbito público. A Psicologia tem um histórico preocupante de ratificação das desigualdades sociais como aspectos inatos, além de consistir numa saber-poder que autoriza e legitima a reclusão, segregação e patologização daquelas consideradas inaptas ao convívio social. É nessa direção que Fernando Holiday propôs o Projeto de Lei 352/2019 que tem por objeto a defesa da vida e a oferta de atendimento psicológico às mulheres gestantes que tenha cunho de persuasão da possível intenção destas de interrupção da gravidez. A isso se somam ainda exposição a imagens e sons que apresentem a mulher às características do feto, atendimento de cunho religioso — e por religioso leia-se cristão — obrigatório, intervenção do serviço social que deve apresentar os trâmites para uma possível adoção pós parto e por fim, define que o poder municipal deve intervir no sentido de evitar que mulheres que estejam propensas a abortar não o façam, ainda que para isso elas devam ser institucionalizadas de modo a garantir a gestação.

O teor desse projeto de lei ultrapassa às noções de absurdo e chega a ser dan-tesco. Implicar profissionais de saúde numa jornada policial de presunção da su-

¹³A entrevista completa pode ser acessada em: MATTOSO, Camila Mattoso; BRAGON, Ranier . ‘Política não é muito da mulher’, diz presidente nacional do PSL **Folha de São Paulo**. 10 de fevereiro 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/politica-nao-e-muito-da-mulher-diz-presidente-nacional-do-psl.shtml> Acesso em 20 fev. 2019

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/politica-nao-e-muito-da-mulher-diz-presidente-nacional-do-psl.shtml> Acesso em 20 fev. 2019

posta intenção das mulheres de abortar é o suprassumo do abuso do saber poder como ferramenta de tortura. É tortura expor mulheres a um processo de doutrinação e convencimento por vias religiosas, cristãs, biomédicas. Gravidez forçada é tortura, institucionalizar mulheres como mecanismo de manutenção de gestações que estas não desejam é prática utilizada em contextos de guerras étnicas como os campos de estupro de Milosevic onde mulheres bósnias eram obrigadas a permanecer após serem estupradas por homens sérvios até que a gravidez estivesse avançada o suficiente, quando eram liberadas para parir os filhos de seus violadores sem nenhuma assistência de nenhum dos lados da guerra que avançava pelos territórios e pelos corpos femininos (Carmem RIAL, 2007), reiterando a simbiose imagética que o regime colonial impôs ao corpos femininos com as regiões de onde as mulheres são provenientes. Como nos aponta Sueli Carneiro, “Toda situação de conquista e dominação de um grupo humano sobre outro é a apropriação sexual das mulheres do grupo derrotado pelo vencedor que melhor expressa o alcance da derrota” (Sueli CARNEIRO, 2012, p.169).

Esse controle, é antes de tudo, racializado e tem marcas de classe. Janaína Aparecida foi esterilizada por ordem do Estado ao ser considerada hipossuficiente, foi submetida a uma cesárea compulsória e em seguida teve seu útero retirado, tal qual às mulheres peruanas na década de 90 no governo de Fujimori. Revivemos um passado que ainda é recente historicamente, mas que parece não despertar reações suficientemente eficazes na interrupção desse projeto eugenista, misógino e medieval. Os homens que ocupam os espaços de representação política odeiam as mulheres e se orgulham disso, se elegeram com essa bandeira e agora estão armando seus eleitores para que a morte simbólica que impõem a elas seja cada vez mais física. Essa denúncia é atual no contexto latino americano, onde presidentes metaforizam a floresta como mulheres não defloradas, onde presidentas perdem seus mandatos por argumentos que não arranham a carreira de homens, onde jovens como Maria José e Marina são vítimas de violência sexual e assassinadas — ao que a opinião pública questiona: Por que viajavam sozinhas, mesmo estando em duas? — onde representantes do poder público a despeito das décadas de luta antimanicomial protocola projeto de Lei que propõe internação de mulheres que interrompem uma gestação indesejada. Em América Latina, a feminização da terra e a territorialização das mulheres perpassam às disputas políticas, religiosas, biomédicas. Como denunciaram feministas comunitárias latinoamericanas em Pronunciamento proferido na *Conferência de los Pueblos sobre Cambio Climático realizada en Tiquipaya*, Bolívia; abril de 2010:

Una cosa es que la pachamama nos sostenga y nos contenga, que esté dispuesta o tenga la potencialidad para nuestra alimentación, creaciones y recreación, y otra que sea ‘derecho’ y propiedad del ser humano explotarla, comprarla, venderla, enajenarla o depredarla. Lo mismo con las mujeres, una cosa es que tengamos la

capacidad de parir y otra que sea obligación o prohibición. Si una comunidad manipula el cuerpo y la maternidad de las mujeres le está arrebatando el derecho a la autodeterminación. La prohibición de interrumpir los embarazos no deseados o amenazantes para la vida y la integridad física y psicológica de una mujer, es violencia concreta y simbólica contra todas las mujeres. El control sobre el proceso de gestación- embarazo y parto de parte de los Estados, gobiernos y otras instituciones, es un privilegio patriarcal que se sostiene sobre el género y la violencia contra las mujeres, y que reclamamos que la comunidad no repita. (2014, p. 430)

O desafio que fica para a Psicologia social brasileira e latinoamericana é lidar com essa manifestação de violência tão dispersa e ao mesmo tempo tão eficaz, que cerceia os direitos das mulheres controlando desde a sua sexualidade, sua capacidade reprodutiva, seu direito de ir e vir e seus acesso aos espaços de poder. Essas manifestações, que há poucos anos atrás passaram a ser questionadas e problematizadas, atualmente, pela frequência, intensidade e gravidade, voltam ao processo de naturalização das desigualdades, definindo pelo aspecto anatômico quais espaços as mulheres podem ou não ocupar, quais direitos possuem ou não, se podem permanecer no convívio de sua comunidade ou se devem ser asiladas, violadas, assassinadas, depostas, desqualificadas, por serem quem são e desejarem escrever outras narrativas para suas histórias. Diante disso, a Psicologia não pode repetir seus erros, nem suas omissões.

Cabe pensar uma Psicologia que seja decolonial, antirracista, antilesbotranshomofóbica, antifascista, feminista. Não há como despatriarcalizar sem repensar o racismo estrutural, bem como não há como despatriarcalizar sem deslocar a heteronorma de seu lugar de modelo e não há como fissurar a heteronorma sem decolonizar nossos corpos e nossos territórios. Não se trata, por suposto, em tarefa fácil, mas escrevo confiante de que é justamente diante do absurdo cotidiano que podemos arriscar construir uma Psicologia - e talvez - uma sociedade onde decolonial não seja um termo que adjetiva uma categoria, mas sim um modo de construir e organizar nossas relações.

Referências

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, dez. 2003.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual. **Psicol. Am. Lat.**, México, n.1, fev.2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350-2004000100002X&lng=pt&nrm=isso Acesso em: 20 jan 2019

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Orgs.) **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 959-966, JunX2010.XDisponívelXemXhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700002&lng=en&nrm=iso Acesso em: 20 Jan. 2019

FEMINISMO COMUNITÁRIO, Pronunciamento del Feminismo Comunitario en la Conferencia de los Pueblos sobre Cambio Climático, realizada en Tiquipaya, Bolivia, realizado entre 19 e 22 de abril de 2010. In: MIÑOSO, Yuderks Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (Orgs.) **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. “**Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador**”. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero, e Feminismo). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências sociais hoje**, 2, 223-244, 1983.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008.

LUGONES, Maria. “Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples”. In: ____ **Serie Foros 2 Pensando los feminismos en Bolivia**. Conexión Fondo de Emancipaciones. 2. La Paz, Bolivia, 2012. (Serie Foros).

MACHADO, Lia Zanotta. O Impacto Social das Narrativas Biológicas, Jurídicas e religiosas sobre o aborto In: ____ **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké **La invención de las mujeres**. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá, Editorial en la frontera, 2017

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14-19, Dec. 2007.

PEREIRA, Vanessa. do N. et al. Abortamento induzido: vivência de mulheres baianas. **Saúde soc.** São Paulo, v. 21, n. 4, Dec. 2012.

RIAL, Carmem. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 131-151, jan. 2007. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000100009/7110>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 2-17. jun. 2004.

RUIBAL, Alba M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 14, p. 111-138, Aug. 2014.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al . Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1019-1027, Aug. 2009.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica." **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul-dez.,1990.

AS POTENCIALIDADES DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA E A ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA¹⁴

Milena Nogueira Azevedo

II. A(O) psicóloga(o) trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CÓDIGO DE ÉTICA DA(O) PSICÓLOGA(O))

A inserção da(o) psicóloga(o) na Atenção Primária é recente, enquanto política pública de alcance nacional, e vem sendo construída tanto no cotidiano dos serviços, quanto fora dele. Tal inclusão se deu, sobretudo, em 2008, a partir da criação dos NASF-AB (Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica), que consiste em uma equipe multidisciplinar, cujo objetivo principal é ampliar e apoiar a capacidade de resolutividade das equipes de Saúde da Família e da Atenção Básica para populações específicas (equipes ribeirinhas e fluviais, Consultórios na Rua), a partir do apoio matricial, referencial teórico-metodológico baseado no compartilhamento de saberes e práticas (BRASIL, 2014).

No entanto, em 12 de novembro de 2019, o Ministério da Saúde publicou a portaria 2.979 (BRASIL, 2019) que institui um novo modelo de financiamento para custeio da Atenção Básica, a partir do Programa Previne Brasil, cujo texto não cita o NASF-AB como uma das ações estratégicas a serem custeadas pelo órgão. Tal posição é reforçada pela Nota Técnica divulgada em 27 de janeiro de 2020 (BRASIL, 2020), a qual extingue as modalidades de NASF-AB (1, 2 e 3) e seus respectivos financiamentos. De acordo com o documento, as “equipes multiprofissionais” não serão mais vinculadas ao NASF-AB, tendo o gestor municipal completa autonomia para escolher profissionais, definir carga horária e seu arranjo. Desde janeiro de 2020 o Ministério da Saúde também não realiza mais credenciamento de NASF-AB. A nota afirma que, a partir de 2021 será incorporado ao rol de indicadores à atuação de equipes multiprofissionais, para pagamento da Atenção Primária à Saúde.

As implicações dessas e de outras modificações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estão sendo discutidas por diversos segmentos sociais, no momento. Vale ressaltar que tais alterações, no que tange aos rumos do NASF-AB, foram realizadas poucos dias após as conclusões da escrita deste ensaio teórico. Ainda, agora, mais do que nunca, é pertinente que se reafirme as potencialidades da Atenção Primária e

¹⁴ A profissional revisora técnica do texto foi a psicóloga Ana Vanessa de Medeiros Neves, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento (UFBA), Terapeuta Comunitária pela (UFC), servidora do Ministério da Saúde.

a sua interface com a Psicologia. É urgente e crucial a disputa de narrativas e possibilidades. É necessário apostar.

Dessa forma, considerando que as equipes multiprofissionais estarão inseridas no contexto da Atenção Primária e poderão ser compostas, inclusive, por psicólogos(as), cabe questionar: afinal, qual o fazer da Psicologia nesse espaço? Na direção de uma resposta, faço alusão ao que afirmam Magda Dimenstein e João Macedo (2012), ao reconhecerem a contribuição da Psicologia neste campo, por meio da promoção de experiências inovadoras, estímulo ao desenvolvimento de habilidades e competências, implicando em contribuições importantes no aperfeiçoamento de todas(os) as(os) envolvidas(os), o que pode resultar em uma maior efetividade na identificação de casos e intervenção precoce (quando necessário), por exemplo.

Apesar disso, como amplamente demonstrado em diversas publicações da área, muito temos a avançar, haja vista as especificidades dos fenômenos contemporâneos e a importância de reformulações constantes dos saberes, a fim de apresentar respostas mais satisfatórias às demandas. Neste contexto, a Violência Contra as Mulheres (VCM) aparece de forma alarmante, nos convocando à uma posição política, tal como nos lembra Regina Benevides (2005), ao defender a necessidade de operarmos a partir de uma análise e crítica às formas instituídas, que repercutem nos processos de subjetivação.

A VCM é um fenômeno complexo e multifacetado, que implica em prejuízos psíquicos, sociais, culturais e econômicos significativos, além de atingir um número elevado de pessoas direta e/ou indiretamente (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). A Organização Mundial de Saúde (OMS) já reconhece a VCM como um problema de saúde pública, o que desloca o fenômeno do campo individual para o coletivo, também nos movendo, como psicólogas(os). Dessa forma, é fundamental que haja uma interlocução com diversos saberes e campos, a fim de efetivar, na prática, um conjunto de ações e estratégias de enfrentamento à questão.

Considerando o exposto, por acreditar na possibilidade da promoção de uma atenção à saúde sensível aos aspectos multifatoriais que atravessam a VCM, o objetivo deste texto consiste em resgatar conceitos fundamentais, bem como o histórico do SUS e da Atenção Básica, situando o papel e importância da Psicologia da Saúde nesse campo. Junto a isso, o desejo por tecer linhas a respeito, originou-se da minha imersão como psicóloga, cidadã e mulher em Unidades de Saúde da Família e NASF-AB, localizados em municípios do interior e da capital (Barrocas, Serrinha e Salvador - Bahia) e inquietude gerada por não obter literatura suficiente que contemple a necessidade da articulação psi com os estudos/práticas em saúde voltados às mulheres em situação de violência.

Do ponto de vista epidemiológico, o Atlas da Violência (Daniel CERQUEIRA, et al. 2019), verificou o aumento de 30,7% no número de homicídios de mulheres entre 2007 e 2017. Outro dado alarmante, nesse sentido, é a diferença de crescimento dos

femicídios de mulheres negras (60,5%) em relação às mulheres não negras (1,7%), o que revela a necessidade de uma intervenção mais efetiva que considere os atravessamentos de raça/etnia e os impactos à garantia da universalidade de acesso às políticas públicas.

Além disso, de acordo com a OMS (apud Julio Jacobo WAISELFISZ, 2015), em um grupo de 83 países, o Brasil ocupa a 5ª posição no que tange aos maiores indicadores de VCM. Um elemento que vale destacar é que, pesquisas apontam que a maior parte dos casos de violência são perpetradas por parceiros íntimos, no âmbito doméstico.

Deve-se considerar também a preocupante tensão que emerge atualmente, envolvendo a agenda de retrocessos no âmbito das políticas públicas de enfrentamento às iniquidades de gênero, conforme apontam Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018). Logo, é fundamental que haja uma atuação crítica das(os) profissionais de saúde e da própria Psicologia, na tentativa de reduzir os reflexos desse cenário.

Assim, a fim de delimitar o conceito de gênero ora citado, a leitura proposta aqui adota o entendimento de Joan Wallach Scott (1995, p.86) ao defender que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, no entanto, acrescenta-se ainda, outros marcadores sociais tais como raça, classe social e orientação sexual, como produtores de subjetividades e relações de poder. Segundo o CFP - Conselho Federal de Psicologia (2013, p. 61): “Esse pensamento relacional e transversal [...] pode fornecer uma dimensão e entendimento maior da opressão vivenciada pela mulher”.

Deste modo, ao encontro do que preconizam os princípios fundamentais do Código de Ética da(o) psicóloga(o) a travessia ora iniciada parte da retomada do contexto histórico, marcos legais, normativas técnicas e artigos científicos que embasam o reconhecimento das potencialidades presentes na Atenção Básica, articulada à uma prática psicológica sensível à multidimensionalidade do fenômeno, objeto de reflexão. Este ensaio teórico não pretende ser conclusivo, mas sim, provocativo, mobilizador, na esperança de “ativar a ousadia de diferir e fazer com que esses conceitos ganhem um sentido prático” (Magda DIMENSTEIN; João Paulo MACEDO, 2012, p. 238).

“Apesar de você”¹⁵, o SUS

Nesse breve histórico delineado, busco resgatar alguns marcos da criação do SUS, por não considerar plausível falar da inserção da Psicologia nesse lugar, sem saber quem é, afinal, o SUS!

¹⁵ Alusão à música “Apesar de você”, escrita por Chico Buarque de Holanda e alvo de censura pelo Regime Militar, na época da ditadura no Brasil.

Não por acaso, o subtítulo “apesar de você...” refere-se ao período histórico (1964-1985) marcado pela violação de direitos, censura à livre expressão de ideias e autoritarismo, promovido pela Ditadura Militar, no Brasil. Segundo Nadja Oliveira Figueiredo e Francisco Rebouças Porto Junior (2017, p. 27), na época: “a população estava excluída das políticas públicas de saúde, observou-se uma profunda desigualdade social nesse período da história brasileira, a saúde estava destinada às elites políticas e econômicas”. Portanto, a realidade apontava para a necessidade de movimentos de mudança que implicariam em modificações psicossociais importantes.

Nesse contexto, a Reforma Sanitária no Brasil configurou-se como um “projeto de reforma social” (Jairnilson Silva PAIM, 2008, p. 628), iniciada a partir da mobilização coletiva, ocorrida entre 1970 e 1980, graças aos movimentos sociais, na luta contra a ditadura militar e determinadas práticas médicas, com foco na garantia dos direitos da população. Assim, o direito à saúde no Brasil caminha lado a lado com o processo de transição democrática sendo materializado pela Constituição Federal de 1988, produto desse movimento. Tendo como princípios fundamentais a Integralidade, a Universalidade e a Equidade, o SUS continua sendo caracterizado como campo de resistência à privatização da saúde e da vida (Regina BENEVIDES, 2005).

Nesse cenário, lembro também da importância de uma outra Reforma: a Psiquiátrica. Na mesma época, esse movimento aparece como resposta ao descaso, violência e desumanização das ações de assistência às(os) sujeitas(os) com transtorno mental, também no âmbito da saúde. A proposta foi reconstruir a Saúde Mental, por meio da articulação entre trabalhadoras(es), usuárias(os), familiares e demais ativistas, com vistas ao enfrentamento da violência, segregação, por meio de uma crítica à medicalização da vida e institucionalização, a fim de criar um outro lugar social para a loucura (Paulo AMARANTE, Mônica de Oliveira NUNES, 2018).

Em 1990, dois anos após a Constituição Federal, inicia-se o processo de consolidação da institucionalização do SUS, a partir da Lei Orgânica da Saúde 8.080/90 (BRASIL, 1990a), que dispõe sobre a regulamentação das ações, organização e funcionamento dos serviços, bem como sobre as condições de promoção, proteção e recuperação da saúde e a 8.142/90 (BRASIL, 1990b), que versa sobre a participação social e transferências intergovernamentais entre esferas de governo. A transição legitimada pela promulgação das leis supracitadas, possibilitou o alcance de marcos importantes em direção à construção do SUS.

No que diz respeito à Atenção Primária no Brasil, é fundamental sinalizar a importância do Programa Saúde da Família (PSF), criado em 1994 com o objetivo de reorientar o modelo de atenção à saúde até então vigente, implicando no processo de municipalização da gestão do SUS, sensibilização quanto à alteração da lógica curativista e individualista hegemônica com uma ampliação significativa da oferta de cuidado (Isabel Fernandes OLIVEIRA, et al., 2017).

Portanto, diante do reconhecimento da potência desse novo modelo, o PSF foi fortalecido e torna-se ESF – Estratégia Saúde da Família. Para Isabel Fernandes Oliveira et al. (2017), a promulgação da PNAB – Política Nacional de Atenção Básica¹⁶ apontou para a ampliação da assistência ofertada, com a inclusão no rol de ações individuais e coletivas, a oferta de cuidados pertinentes à manutenção da saúde, proteção, prevenção de agravos, promoção de saúde, identificação de diagnósticos, tratamento, reabilitação na comunidade.

Apesar da inovação no cuidado em saúde, foi necessário pensar em uma estratégia que possibilitasse a melhoria do acesso e da qualidade da Atenção Básica (BRASIL, 2014). Para tanto, são criados os NASF-AB que, por meio da ferramenta do apoio matricial buscavam efetivar a proposta de trabalho. A nova PNAB (2017d, p.11) preconiza que tais equipes multidisciplinares, além de intervir numa perspectiva interdisciplinar também devem “compartilhar saberes, práticas e gestão do cuidado”.

Todavia, a “equipe multiprofissional” recém-criada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), conforme já dito, substitui o NASF-AB, mas, até então, não revoga os princípios e diretrizes constantes na PNAB. Portanto, é ainda possível, um diálogo com o que se preconiza neste nível de Atenção. Assim, é pertinente seguirmos implicadas(os) na esperança de que “apesar de...” tanto retrocesso, a mobilização coletiva possibilitará horizontes mais potentes em vida e fornecerá bases ainda mais sólidas para a atuação nesse campo.

Psicologia da Saúde e Violência Contra a Mulher

Percorremos parte do caminho feito pelo SUS, mas e nós?

É justamente nesse contexto/equipe/território, com seus avanços e desafios, que nos inserimos de uma forma mais expressiva como psicólogas(os). A nossa intervenção pressupõe um manejo adequado do trabalho em equipes multidisciplinares ou interdisciplinares, a partir da utilização de técnicas e saberes pertinentes ao modo de construção das subjetividades, bem como a consideração pelos contextos sociais e culturais aos quais às(os) sujeitas(os) estão inseridas(os) (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

O CFP orienta para o estabelecimento de estratégias de intervenção, tendo em vista a maximização da melhoria da qualidade de vida das(os) sujeitas(os), famílias e coletividades. Para Richard Straub (2014) o campo da Psicologia da Saúde se interessa pela aplicação de princípios e pesquisas psicológicas, tendo em vista a melhoria da

¹⁶ A nova PNAB (2017) se orienta pelos princípios da Universalidade, Equidade e Integralidade. E preconiza a necessidade de operacionalização das seguintes diretrizes: Regionalização e Hierarquização; Territorialização; População Adscrita; Cuidado centrado na pessoa; Resolutividade; Longitudinalidade do cuidado; Coordenação do cuidado; Ordenação da rede; Participação da comunidade.

saúde, prevenção de agravos e oferta de tratamento. O autor frisa a importância da compreensão do conceito atrelado a aspectos multifatoriais, tais como condições sociais, psicológicas, traços individuais e questões socioeconômicas.

Richard Straub (2014) ratifica a importância das(os) profissionais da saúde, alcançarem uma compreensão robusta das relações que envolvem aspectos como o gênero, raça/etnia, status sociocultural e saúde, indo ao encontro do que também orienta a Nova PNAB (2017). Dessa forma, em se tratando especificamente da VCM, vale destacar como o olhar sensível aos diversos elementos presentes pode permitir uma intervenção mais resolutiva. Logo, questiona-se: o que pode maximizar a possibilidade de uma intervenção mais efetiva no âmbito da VCM?

A resposta à pergunta é carregada de história, a qual remonta à década 1990, quando o Brasil tornou-se signatário de marcos importantes, são eles: Conferências da Organização das Nações Unidas (1993, 1994, 1995); assinatura do Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (2002); Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993) e, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como “Carta de Belém do Pará” (Cecília SARDENBERG; Márcia TAVARES, 2016).

Embora se reconhecessem os avanços supracitados, o Estado brasileiro seguiu fragilizado no enfrentamento à violência, de tal modo que Maria da Penha Maia Fernandes, professora, paraplégica devido à violência doméstica perpetrada pelo ex-marido, ao evidenciar a impunidade estatal, somou-se a outras(os) sujeitas(os) e grupos sociais¹⁷, e encaminhou uma petição contra o Estado, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tendo como base justamente a Convenção realizada em Belém do Pará. Como resultado, o Estado foi condenado a pagar uma indenização à Maria da Penha, conforme apontam Cecília Sardenberg e Márcia Tavares (2016). Em 07 de agosto de 2006, o Presidente da República sancionou a Lei de nº 11.340, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, fazendo menção à brasileira vítima de violência.

A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006, p.1) define que “a violência doméstica e familiar contra a mulher [consiste em] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Deste modo, visto que o fenômeno da VCM dialoga com diversas dimensões da existência humana, entende-se que não deva ser reduzida a um problema individual e unicausal.

Nesse sentido, em uma crítica à ideia de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, utilizada, inclusive, como um argumento do Estado para a não

¹⁷ Organizações Centro para a Justiça e o Direito Internacional e Comitê Latino-americano do Caribe para a Defesa da Mulher (Cecília SARDENBERG; Márcia TAVARES, 2016).

intervenção, Heleieth I.B. Saffioti (2001) refere que o exercício de poder estabelecido do homem para com a mulher não se restringe ao espaço privado, mas é concebido também simbolicamente, uma vez que, mesmo separados, o homem continua reconhecendo-se no direito sobre a existência da ex. Dessa maneira, é fundamental, a discussão ampliada da questão e intervenções possíveis.

Nessa direção, o CFP, juntamente com uma comissão de especialistas *had doc* e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), realizaram uma pesquisa mista nacional por meio de uma coleta de dados presencial, e on-line, a qual contou com a participação de 103 profissionais que atuavam em programas que atendiam mulheres em situação de violência, bem como o documento ficou disponível para consulta pública, ampliando a participação de psicólogas(os) colaborando com a construção do documento. O documento apontou a Lei Maria da Penha como uma das referências principais para a atuação das(os) psicólogas(os). Outro aspecto destacado na fala das profissionais é o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (2007 apud CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013), como elemento-chave no processo. São essas, portanto, duas referências que ampliam, significativamente, uma ação possível frente às situações de violência.

No âmbito da saúde, temos alguns marcos importantes que podem agregar, sobremaneira, às nossas intervenções: criação em 2004 da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a partir de um enfoque de gênero e maior valorização da integralidade e de ações de promoção da saúde; a Lei 10.778/03 que estabelece em todo o território nacional a notificação compulsória nos casos de VCM identificados nos serviços públicos ou privados (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

No que tange, especificamente, à Atenção Básica, é crucial valorizar a inserção privilegiada que ocupa nos territórios, uma vez que, por ser a porta de entrada para os demais serviços, torna-se, muitas vezes, parte ou a única rede de apoio de mulheres em situação de violência. Em geral, as equipes da Atenção Básica são as primeiras a obter informações sobre o episódio violento (Camile de Freitas GUARINI; Roberta Barbosa SILVA, 2019). Nesse contexto, nós, psicólogas(os), mesmo que não sejamos as(os) primeiras(os) a serem informadas(os), como profissionais de referência em saúde mental, somos convocadas(os) a uma ação, a uma resposta. Somos convocadas(os) a pôr palavra e ação na falta. Somos convocadas(os) a tamponar a falta, muitas vezes.

Camile de Freitas Guarini e Roberta Barbosa Silva (2019) afirmam ainda que, para além da promulgação de leis e decretos, a materialização das políticas públicas depende também das modificações sociais, especialmente das(os) profissionais, no que diz respeito às formas de pensar e agir. Nessa perspectiva, questiono: o que estamos falando sobre isso, como ciência?

Assim, a fim de responder tal indagação, busquei identificar artigos científicos que pudessem favorecer tal discussão e embasamento, a partir de uma breve pesqui-

sa no banco de dados da BVS Saúde¹⁸ durante o período de novembro dezembro de 2019. Utilizei os seguintes descritores em português: “violência doméstica” AND “atenção primária” AND “psicologia”. Os critérios para elegibilidade dos estudos, versaram sobre a sua disponibilidade na íntegra; publicados nos últimos 5 (cinco) anos; Brasil como país de filiação; alinhamento com o tema de pesquisa por meio da avaliação do título, resumo e/ou corpo do texto; publicações escritas em português. Enquanto os critérios exclusão de artigos foram: estudos que não se enquadravam no artigo científico; estudos duplicados e que não abordavam o tema.

O produto final da pesquisa resultou em quatro artigos científicos publicados, porém, apenas um correspondia aos critérios: “Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família”, de Nardilene Pereira Gomes et al., publicado em 2014. Logo, resguardando as limitações da pesquisa, infelizmente, é possível constatar que é incipiente ou quase inexistente o número de produções científicas envolvendo o diálogo entre Psicologia, Atenção Básica e a VCM.

Todavia, observamos um crescente interesse tanto das(os) psicólogas(os) como do Sistema Conselhos de Psicologia em abordar o assunto, não exatamente com foco na Atenção Básica, mas ao articular gênero à ciência psicológica. Nessa direção, o CFP e o Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região (CRP-03), vêm publicando uma série de documentos relacionados ao tema, destacando-se a “Nota Técnica sobre a atuação da(o) profissional psicóloga(o) em casos de violência contra a mulher” (CFP, 2016), a qual diferencia a notificação compulsória – obrigatória em todo o país pelo sistema de saúde – da comunicação externa, definindo os casos em que deve haver quebra de sigilo, e a “Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência” (CREPOP, 2013). Destaco os livros publicados pelo CRP-03, “Gênero na Psicologia: articulações e discussões” (2013) e “Gênero na Psicologia: saberes e práticas” (2016).

Fortalecer o que já existe também é uma maneira de resistir de forma potente, assim, retomo o que se apresenta como práticas realizadas por colegas psicólogas(os), referidas em 2008, segundo pesquisa do CFP (2013), são elas: acolhimento; planejamento da atuação/atendimento; encaminhamento; acompanhamento; estudo de caso; produção de documentos; atendimento psicológico; grupo de mulheres; atividades coletivas (prevenção de violência); capacitação e supervisão de outros profissionais; atividades de gestão dos serviços. Tais estratégias podem e devem, de forma contextualizada, estar presentes no âmbito da Atenção Básica.

Ainda nesse sentido, na pesquisa realizada por Nardilene et al. (2014), em Santa Catarina-Brasil, objetivou-se compreender o significado do apoio psicológico à mu-

¹⁸ Disponível no site: << <https://bvsalud.org/> >>

lher em situação de violência conjugal, para 52 (cinquenta e dois) profissionais que atuavam em Unidades de Saúde da Família. O resultado do estudo apontou que havia um reconhecimento por parte da equipe multiprofissional acerca da importância do suporte psicológico às mulheres, o que implicava na referência constante à(o) profissional de Psicologia, tendo em vista a percepção de um melhor preparo para o trabalho com empoderamento feminino e sensibilização quanto ao rompimento da situação de violência. No entanto, queixaram-se do reduzido número de psicólogas(os). Além disso, vale pontuar que houve uma autocrítica quanto ao distanciamento das ações de promoção de saúde e prevenção de agravos, muitas vezes, pouco realizadas pelas(os) psicólogas(os), em decorrência da alta demanda.

Diante de tudo isso, é necessário repensar as práticas e representação social da Psicologia no contexto da Atenção Básica, uma vez que a proposta não deveria ser transpor a lógica individualista e privativa para as políticas públicas. Nessa direção, o elo entre a ciência psicológica e este âmbito de práxis pode propiciar resultados importantes, e se configurar como um elemento político de resistência ao retrocesso, o que inclui o enfrentamento da VCM.

Considerando o exposto e a inserção nos territórios, seria interessante utilizarmos dos recursos que nos são oferecidos, tal como o PTS (Projeto Terapêutico Singular)¹⁹, por exemplo. Mas, diante da complexidade, quais caminhos seguir? Não há protocolos fixos e inflexíveis ao se tratar do tema em questão, porém, a partir das múltiplas interlocuções, existem alguns caminhos a seguir pertinentes para o trabalho. Assim, acredito que, como psicólogas(os), um dos nossos desafios nesse contexto, é descortinar as relações existentes no espaço geográfico e subjetivo, com foco no cuidado centrado na pessoa e na família, sob uma perspectiva biopsicossocial. Outro elemento importante é favorecer a coordenação do cuidado e participação comunitária na produção de cuidado em saúde, a partir da valorização de espaços de potência, protagonismo e decisão existentes tanto na área adscrita, quanto fora dela. No universo da assistência às mulheres em situação de violência, não devemos esquecer também do papel da longitudinalidade e o estabelecimento de redes intra-setoriais e intersetoriais. Ou seja, pôr em prática, princípios, diretrizes e ferramentas desse nível de complexidade de modo a facilitar o manejo da questão. Na teoria, parece fácil, mas para identificarmos as potencialidades do nosso trabalho, é fundamental, enxergarmos as dificuldades existentes sejam elas a nível macro, estejam elas localizadas no interior dos processos de trabalho e das relações. Já se perguntou quais os seus desafios e potencialidades?

¹⁹ PTS (Projeto Terapêutico Singular) é um instrumento de organização de cuidado em saúde, construído entre equipe e usuário. É definido como um conjunto de propostas de condutas terapêuticas, com foco num sujeito ou coletivo, utilizada, em geral, em casos com alta complexidade (BRASIL, 2014).

Reticências [quase] finais

Certamente, como se pode perceber na narrativa, a existência da violência e da violação de direitos, historicamente, precedeu todos os marcos legais, Constituição Federal, normativas técnicas citadas, tanto no que se refere ao SUS, como à própria VCM. Nesse sentido, o SUS, a Psicologia e a VCM, dentre tantos elementos, apresentam um denominador em comum: o sofrimento.

A despeito disso, é preciso, antes de tudo, reconhecer as potencialidades dos saberes e práticas associados, a partir do desejo do enfrentamento e resignificação, imprimindo rupturas, pondo reticências e indagações no campo da vida. É nessa direção que se faz urgente a continuidade da reinvenção das práticas de cuidado e consolidação das potências identificadas.

Nesse cenário, a partir da interlocução entre Psicologia e Atenção Básica, a possibilidade de promover um cuidado à saúde da mulher em situação de violência perpassa por alguns elementos, tais como: reconhecimento do lugar privilegiado que a Atenção Básica ocupa; compreensão dos aspectos que atravessam a VCM; realização de práticas de ampliação do saber/fazer das equipes de Saúde da Família e Atenção Básica; alinhamento do fazer com os princípios e diretrizes da Atenção Básica, bem como de políticas de proteção às mulheres, especialmente da Lei Maria da Penha; estímulo às produções da própria Psicologia, o que se traduz também nas publicações do CFP; oferta de uma escuta sensível e sem julgamentos, tanto à mulher como para os profissionais; busca da ampliação da qualidade e do acesso dos serviços na Atenção Básica.

Considerando que a(o) psicóloga(o) numa equipe multiprofissional, atua também por meio da proposta de ampliar saberes e práticas das(os) demais sujeitas(os) envolvidas(os), questiona-se: Como essas potencialidades podem ganhar sentido na vida e no território? Quais os impactos da nossa atuação na resolutividade das questões que envolvem a VCM, no âmbito da AB? O que é resolutividade para quem prestamos assistência? A complexidade do fenômeno em questão, demanda a continuidade dessas e de tantas outras indagações e reflexões.

Portanto, considerando a multidimensionalidade dos aspectos, das pessoas, e movimentos envolvidos, evidencia-se que a construção dessa narrativa foi/é atravessada por diversas lutas, reformas, resistências. Diante disso e da constatação da pouca produção científica pertinente, em especial, no que concerne ao papel da Psicologia junto às mulheres em situação de violência cujo território possua Atenção Básica, sugiro que possamos nos mobilizar e fortalecer em prol de produções científicas e intervenções que nos instiguem e desloquem o nosso campo em direção ao outro, a nós mesmas(os) e ao fortalecimento permanente do SUS.

Referências

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta

por uma sociedade sem manicômios. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2067-2074, Jun. 2018.

ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda (Org). **Gênero na Psicologia: Articulações e Discussões**. 1ed. Salvador: Conselho Regional de Psicologia, 3ª Região. 2013, 196 p.

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 21-25, Ago. 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 7 ago. 2006.

_____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 20 de set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. **Lei nº 8.142, de 28 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 31/12/1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Portaria nº 2.436, de 21 de Setembro-XdeX2017.XDisponívelXem:X<http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família - Volume 1: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. **Cadernos de Atenção Básica**, n. 39. Brasília, DF, 2014, 116 p.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Institui o Programa Previ-ne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017**. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Saúde da Família. **Nota Técnica nº 3/2020-DESF/SAPS/MS**. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Programa Previne Brasil. Disponível em: < <https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2020/01/NT-NASF-AB-e-Previne-Brasil-1.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2020.

CERQUEIRA, Daniel, et al. **Atlas da Violência** 2019. Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo: IPEA, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432> Acesso em: 15 jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Brasília: CFP, 2013, 117 p.

_____. **Altera a resolução CFP nº. 013/2007, que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro**. Resolução CFP Nº 03/2016. Disponível em < <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-003-2016.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. **Nota técnica de orientação profissional em casos de violência contra a mulher: casos para a quebra do sigilo profissional**. 2016. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Nota-tecnica-de-orientacao-profissional-para-casos-de-violencia-contra-a-mulher3.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

_____. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. 20 p.

DENEGA, Alessa Montalvão Oliveira; ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda (Org). **Gênero na Psicologia: Saberes e Práticas**. 1ª. ed. Salvador: Conselho Regional de Psicologia, 3ª Região. 2016. 222 p.

DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v, 32, n. espe, p. 232-245. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca17.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FIGUEIREDO, Nadja Oliveira; JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças Porto. Políticas Públicas de Saúde: aportes para se pensar a trajetória histórica brasileira. **Revista Desafios** – v. 04, n. 01, 2017.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 63-69, abril, 2014.

GUARINI, Camile de Freitas; SILVA, Roberta Barbosa. A violência contra mulher e a psicologia diante dessa realidade na perspectiva da atenção básica. **Revista Mosaico**.

Rio de Janeiro, v, 10, n. 1, p. 79-87. Jan/jan, 2019. Disponível em: <<http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1778>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes, et al. A atuação do psicólogo nos NASF: desafios e perspectivas na atenção básica. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 1, p. 291-304, mar. 2017

PAIM, Jairnilson Silva. A reforma sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde: dialogando com hipóteses concorrentes. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 625-644, 2008.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero**. EDUFBA: Salvador, 2018, p. 7-22.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero* **Cadernos Pagu** (16) pp.115-13, 2001.

SARDENBERG, Cecília; TAVARES, Márcia, (Org). **Violência de gênero contra a mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2016, 335 p.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71– 99, dez. 1995.

STRAUB, Richard. **A Psicologia da saúde: uma abordagem psicossocial**. Artes Médicas: Porto Alegre, 2014.

WASELFISZ Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e FLACSO, 2015. 81 p.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA PROSTITUIÇÃO FEMININA: ANÁLISE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Maélli Arali Lima Rodrigues

Clarissa Iris Rocha Leite

Mulher da Vida, minha Irmã.

De todos os tempos.

De todos os povos.

De todas as latitudes.

(CORA CORALINA, 1965)

Introdução

Esse ensaio lhes convida a mergulhar em reflexões acerca das mulheres que exercem ou exerceram a prostituição, a partir do relato de experiência de uma prática da Psicologia com essas mulheres, a qual abriu leques para a compreensão e análise dos discursos que estão articulados às engrenagens hegemônicas de poder, que são próprias da colonialidade e da moralidade judaico-cristã.

Desse modo, foram realizadas oficinas terapêuticas com as mulheres participantes do Projeto Força Feminina, localizado na cidade de Salvador, no bairro do Pelourinho. Esse Projeto, por sua vez, é uma instituição social que visa oferecer atendimentos diversos para mulheres prostitutas ou que já estiveram em situação de prostituição. As oficinas eram voltadas para a promoção de diálogos acerca das vivências dessas mulheres, seja em relação às percepções de saúde e cuidado, como nos aspectos sociais de seu cotidiano. Ademais, trazemos como questão central a análise dos marcadores sociais de raça, gênero e classe através da lente teórica e metodológica da interseccionalidade, a fim de tecer a compreensão do fenômeno da prostituição no cenário brasileiro.

Notamos que a compreensão das vulnerabilidades sociais que acometem a vida dessas mulheres perpassa pelas dinâmicas das relações raciais, de gênero e classe. Por consequência, é necessário elaborarmos ações que possam promover formas de proteção social, cuidado e oportunidades outras nas esferas sociais que contribuam para a garantia de seus direitos à educação, condições de trabalho seguras, acesso as políticas sociais e serviços de saúde.

Vale mencionar que novas costuras teóricas e técnicas surgem no movimento de inserção dos saberes da Psicologia no campo da prostituição feminina. Na qual a busca produção de saúde e cuidado às mulheres que exercem ou exerceram a prostituição por conta do cenário da desigualdade social brasileira, nos convoca a pensar sobre como a estrutura racista, patriarcal, sexista, classista afeta tanto a formação das representações sociais e estigmas, como as condições de vulnerabilidades que cerceiam a existência

dessas mulheres. Consideramos relevante mencionar as práticas de poder e punição social do Estado, Igreja, Ciência na vida dessas mulheres: as quais foram internadas em hospitais psiquiátricos, excluídas do acesso às políticas públicas, violadas em seus direitos durante longo período da história ocidental (Michel FOUCAULT, 1972).

Desse modo, o desafio está lançado para as(os) profissionais de Psicologia que desejam atuar ou já atuam em diversas instituições nas quais a população de rua está presente, incluindo as mulheres que exercem a prostituição ou como algumas delas preferem se identificar: prostitutas, profissionais do sexo e mulheres de luta. Mulheres que batalham dia após dia para garantir sua sobrevivência diante da realidade de hiperssexualização da mulher negra – constante no Brasil, do comércio sexual, da exclusão socioeconômica, territorial e as oportunidades desiguais de acesso à educação e redes de apoio.

O presente ensaio sobre a prostituição feminina e interseccionalidades, não se propõe a discutir a regulamentação estatal da mesma ou sua abolição, mas compreender os fenômenos sociohistóricos e os marcadores identitários envolvidos como elementos imprescindíveis para a construção de uma prática sensível da(o) psicóloga(o) às demandas dessa realidade social.

É necessário acrescentar que existem correntes feministas que divergem de posicionamento quanto ao reconhecimento social e legal da prostituição. As feministas abolicionistas, as quais defendem a supressão do patriarcado, acreditam que o comércio sexual é uma condição de violência, lucro econômico e objetificação em torno da mulher, independentemente das condições de autonomia ou coerção social que essas mulheres vivenciam. Por outro lado, a luta de outras correntes feministas pelo reconhecimento das prostitutas “trabalhadoras do sexo” visa a não criminalização e a proteção contra assédio policial e exploração comercial.

Por consequência das diversas vulnerabilidades que acometem as mulheres em situação de prostituição, chamamos atenção para os marcadores de raça, gênero e classe. De acordo com a literatura encontrada, muitas dessas mulheres são negras, jovens, além de terem sido excluídas do acesso à educação e se encontram em condições socioeconômicas de risco (Alyne NUNES, 2015; Ana NICOLAU; Priscila AQUINO; Ana PINHEIRO, 2008; José BITTENCOURT et al., 2008; Regina FIGUEIREDO; Marcelo PEIXOTO, 2010).

Desse modo, refletimos sobre a relevância de se investir em políticas de assistência social e de saúde que visem alcançar as necessidades das mulheres que estão no contexto da prostituição feminina, ofertando espaços de protagonismo social, cuidado, acesso aos serviços de saúde, desconstrução dos estigmas e práticas de discriminação social que atingem essas mulheres. A Psicologia em diálogo com o feminismo negro e a perspectiva interseccional nos provoca a reflexão sobre como essa experiência enuncia possibilidades de novos olhares e intervenção psicossocial.

A prostituição no imaginário social sob a análise interseccional de raça e gênero

Categoricamente na história colonizadora e ocidental as mulheres negras, indígenas, latino-americanas são inseridas de forma distante do trabalho intelectual, sendo colocadas nas hierarquias de raça/gênero/classe como inferiores. Portanto, quando essas mulheres se dedicam ao trabalho intelectual, elas reivindicam outro lugar para sua subjetividade que não esteja submetido às representações existentes na sociedade sobre si, há, então, um confronto com as duras realidades opressoras e dominadoras que tentam moldar suas vidas.

Dialogamos com bell hooks (2005), retomando o que ela pronuncia sobre o trabalho intelectual, considerando que embora este ensaio nos arraste para mais próximo do sofrimento, gerando mais sofrimento, a possibilidade de mover-se em direção a esse sofrimento nos ajuda a entender que “trabalhar com ideias que possam servir de catalisador para a transformação de nossa consciência e nossas vidas e de outras é um processo prazeroso e extático” (bell hooks, 2005, p. 478). Esta proposta inclui perspectivas outras de mudanças e novas bases de revolução epistemológicas, sociais e políticas que contemplem a comunidade e formas de solidariedade que enalteçam a vida, o autoamor, autocuidado e autoacolhimento.

O termo interseccionalidade foi cunhado pela estudiosa da teoria crítica da raça e ativista dos direitos civis americanos Kimberlé Crenshaw (1991), inicialmente, foram traçadas na análise das intersecções as categorias de gênero e raça, a fim de compreender as violências que as mulheres negras são acometidas. De acordo com Carla Akotirene (2018, p. 14):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Segundo Patrícia Mattos (2011) podem ser elaboradas análises e pesquisas sobre as desigualdades e discriminações nos níveis de estrutura social sem hierarquizar determinado marcador, ou seja, no nível de estrutura social, representações simbólicas e identidade diferenciada é possível notar as influências reciprocamente dispostas através das normas, valores, ideologias e discursos. A abordagem interseccional se refere à necessidade de se perceber que as categorias de diferenciação causam efeitos dessemelhantes a depender do contexto analisado.

O racismo institui sobre as mulheres negras a representação de corpos sexualmente permissíveis ao aproveitamento dos homens brancos, criando uma imagem cristalizada socialmente destas mulheres como promíscuas, “mulheres fáceis” e pros-

titutas (Angela DAVIS, 1981). Tal dado nos leva a compreender o porquê dos acontecimentos de estupro cometidos às mulheres negras serem tratados de forma ilegítima, sendo essas mulheres, muitas vezes, culpabilizadas pelas punições que foram historicamente submetidas a suportar.

No que se refere a esse imaginário criado no processo colonizador sobre a mulher negra, acrescenta-se as representações que as localizam no lugar de símbolos sexuais, desqualificadas e/ou prostitutas, e o estereótipo da mãe preta (bell hooks, 2005). O processo de miscigenação no Brasil serviu como forma de justificar a falsa cordialidade entre colonizadores e colonizados, o que repercutiu no imaginário social representações misóginas sobre a mulher negra e indígena durante a colonização. Estas representações subalternizavam suas existências na sociedade, pois eram vistas como promíscuas e, conseqüentemente, muito mais vulneráveis que as mulheres brancas e da elite colonial por sofrerem violências como exploração doméstica e sexual, abandono, rejeição e todo tipo de humilhações. Por outro lado, o estereótipo de mãe e esposa ideal, submissa sexualmente e materialmente foi sendo elaborado e designado para as mulheres brancas (Mary Del PRIORE, 2009).

A prostituição, sendo categoricamente designada pela instituição religiosa como algo pecaminoso, rendeu práticas de exclusão para as mulheres que personificavam papéis que destoavam da norma. A luxúria e tudo que reforçava esta ideia eram vistos como ameaça para as regras estabelecidas pela Igreja, no que se refere à forma que o corpo e os sentimentos deveriam adotar. A ciência médica também contribuiu para difusão de preconceitos, de discursos misóginos, agenciando o controle dos corpos das mulheres. Magali Engel (1980 apud Mary DEL PRIORE, 2009) comenta como esses discursos criavam uma representação de imoralidade em condutas sexuais, como a prostituição e adultério, o que no período colonial criou símbolos estigmatizantes para as mulheres cujo útero não estivesse reforçando a reprodução e se colocasse à serviço do Estado e da Igreja.

No Brasil, visivelmente o processo de colonização e os valores culturais europeus recaíram sobre a história e a construção do imaginário social acerca da mulher, sendo ainda mais perversas as formas de sofrimentos decorrentes do processo de miscigenação, no qual situam mulheres indígenas, negras e brancas em condições existenciais divergentes.

Vulnerabilidades experienciadas por mulheres no cenário da prostituição feminina

As prostitutas podem estar sujeitas a diversos tipos de vulnerabilidades, dentre elas destacam-se a violência de gênero, racial e familiar, discriminação, instabilidade financeira, pobreza e riscos para saúde (Ana NICOLAU; Priscila AQUINO; Ana PINHEIRO, 2008). Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada revelam que, no período entre 2011 e 2013, quase dois terços dos óbitos de mulheres por agres-

sões segundo a cor de pele foram de mulheres negras (64%). “Merece destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (81%) e Centro-Oeste (71%)” (IPEA, 2016, p. 16).

Esse panorama sobre a violência racial e de gênero pode desenrolar na compreensão histórica do imaginário social que atribuiu o espaço da prostituição como destinado para as mulheres negras, afinal estatisticamente são a maioria vista na prostituição das ruas, sobretudo no cenário das desigualdades, exclusão e violências psicológica, física, racial, gênero e socioeconômica, “a falta de afeto, às necessidades financeiras e à percepção de um corpo pautado em um discurso que as hipersexualizam” (Alyne NUNES, 2015, p. 60). Dessa forma, acaba por colocar a prostituição como um espaço naturalizado a ser ocupado pelas mesmas, onde as experiências são marcadas por casos de agressões físicas e psicológicas, conciliação da escola e trabalho, saída de casa muito cedo, início da vida sexual muito jovem, além de abandono completo.

Estudos realizados no centro da cidade de Fortaleza, no ano de 2005, constatam que a prostituição é uma atividade que traz pouca remuneração, considerando que a renda familiar mensal de 51,9% das prostitutas entrevistadas varia entre um e três salários mínimos, sendo que 39,5% referiram uma renda menor que um salário mínimo e apenas 8,6% possuíam uma renda maior que três salários (Ana NICOLAU; Priscila AQUINO; Ana PINHEIRO, 2008). Estes dados estatísticos corroboram com os dados qualitativos encontrados na pesquisa realizada com prostitutas atendidas pelo Projeto Força Feminina, pertencentes ao Centro Histórico de Salvador, no ano de 2008. Elas relatam que, geralmente, adquirem uma quantia diária destinada a custear despesas imediatas de sua sobrevivência. Gastos com “alimentação, contas (luz, água, telefone, aluguel...), filhos, drogas, remédios e família” (José BITTENCOURT et al., 2008, p. 39).

No que se refere ao grau de escolaridade, em Fortaleza, constatou-se “que 46,9% tem apenas o ensino fundamental incompleto, o que denota o baixo nível escolar delas. Nenhuma mulher apresentou nível superior, completo ou incompleto.” (Ana NICOLAU; Priscila AQUINO; Ana PINHEIRO, 2008, p. 13). Também persiste em Salvador, de acordo com o perfil traçado no estudo, um índice de baixa escolaridade.

As entrevistadas aqui pesquisadas disseram, em sua grande maioria, 64,6%, ter o ensino fundamental incompleto, apenas 7,3% disseram ser analfabetas, sendo o mesmo número encontrado para as só alfabetizadas. 7,3% têm o ensino médio incompleto e 5,2% o completou (José BITTENCOURT et al., 2008, p. 24).

A faixa etária de ingresso, segundo José Bittencourt et al. (2008) e Ana Nicolau, Priscila Aquino, Ana Pinheiro (2008), é maior na juventude. Paralelo a isso podem surgir dificuldades durante o exercício da prostituição que podem contribuir com a evasão escolar, sobretudo em relação à desmotivação, cansaço físico decorrentes da

“batalha” pela sobrevivência, termo utilizado por algumas entrevistadas do Projeto Força Feminina. Atrélado a isso, o estigma vivenciado por essas mulheres, delimita as perspectivas de melhoria das condições de vida.

Regina Figueiredo e Marcelo Peixoto (2010) reforçam esse dado ao discorrerem sobre como a prostituição é atrelada às desigualdades de gênero, étnico-raciais, socioeconômicas, educacionais, migratórias, geracionais, etc. Vale relembrar que as mulheres entrevistadas por Alyne Nunes (2015, p. 65) retratam informações sobre “a população negra, tais como, violência doméstica, estupro, abandono, gravidez na adolescência, aborto, escassas oportunidades, baixos salários e entrada na prostituição” como elementos recorrentes em suas histórias de vida, o que nos permite refletir, mais uma vez, sobre os enlaces das vulnerabilidades no que tange aos marcadores sociais, de raça, gênero e classe, entre outros.

Travessias teóricas e percursos das oficinas terapêuticas no projeto força feminina

A partir das reflexões teóricas disseminadas ao longo do ensaio, buscamos compartilhar algumas das experiências obtidas com as oficinas terapêuticas desenvolvidas com mulheres em situação de prostituição. Destacamos que este ensaio busca também explanar as contribuições do enfoque psicossocial e sociopolítico na prática da Psicologia, destacando-os como elementos centrais da pesquisa-ação, que foi o método utilizado nesse trabalho (Michel THIOLENT, 2011). A função política da pesquisa-ação é pensada como “um instrumento de investigação e ação à disposição dos grupos e classes sociais populares”, como também de outros grupos que historicamente foram alvos do processo de subalternização da sociedade (Michel THIOLENT, 2011, p. 54). O que segundo Zuñiga (1981 apud Michel THIOLENT, 2011) implica em compreender o saber nas vozes dos grupos que expressam uma aprendizagem coletiva em sua vivência, tomada de consciência e comprometimento com a ação coletiva.

Este artigo foi desenvolvido durante curso de Psicologia, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como parte da monografia intitulada como “Oficinas Terapêuticas com Mulheres em situação de Prostituição: Diálogos sobre Saúde, Gênero, Raça e Classe”. Salientamos que para fins de pesquisa respeitamos e seguimos as recomendações éticas de pesquisa envolvendo seres humanos. Ele foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB sob o protocolo nº 049355/2018. No momento das oficinas, as mulheres que voluntariamente quiseram participar foram informadas dos objetivos do trabalho e das garantias que lhe seriam asseguradas por participarem dessa atividade. Essas garantias estavam descritas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi assinado na ocasião da execução das atividades pelas mulheres participantes das oficinas.

A realização de oficinas terapêuticas foi escolhida por ser uma forma de trabalho na atenção básica e relevante recurso em saúde mental, visando efetivar um

cuidado integral e oferecer oportunidades de socialização e a expressão da subjetividade (Saionara GUIMARÃES, Carolina GUAZZELLI, 2016). As oficinas foram executadas e analisadas juntamente com o suporte de uma colaboradora de pesquisa voluntária, quanto ao registro das oficinas este ocorreu através do Diário de Campo. De acordo com Rita Oliveira (2014) esse instrumento é fundamental para articular as experiências, reflexões, observações, organização das ideias e principais conteúdos da escuta realizada nas oficinas, ocasionando não apenas a memorização e documentação, mas através dos escritos a possibilidade da trajetória percorrida ser acompanhada pela psicóloga orientadora docente do curso de Psicologia da UNEB, co-autora desse trabalho e a equipe do Projeto Força Feminina.

Ressaltamos que o registro de áudio não foi permitido, por conta de Normas Legais da instituição que visam proteger as mulheres e assegurar-lhes sigilo e confidencialidade. Esses cuidados foram essenciais para o processo de construção e análise de dados, considerando que são necessários relatos registrados para garantir maior confiabilidade aos resultados, como também para a interpretação e a estruturação de um esquema de análise. No que tange ao tratamento dos dados, foi utilizado o arcabouço teórico encontrado acerca da temática, assim como o método de Análise de Conteúdo (AC) de Laurence Bardin (2009), pois a partir do relato verbal das mulheres participantes foi possível identificar aspectos que são recorrentes e relevantes para a compreensão dos fenômenos sociais circundantes.

O Projeto Força Feminina é uma instituição não-governamental que visa o acolhimento de mulheres em situação de prostituição na faixa etária a partir dos 18 anos de idade. Esta organização possui caráter pastoral, surgindo através da iniciativa do Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Destacamos que as atividades do Projeto não possuem vinculação de cunho religioso, embora a pastoral seja responsável pelo financiamento econômico dessa instituição social. Por conseguinte, o projeto tem como principal proposta “a promoção integral das mulheres em situação de prostituição, de maneira a colaborar no processo de conscientização e inserção cidadã” (PROJETO FORÇA FEMININA, 2018).

Participaram das oficinas mulheres que já frequentavam o Projeto, sendo feito um convite aberto às mulheres na organização. O grupo não se constituiu de forma fechada, ou seja, devido à rotatividade de participação de algumas mulheres nas atividades da instituição, elas se prontificavam a participar do trabalho sem o compromisso de estarem presentes em todos os grupos realizados. Contudo, houve algumas mulheres que apresentavam maior assiduidade de participação, o que se refletiu nas oficinas, e participaram na maioria dos encontros. Vale acrescentar que as oficinas tinham como único critério de inclusão o desejo delas em participar, em alguns encontros as(os) funcionárias(os) da instituição também se integraram, o que foi essencial para o desenrolar das atividades e a execução das oficinas.

A intervenção consistiu em oito etapas, sendo a primeira a construção do vínculo com a equipe; a segunda e terceira incluíram os encontros institucionais; a quarta foi a participação no Grito dos Excluídos²⁰ e as demais, a realização das Oficinas Terapêuticas no período de Agosto a Setembro de 2018. A ida à instituição consistiu em organizar os dias das oficinas, os cuidados éticos que deveríamos ter na realização destas, a apresentação da colaboradora de pesquisa à pedagoga e psicopedagoga da instituição. O segundo encontro no Projeto foi na Oficina de Artes²¹, a fim de nos aproximarmos das mulheres e divulgar a proposta das Oficinas. Já a participação no Grito visava à integração não apenas com as mulheres, mas também com o Projeto Força Feminina.

As Oficinas se constituíram em quatro encontros, sendo o primeiro momento de delimitação das demandas do grupo, ou seja, investigar quais as temáticas sobre saúde, cuidado e sociedade as participantes do Projeto Força Feminina desejavam trabalhar. Foi também realizada a apresentação dos objetivos da intervenção e da realização das oficinas terapêuticas. No segundo encontro trabalhamos com a temática relacionada à saúde psicossocial da mulher, já no terceiro encontro foram realizadas atividades que promovessem a compreensão dos fenômenos psicossociais que afetam nosso bem estar e o desenvolvimento de práticas voltadas para a promoção de autoestima. Por fim, no quarto encontro foram suscitadas reflexões acerca da família e exploração sexual, como também sobre a experiência de ter participado das oficinas.

Foram utilizados recursos como: atividades de acolhimento, relaxamento corporal, técnicas de biodança e psicodrama. Além de recursos lúdicos (músicas, trechos de filmes) em cada encontro para disparar as discussões. Utilizamos também o recurso da produção livre de um Diário Pessoal das Participantes, deixando as mulheres à vontade para decidirem se queriam construir seu diário ou não. Os temas norteadores da produção dos diários foram os conteúdos mobilizados pelas participantes no decorrer da discussão, assuntos do seu cotidiano, da sua história de vida, entre outros. O critério de como seriam feitos os diários foi pessoal, podendo ser escrito, desenhado, pintado, entre outros meios.

Desta maneira, na próxima sessão serão compartilhadas algumas das experiências obtidas com a intervenção, apresentado alguns registros do diário de campo

²⁰ O Grito dos excluídos é um ato político que se organiza a partir de um conjunto de manifestações populares que ocorrem no Brasil no Dia da Independência do Brasil, na data sete de setembro. Vários movimentos e organizações sociais reivindicam seus direitos na passeata, denunciando as opressões sociais através de atos, debates, atividades artísticas, etc.

²¹ A Oficina de Artes é um espaço de atividades já realizadas pelo Projeto, visando ofertar atividades lúdicas de criação, aprendizagem e desenvolvimento de habilidades artísticas relacionadas ao artesanato, pintura, bordado, entre outras, que impulsionam também o empreendedorismo das participantes.

que oferecem às(aos) leitoras(es) reflexões relevantes e inspiradoras para a formação de uma prática psi comprometida e sensível aos processos psicossociais que se situam no dia a dia dessas mulheres, nas relações interpessoais e na constituição de sua subjetividade. Além disso, sinalizamos que os nomes das participantes da intervenção descritos no texto são fictícios a fim de manter o sigilo, a categoria “nome de flor” foi escolhida para identificá-las.

Vivências e desafios do cenário da prostituição feminina

Os Programas Sociais e a aquisição de documentos contribuem expressivamente na assistência psicossocial dessas mulheres no Projeto Força Feminina. Uma das participantes, por exemplo, “havia mostrado alguns documentos que conseguiu através da mediação da instituição como Identidade, CPF, bolsa família, entre outros que foram importantes para a sua mudança de vida” (Diário de Campo 04, 2018). No relato de Girassol, observamos também a influência da precarização das condições de trabalho em sua vida:

Falou da experiência de ter recentemente negado um programa sem camisinha, mesmo estando no dia que seu aluguel venceria e não tendo dinheiro para pagar, comentou que o homem foi aumentando o valor até 120 reais pelo programa, mas algo veio e disse para ela não aceitar, resolvendo fazer pelos 40 reais e com camisinha (Diário de Campo 06, 2018).

Tendo em vista que o ambiente da rua desencadeia no aumento das vulnerabilidades, no que diz respeito ao trabalho das prostitutas, a relação com clientes no acerto do valor do programa e uso da camisinha, de acordo com as autoras Isabel Moreira e Claudete Monteiro (2012), a tentativa de negociação sem o uso da caminha por um valor mais alto pode ser considerada uma violência e agressão a essas mulheres, sobretudo por colocar em risco a sua saúde. Alyne Nunes (2015) relata que a aquisição de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), por exemplo, é outra variável bastante recorrente, visto que muitas das mulheres não apresentam condições de trabalho favoráveis à prática sexual segura e no lidar com uma multiplicidade de parceiras(os), desta forma podem ficar mais suscetíveis ao adoecimento pela ausência de recursos que garantam a sua saúde sexual. Em outros trabalhos se discute o quanto a situação precária em termos financeiros pode resultar no fato das prostitutas poderem flexibilizar a negociação do valor pelo seu trabalho, aceitando se relacionar sexualmente sem o uso de preservativos (Ana NICOLAU, Priscila AQUINO, Ana PINHEIRO, 2008; Regina FIGUEIREDO, Marcelo PEIXOTO, 2010).

Na perspectiva das mulheres, o fato de alguns clientes não pagarem pelos serviços pode ser comparando com um estupro.

[...] foi falado também sobre o fato do que muitas denominam como 'calote'²², ser na verdade um estupro, isto é, quando os homens se relacionam sexualmente e não pagam o valor do programa, o que também é retratado no filme "Sonhos Roubados" (Diário de Campo 7, 2018).

Tal dado é apontado por Alyne Nunes (2015) quando discute sobre a recusa do cliente em pagar o programa ser considerado um ato de violação de seus direitos, corroborando com as autoras Isabel Moreira e Claudete Monteiro (2012) quando mencionam sobre as violências cometidas pelos clientes durante os programas, que acreditam deter poder de cometer abusos físicos, sexuais e psicológicos.

No decorrer dos encontros, algumas participantes apontaram os padrões de beleza eurocêntricos como agentes produtores de sofrimento. Para ilustrar, "Girassol disse que foi surpreendida ao ver todas as mulheres negras e gordas no clipe, pois geralmente se espera mulheres como as que estão em capas de revistas, brancas e magras [...]" (Diário de Campo 5, 2018).

Numa atividade de colagens, foi relatado que [...] A imagem de uma mulher estereotipada como bonita, segundo os padrões de branquitude e do corpo magro definido, como algo que afetava sua saúde mental, pois sentia vontade de se matar quando via uma mulher dessa e se comparava" (Diário de Campo 6, 2018).

Tais comentários devem ser olhados com bastante cautela, pois nos faz pensar sobre como os padrões estéticos impostos culturalmente e o racismo podem impactar na saúde mental dessas mulheres, incluindo no processo de construção da sua autoimagem.

Embora as violências de gênero e o racismo fossem evidenciados, desde padrões impostos de beleza aos abusos e estupros, percebemos que na contramão de outros estudos científicos sobre mulheres prostitutas, as participantes das oficinas buscam também expressar os sentidos atribuídos a si por meio da valorização do seu bem viver, a busca por autonomia, a formação de uma rede de apoio, o reconhecimento dos seus aspectos identitários, como a cor de pele e o cabelo. Lótus

²² Gíria da cultura baiana utilizada para descrever uma dívida que não foi paga. Segundo Dicionário On-line de Português (2018) também pode ser: A circunstância ou situação em que uma dívida não foi paga: a empresa oficializou o calote de sua dívida. Ação ou comportamento que, sendo desonesto e ardiloso, tem a intenção de enganar ou ludibriar alguém; logro.

comentou sobre a importância de não tentar se encaixar em padrões sociais que fugiam da realidade que vivia:

[...] Aceitar seu cabelo e gostar dele como era, assim como, não ter que estar sempre arrumada e dentro de certos padrões, passando a se sentir melhor consigo, mais feliz e plena sem se cobrar [...] (Diário de Campo 6, 2018).

Lavanda falou que também gostava de se sentir bem, dizendo que não tinha nada a ver com o que a sociedade dizia, devendo passar um caminhão em cima da sociedade, que o importante para ela era fazer o que queria (Diário de Campo 5, 2018).

Em muitos dos encontros, foi notória a preocupação das mulheres com aquelas que possuíam maior identificação e afinidade, além de casos de apoio e solidariedade com as mulheres que poderiam estar passando por alguma dificuldade.

Girassol buscou trazer uma participante para as atividades, levantando suas pernas juntos as suas no relaxamento. Considerando que essa colega mais próxima estava bastante triste, pois sua mãe estava internada, demonstrando bastante preocupação e estar aflita com a situação (Diário de Campo 5, 2018).

Desse modo, pudemos no decorrer das oficinas reconhecermos que aquele espaço foi se constituindo junto às mulheres como um locus de acolhimento, cuidado, “quando Girassol e Lótus contaram da possibilidade de falarem sobre outros assuntos que poderiam não ter nada a ver com a temática da oficina e mesmo assim ouvíamos o que elas tinham a dizer, sem cortar ou mudar de assunto” (Diário de Campo 7, 2018). Nessa relação que se estabeleceu com as mulheres, ficou evidente que o papel da investigadora e suas técnicas devem ser colocados em segundo plano, sendo mais importante estarmos presentes, entregues, abertas a experiência, tornando nossa escuta ativa e empática, o que pode ser percebido no comentário de Violeta em um dos encontros: “lembrou que dia de quinta havia nossa aula e decidiu vir, porque gostava da nossa atividade” (Diário de Campo 5, 2018).

A partir do retorno dado pelas participantes da oficina e funcionárias(os) da organização conseguimos cumprir um dos principais objetivos do trabalho que era ofertar atividades que propiciassem dialogarmos sobre nossas experiências psicossociais, saúde e cuidado, de forma a inserir os desafios e as barreiras para o nosso trabalho, como possibilidades de traçarmos caminhos diferentes, alcançando de alguma forma o interesse das protagonistas das oficinas, as mulheres participantes. Quanto à experiência de estar na instituição, notamos como o espaço cumpre um papel importante na formação de uma rede de apoio, ou seja, através das relações de afeto que ali se

constroem, as mulheres podem cooperar e trocar informações entre si para enfrentar situações de dificuldade.

Mas o interessante foi como Girassol se dispôs a ajudar uma das participantes, assim como Violeta pegando um chá para ela, nota-se em outros encontros como muitas delas buscam de alguma forma propiciar apoio entre si, o que parte também do mecanismo de organização da instituição, o que foi comentado por Margarida como um lugar que elas podem se sentir bem acolhidas, ter o lanchinho da tarde e outras atividades para distrair a mente (Diário de Campo 7, 2018).

Deve ser realçada a contribuição do Projeto Força Feminina para que as atividades fossem realizadas, principalmente, pelo apoio dado as pesquisadoras/oficineiras. Além disso, ficamos muito lisonjeadas pelos feedbacks de um dos educadores sociais, profissionais e participantes das oficinas, como Lótus, que falou gostar “da proposta do encontro, dando ênfase aos recursos que havíamos trazidos, que proporcionam formas lúdicas de pensar a saúde que é algo importante para todas as pessoas” (Diário de Campo 6, 2018).

Possibilidades para a atuação psi

Aprendemos com essa experiência que o cenário da prostituição feminina é como a ponta de um iceberg que nos permite acessar outras realidades e contingências sociais que precisamos estar atentas(os). Construindo um saber mais sensível acerca das vivências dessas mulheres, sendo necessário destacar os marcadores identitários, os processos sociohistóricos que perpassam a subjetividade e as condições estruturais da sociedade brasileira.

Assim, a complexidade existente na análise interseccional ao mesmo tempo em que foi desafiadora, trouxe um enriquecimento de ideias, sem as quais não poderíamos dar conta de alcançar os resultados desse trabalho. Logo, destacamos que as vulnerabilidades sociais que acometem a vida das mulheres que exercem ou exerceram a prostituição perpassa pelas dinâmicas das relações raciais, de gênero e classe. Dessa forma, faz-se necessário elaborar ações que possam assegurar formas de proteção, cuidado e oportunidades outras nas esferas sociais que contribuam para a garantia de seus direitos a educação, condições de trabalho seguras, acesso as políticas de assistência social e serviços de saúde.

Devemos encarar o compromisso social que a Psicologia pauta em suas diretrizes éticas e políticas, fomentando espaços que criem uma rede de apoio para essas mulheres, a fim de promover o acesso à informação acerca dos ciclos de violência que podem existir na prática da prostituição. Além disso, disseminar ações sociais que contribuam para o acolhimento dessas mulheres nos diferentes órgãos sociais que favoreçam o seu bem viver e o acesso à educação, visto que a baixa escolaridade

pode influenciar não apenas na inserção da mulher na prostituição, mas também na percepção que tem sobre o valor do programa, as condições de segurança, a percepção sobre a importância de cuidados específicos com sua saúde; potencializando as vulnerabilidades que essas mulheres são expostas.

Percebemos também a importância de instituições que atuem diretamente com essas mulheres, a exemplo do Projeto Força Feminina, como lócus de formação política, rede de afeto, cuidado e acesso à educação transformadora.

Sabemos que toda produção de conhecimento possui limitações próprias, por isso não acreditamos que este estudo deva se encerrar por aqui. Acreditamos que a realização de uma proposta de intervenção com maior período de tempo seja necessária, visto as implicações subjetivas da formação do vínculo com as mulheres e a instituição. Por outro lado, as barreiras que foram quebradas ao se ter feito uma proposta de pesquisa-ação e de realização de oficinas terapêuticas contribuem para que novas sementes possam ser plantadas nessa direção.

Quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa-ação enfatizamos sua importância para a produção de conhecimento que ofereça não apenas a elucidação de vários aspectos da realidade, desenvolvimento científico e formação de pesquisadoras(es), mas também como forma de intervir na realidade, articulando possibilidades de melhoria social. Ofertando o retorno do conhecimento produzido a quem está envolvida(o) no cenário da prostituição feminina, assegurando o protagonismo de quem possui ou já possuiu a vivência dessa realidade social, respeitando o lugar de fala e desenvolvendo uma relação mútua de trocas e partilhas. Notamos que as oficinas terapêuticas podem ser um espaço de socialização, trocas, encontro interpessoal, autoconhecimento, diálogos, acesso à informação. Além de proporcionar produção de conteúdos subjetivos, simbólicos e físicos que podem elencar formas de atenção e cuidado à saúde mental por meio da escuta, acolhimento e possibilidade de expressão de emoções, vivências e produção de sentidos a partir das atividades realizadas nos encontros.

Agora podemos lançar novos desafios para as(os) psicólogas(os), as(os) estudantes em formação, que é pensar em estratégias de produção de saúde e cuidado para essas mulheres, atendendo as suas expectativas e desejos. Nesse sentido, podemos afetar as estruturas hegemônicas do saber psi quando realizamos uma práxis popular, crítica e atenta aos paradigmas teóricos e práticos da realidade social em que atuamos e que dialogue com os saberes produzidos pelas feministas negras e interseccionais, pelas mulheres prostitutas ou que já vivenciaram a prostituição.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

ARAÚJO, Tânia Maria de, PINHO Paloma de Sousa, ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 5, n. 3, p. 337-348, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000083&pid=S1414-462X201300040001500001&Ing=pt>. Acesso em: 08 ago. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2009.

BITTENCOURT, José Maurício C. Daltro et al. (Orgs.). **Um olhar a respeito da prostituição**: Diagnóstico das mulheres em situação de prostituição atendidas pelo Projeto Força Feminina. Salvador-Bahia, 2008.

CORALINA, Cora. Mulher da vida. In: _____. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 6, n. 43, p. 1241-99, 1991. Disponível em: <<https://www.racialequitytools.org/resourcefiles/mapping-margins.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 1 ed., 2016.

DICIONÁRIO On-line de Português. **Calote**. 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/calote/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

FIGUEIREDO, Regina; PEIXOTO, Marcelo. Profissionais do sexo e vulnerabilidade. In: INSTITUTO de Saúde. **Boletim do Instituto de Saúde**: Desigualdades e Iniquidades em Saúde, São Paulo, v. 12, n. 2, p.196-201, 2010. Disponível em: <<http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/recomendacaoLuisEduardo.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura**. 11ª. ed. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2017.

GARCIA, Leila Posenato; SILVA, Gabriela Drummond Marques da (Orgs.). **Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil**: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013). Brasília: IPEA, p. 1-42, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6260/1/td_2179.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018.

GUIMARÃES, Saionara; GUAZZELLI, Carolina Torres. **Oficinas terapêuticas**: formas de cuidado em Saúde Mental na Atenção Básica. Artigo (Pós-Graduação) - Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Rio do Sul, 2016. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov>>.

br/wp-content/uploads/2016/02/Saionara-Guimar%C3%A3es.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

hooks, bell. Intelectuais negras. Tradução de Marcos Santarrita. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 2005. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2017.

MATTOS, Patrícia. O conceito de Interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 15., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFScar, 2011. p. 1-23. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=169&Itemid=171>. Acesso em: 24 jun. 2018.

MOREIRA, Isabel Cristina Cavalcante Carvalho; MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza. A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 5, p. 1-7, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692012000500018&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 26 maio 2018.

NICOLAU, Ana Izabel Oliveira; AQUINO, Priscila de Souza; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra. Caracterização social de prostitutas diante da visão integral da saúde. **Rev. Min. Enferm.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 11-16, 2008. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/232>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

NUNES, Alyne Isabelle Ferreira. **Prostituição feminina negra: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16514>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. (Entre)linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 2, n. 4, p. 69-87, 2014.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Tradução de Heci Regina Candiani. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PROJETO FORÇA FEMININA. **O projeto**. 2018. Disponível em: <<http://projetoforcaminina.blogspot.com/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SEXTING, ADOLESCÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

Maíra Kubík Mano

Fabricio de Souza

Na atualidade, as relações interpessoais trazem uma influência importante das inovações e das transformações tecnológicas, cujos impactos podem ser observados no estabelecimento e na manutenção de relações sociais mediadas por aparatos digitais móveis conectados entre si por meio da internet.

Com o surgimento do ciberespaço²³ - o espaço construído através das interconexões entre computadores e que, além de uma infraestrutura física, compreende todas as informações que nela circulam (Pierre LÉVY, 1999) - temos uma gama de novas possibilidades de conexões pessoais (Nancy BAYM, 2010) envolvendo possibilidades de sociabilidade até então desconhecidas. E como não poderia ser de outra maneira, é possível que este espaço proporcionado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) também seja apropriado e explorado por crianças e adolescentes como atrizes/atores sociais, construindo novas culturas e transformando outras já existentes (Sonia LIVINGSTONE, 2011).

Fabricio Souza e Roberto Banaco (2018) mostram que interações sociais dos mais variados tipos estão sendo construídas e mediadas pelas TIC's, fazendo com que sejam necessários esforços para se compreender tanto a subjetividade que emerge com a mediação tecnológica como os riscos e as possibilidades inerentes à sociabilidade tecnologicamente mediada (Guilherme WENDT; Carolina LISBOA, 2014). Ainda no que concerne a este vasto campo de investigação envolvendo a sociabilidade mediada pelas TIC's, é importante destacar que o uso dos dispositivos digitais móveis tem estimulado as/os adolescentes a agirem de maneira mais emancipada. Isso porque, como discutido por Rich Ling (2005), a utilização de telefones celulares com acesso à internet faz com que a interação social ocorra com a mediação de um aparelho que é de uso pessoal e não mais coletivo, como geralmente acontecia quando o telefone fixo ou os computadores de mesa eram utilizados. Vê-se, então, o estabelecimento de um fluxo sempre constante de informações sobre as(os) colegas e, conseqüentemente, o sentimento de que as(os) parceiras(os) estejam sempre presentes no mesmo espaço comunicativo (Mizuko ITO, 2001).

E nesse espaço comunicativo tem sido observado um comportamento que chama muito a atenção de mães/pais, educadoras(es), pesquisadoras e pesquisadores da área, por envolver o compartilhamento de informações íntimas e sexuais das(os) adolescentes: o *sexting* (do inglês *sex* + *texting*). O termo *sexting* é utilizado de manei-

²³ Esta denominação aparece pela primeira vez no romance *Neuromancer*, de William Gibson, publicado pela editora Ace, em Nova Iorque, em 1984.

ras diferentes e possui diversas definições carentes de precisão. Entretanto, para fins da discussão que aqui se inicia, será considerado *sexting* a confecção e/ou o compartilhamento de conteúdos que explicitamente fazem referência, através de textos, de fotos ou de vídeos, às áreas genitais, aos atos sexuais ou a quaisquer outras partes do corpo e gestos em forte alusão sexual (Fabricio SOUZA; Roberto BANACO, 2018), sendo que tais conteúdos podem ser das/dos próprias/próprios adolescentes envolvidas/envolvidos ou de outras pessoas que com estas/estes adolescentes interajam em uma rede social específica (na internet ou fora dela).

Segundo dados da população estadunidense, 20% das(os) adolescentes, em 2008, com idades entre 13 e 19 anos, já haviam compartilhado conteúdos de si mesmos/as nus/nuas ou seminus/seminuas com namoradas/namorados, amigas/amigos ou com pessoas com quem desejavam construir um relacionamento (Suzana BARROS, 2014). Segundo Suzana Barros (2014), na população europeia o percentual era de 15%. Dados da *Safernet* Brasil (2009) mostram que 12,1% de jovens brasileiras(os) com idades de 10 a 17 anos relataram já terem publicado e compartilhado fotos íntimas na rede²⁴.

Certamente as explicações para a ocorrência do *sexting* entre adolescentes precisam ser investigadas. Entretanto, é de fundamental importância considerar que nos dias de hoje, como discutido por Paula Sibilia (2008), existe a valorização da visibilidade nas redes sociais em geral, traduzida pela ideia de que é preciso “estar visível” para ter uma existência avalizada pelo olhar das pessoas. Certamente o ideal de construção de reputação, que adolescentes apresentam ao interagir com seus pares por meio das mídias eletrônicas, é permeado por esse fascínio pela visibilidade e pela sensação de ser celebridade para que as(os) outras(os) possam olhar, avaliar, criticar e valorizar.

Nessa busca pela visibilidade e atratividade ao olhar do outro, as avaliações, como não poderiam deixar de ser, refletem os valores e os ideais do grupo social a que pertencem as(os) adolescentes. Na pesquisa de Camila Figueiredo (2016), isso apareceu sobremaneira quando os conteúdos íntimos saíam da circulação restrita a um grupo específico e chegavam aos olhares de terceiras(os). As(os) adolescentes participantes da pesquisa, falando sobre as consequências negativas e os riscos inerentes ao *sexting*, ressaltaram sobre o “erro” das adolescentes que se deixaram filmar/fotografar nuas ou que compartilhavam seus conteúdos íntimos com colegas e namorados. Não se considerou a responsabilidade que os parceiros tiveram no vazamento dos conteúdos. É evidente que uma questão de gênero está posta neste tipo de avaliação, já que a culpa pelo ato é circunscrita às adolescentes e não àqueles com quem elas compartilharam o conteúdo e que foram os responsáveis pela divulgação sem o consentimento das jovens.

²⁴ Dados mais atuais sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil estão disponíveis na página do CETIC- Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (www.cetic.br) através das publicações TIC Kids On-line Brasil 2014 e TIC Kids On-line Brasil 2017.

Na observação das consequências negativas do *sexting*, tornam-se nítidas as condições de desprivilegio e subalternidade impostas às adolescentes, da mesma maneira como as mulheres são colocadas nestas condições nos mais diversos âmbitos de interação na sociedade. Assim, é preciso que, na investigação do *sexting* segundo os métodos da Psicologia, haja o esforço para a construção de saberes e de práticas que desnaturalizem crenças preconceituosas e machistas de forma a tornar possível a defesa e o estímulo a formas de ser e de agir que reforcem a igualdade de direitos entre mulheres e homens, bem como combatam a violência de gênero presente nas mais diversas ações do cotidiano (Helena SANTOS, 2013).

O que aqui se afirmou até então é de fundamental importância, visto que este capítulo tem como uma de suas propostas discutir a ocorrência do *sexting* entre adolescentes, assinalando que este compartilhamento de conteúdos íntimos por meio de textos, imagens ou vídeos, impactam as(os) adolescentes de forma gendrada, ou seja, os efeitos sentidos pelas/pelos adolescentes terão uma variação de qualidade e intensidade segundo o seu gênero.

Como já descrito, o uso de dispositivos digitais comunicacionais móveis se inseriram nas experiências das(os) adolescentes de uma forma complexa, facilitando sua emancipação e o desafio de regras e normas sociais com conseqüente reflexo sobre o estabelecimento e a manutenção de laços sociais que possam envolver até mesmo certas atividades que não são muito aceitas ou bem avaliadas pela sociedade (Rich LING, 2005).

Isto posto, insere-se aqui a segunda proposta deste texto, que é refletir sobre o uso dos dispositivos comunicacionais móveis de acordo com as noções de público e de privado à luz das teorias feministas. Se o telefone celular é um canal pessoal, ou seja, privado, ele também é atravessado pela esfera pública, uma vez que a maneira pela qual as interações ocorrem é impactada pelas estruturas sociais que hierarquizam indivíduos/indivíduos em termos de gênero, raça, classe e geração. Sem negar a importância da privacidade para o autodesenvolvimento mental (Susan OKIN, 2008), a preocupação das teóricas feministas reside na necessidade de dar visibilidade às desigualdades de gênero que, em sua materialização mais extrema, levam à violência - física, psíquica, patrimonial, sexual e moral -, e à morte - feminicídio.

Tais desigualdades são constituídas pela divisão sexual do trabalho, que está baseada na percepção de que existem tarefas majoritariamente masculinas (vinculadas ao trabalho produtivo) e tarefas majoritariamente femininas (vinculadas ao trabalho reprodutivo), e que estas últimas valem menos do que as primeiras. Como afirma Susan Okin (2008), as psicólogas feministas indicam a importância do impacto que tem para as mulheres a experiência de viver em uma sociedade onde, de muitas maneiras, estas são subordinadas aos homens. Somente com a admissão de que esta situação é produto da divisão sexual do trabalho no interior das famílias é que, segundo esta autora, será possível perceber o quão profunda e ampla é a construção social de gênero.

Desta forma, para analisar as trocas de mensagens entre as(os) adolescentes, também é preciso que se leve em conta as normas sociais que são rompidas e quais as que contribuem para a manutenção da construção social de gênero, compreendendo que esta construção é um marcador fundamental sobre a sexualidade.

Aqui cabe registrar que não há correspondência automática entre identidade de gênero e orientação sexual, como nos mostra Judith Butler (1998). Contudo, as questões estão imbricadas no âmbito da divisão sexual do trabalho. Recorrendo à Monique Wittig (2018), escritora francesa que foi fundamental para a reflexão de Judith Butler, é possível compreender que a estrutura de desigualdade de gênero, baseada na distinção entre as tarefas praticadas por indivíduos/indivíduos e consideradas masculinas e femininas, está fundamentada sobre o pensamento heterossexual.

Para que fossem alcançados os objetivos deste capítulo, foram tomadas como foco de análise algumas falas de adolescentes que utilizaram o canal *Helpline*²⁵ da *Safenet* Brasil²⁶ para solicitar auxílio por estarem sofrendo danos advindos da prática do *sexting*²⁷. Também foram focos de análise as falas de mães e de professoras que procuravam ajuda para suas filhas e suas alunas.

Ao todo foram analisados 34 registros de conversas entre as(os) profissionais da *Safenet* Brasil e usuárias(os) do canal *Helpline*. Desses registros, 33 vieram de sessões de orientação para situações onde moças enfrentaram problemas advindos do *sexting*; apenas uma sessão de orientação foi dirigida a um rapaz. Dois registros continham falas de professoras que buscaram ajuda para orientar suas alunas; outros dez

²⁵ O *Helpline* é um serviço de orientação sobre crimes e violações dos Direitos Humanos na internet, de forma anônima e sigilosa.

²⁶ A *Safenet* Brasil é uma associação civil de direito privado que desenvolve projetos e ações envolvendo proteção e orientação a crianças e adolescentes no que diz respeito ao uso da internet. De acordo com sua prática de orientação e proteção a crianças e adolescentes em contato com a internet, ela disponibiliza um canal na internet para que as crianças e as(os) adolescentes possam entrar em contato com profissionais qualificadas(os) caso precisem de algum tipo de orientação ou estejam sofrendo alguma consequência negativa proveniente da interação mediada pela internet.

²⁷ O projeto de pesquisa para a coleta dos dados aqui analisados foi devidamente registrado na Plataforma Brasil (CAAE 59544316.0.0000.5686), tendo recebido parecer substanciado de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. As(os) pesquisadoras(es) envolvidas(os) neste projeto só tiveram acesso ao banco de dados da instituição após se comprometeram com o total e irrestrito sigilo sobre os dados analisados. Por isso, foram retirados do corpus da pesquisa todos os apelidos das(os) usuárias(os) e todos os nomes e falas das(os) profissionais que atuaram nas orientações. Os dados apresentados neste capítulo foram coletados e analisados de 2016 a 2018 pela equipe do Prof. Dr. Fabricio de Souza no grupo de pesquisa Análises Comportamentais e Práticas Culturais (ACPC), no Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia.

registros foram de atendimentos a mães que solicitaram orientação para lidar com problemas envolvendo suas filhas. Seis adolescentes acessaram o canal *Helpline* dizendo serem amigas ou parentes de adolescentes que estavam precisando de auxílio. Os outros 16 atendimentos foram prestados diretamente a adolescentes que assumiram ter praticado o *sexting*. Todos os registros utilizados nesta investigação foram submetidos à análise de conteúdo, como proposto por Laurence Bardin (1977)²⁸.

Aqui são observados alguns dados: apenas um dos casos diz respeito a consequências sofridas por um rapaz, o que pode nos mostrar 1) que a incidência de situações negativas em interações envolvendo sexualidade é maior entre moças, o que comprova a manutenção da desigualdade de gênero nessa esfera; 2) que rapazes não se sentem à vontade para recorrer à *Helpline*, o que corrobora com as construções denominadas de masculinidades tóxicas²⁹, onde os homens têm menos cuidado consigo mesmos e têm dificuldades em se expor.

Ademais, o fato de dez registros virem de mães e outros seis de moças que dizem estar preocupadas com a(o) adolescente, com menções indiretas a pais e padrasto, é remetido ao papel de cuidado que as mulheres exercem no âmbito da divisão sexual do trabalho, sendo responsáveis pela saúde mental e física das(os) integrantes da família.

Ao analisar o conteúdo das mensagens, as falas revelam que as consequências do *sexting* podem variar sensivelmente – de arrependimento a ideação suicida –, mas todas estão relacionadas à pressão das normas de conduta consideradas admissíveis pelo público sobre iniciativas que deveriam ser de âmbito privado e, portanto, poderiam estar fora dos parâmetros estabelecidos para um convívio social coletivo. Assim, as mensagens provocam uma percepção de que o ocorrido – seja vazamento, chantagem ou simplesmente arrependimento – é “inadequado”. Não é o conteúdo em si que está em questão – afinal, se a(o) adolescente considerasse aquilo inicialmente errado, não teria feito –, mas sim a conotação que este adquire em um contexto desfavorável ao exercício da sexualidade, em especial por garotas.

²⁸ Não foi utilizada neste texto a totalidade dos dados coletados, mas somente alguns fragmentos das falas das(os) usuárias(os) que melhor se adequaram aos objetivos propostos.

²⁹ O termo masculinidade tóxica refere-se à caracterização dos atributos masculinos baseada na noção de violência e de brutalidade, de sexualização, de status e de agressividade. Em outras palavras, é avaliar positivamente a figura masculina quando esta se enquadra nos padrões de valorização da força física e de desvinculação do caráter emocional (visto serem as emoções supostamente características do que é feminino e fraco), de superestimulação do comportamento sexual que confere a esse homem o status social diretamente ligado à sexualidade vivida de maneira heteronormativa (Harris O'MALLEY. The difference between toxic masculinity and being a man. Disponível em <<https://goodmenproject.com/featured-content/the-difference-between-toxic-masculinity-and-being-a-man-dg/2>> 2016. Acessado em 07 dez. 2019).

Os sentimentos que aparecem nos pedidos de ajuda da *Helpline* são de tristeza, medo, vergonha, culpa e impotência, todos diante dos olhares externos que podem julgar as ações realizadas. “Como agir diante de muitas pessoas que tiveram [acesso às] imagens?”³⁰, alguém pergunta. “Uma pessoa está enviando minhas fotos nua para amigos meus e eu não sei o que fazer”, outra afirma. “Quanto às humilhações na rua, o que eu faço? Quando eu sair na rua elas vão ficar falando de mim”, escrevem. Aqui é interessante notar que a pessoa utiliza o “elas” para se referir a quem seria impactada pela circulação do *sexting*. Isto pode sugerir um medo em relação aos olhares especificamente das mulheres, por serem elas os exemplos a serem seguidos do que é ou não admissível em termos de autopreservação no comportamento sexual. Algo semelhante ocorre na situação em que uma adolescente acusa sua amiga de ter espalhado as imagens: “Eu fiquei mais chateada de saber que foi ela que espalhou minhas fotos do que de saber que elas tinham se espalhado. Ela me ligou uma semana depois chorando e me pedindo perdão e eu disse que poderia até desculpar, mas que não seríamos mais amigas”.

Ao se tornar público, o *sexting* quebra uma regra que, como aponta Michel Foucault (2011), tem sua origem ainda na era vitoriana, quando

a sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala (...). No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos (Michel FOUCAULT, 2011, p. 9-10).

E, continua Foucault,

as crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral (2011, p.10).

Assim, as(os) adolescentes, em transição da infância para a vida adulta, ocupam uma difícil e incômoda posição de experimentar o início da vida sexual ativa sem poder, de fato, admitir que o fazem, – o que cai por terra quando as mensagens são descobertas. Ainda que a sociedade não esteja mais referenciada na obrigatoriedade dos laços matrimoniais para o exercício da sexualidade, em especial da feminina, com a exigência

³⁰ A autora e o autor deste capítulo utilizaram no corpo do mesmo os registros originais sem que correções ortográficas e sintáticas fossem feitas.

da preservação da virgindade, vê-se os resquícios desta moral presentes no cotidiano. “A atitude que eu tive de me exibir eu acho que foi algo ruim, pelo menos para mim. Não acho que isso é uma coisa moralmente aceitável”, afirma-se em uma das mensagens.

No exemplo mais extremo de culpa, uma das participantes ameaça suicidar-se porque cometeu um pecado “muito feio”. Há outra que diz se arrepender e já ter pedido “perdão a Deus”. Verifica-se ainda o medo da reação dos pais: “eu tenho vergonha pelos meus pais sim, sabe, fotos íntimas”; e “é muita humilhação para mim. Fiz a minha mãe chorar, isso me doeu muito. Todas as noites eu choro”.

O relato de mães ou familiares e amigas(os) mostra que tal sentimento é justificado uma vez que há desaprovação do *sexting*: “não consigo entender como ela foi capaz de fazer fotos assim. Que loucura!”, diz uma mensagem. “Minha filha é linda, somos uma família estruturada, sou casada com meu marido desde os 21 anos e foi meu primeiro e único namorado. Para mim isso é muito complicado de entender”, afirma outra. Uma terceira fala sobre o risco de reação do pai: “o mundo é muito machista ainda e meu marido não aguentaria que ofendessem a filha dele. Poderia ser pior. Segure suas cabras. Se ele fala isso meu marido pula no pescoço dele”. Uma pessoa aponta ainda o medo do uso das imagens por pedófilos.

Com outro ponto de vista, há quem retire da filha sua capacidade de decidir a respeito da própria sexualidade. Uma mãe coloca a culpa em um jovem: “minha filha foi induzida por um rapaz a tirar fotos nuas. Essas fotos foram divulgadas por este rapaz na escola onde estudam e tomou uma proporção tão grande que amigas(os) e vizinhas(os) também estão recebendo”. Ou ainda uma que afirma que “o que houve com a nossa filhinha não se é digno de ver e saber como os garotos fizeram com ela, pois eles em nenhum momento sofreram. Só ela é apontada. Tenho *prints* de várias telas falando horrores dela”. Este trecho, para além de mostrar que a mãe não considera a filha uma pessoa com agência, diminuindo sua existência (“filhinha”), ressalta o fato de os garotos envolvidos não terem sofrido nada, enquanto a jovem é malfalada, o que, novamente, evidencia o desnível de gênero no impacto da publicização do *sexting*.

Há também relatos de chantagens, seja pelo ex-namorado (pornografia de vingança – “*revenge porn*”³¹), seja por terceiras(os): “estou recebendo muitas chantagens”;

³¹ O termo pornografia de vingança (pornografia de revanche, vingança pornô ou pornografia não consensual) refere-se a práticas de exposição de fotografias e vídeos de pessoas nuas ou em atividades sexuais sem o seu consentimento. Estes conteúdos audiovisuais podem ser obtidos com ou sem o conhecimento da vítima. No geral a produção do material é feita com anuência da vítima quando de suas relações de intimidade com o agressor, mas divulgado sem seu consentimento após o término do relacionamento. Esta violência não é praticada apenas contra as mulheres, mas elas são as vítimas na maioria dos episódios registrados, revelando-se, assim, uma questão de violência de gênero culturalmente construída (Viviane CAVALCANTE; Acácia LELIS, 2016).

ou “pedia para ele não postar e aí ele ficava fazendo chantagem”. Nessas situações, é perceptível a existência de uma relação de poder entre a pessoa que pratica o *sexting* e quem detém a posse de seu conteúdo, seja a(o) indivíduo(o) que o recebeu ou um(a) terceiro(a). Podemos, novamente, considerar que tal vínculo é atravessado por gênero, uma vez que as pessoas que enviaram as mensagens foram garotas e as que estão chantageando-as são mencionadas no masculino. A hierarquia aqui presente impõe-se violentamente.

Considerações finais

Analisar a prática de *sexting* e suas repercussões negativas nas(os) adolescentes a partir das suas buscas por ajuda, ou das de suas/seus responsáveis, faz-nos refletir sobre como podemos estar diante de um movimento dialético: há uma mudança nas formas de interação entre adolescentes a partir da utilização de tecnologias on-line, que avança para um maior domínio de seus corpos e sua sexualidade; porém, isto também ocasiona barreiras concretas ao exercício dessas práticas, que são impostas pelas hierarquias sociais, em especial as de gênero e geração³².

As garotas aparecem como as principais prejudicadas por certas formas de interação que buscam expor indevidamente seus corpos, ou seja, sem seu consentimento, o que geralmente é praticado por pessoas do seu círculo de confiança – ex-namorados e até mesmo amigas. Este tipo de violência decorre de uma posição de inferioridade ocupada pelas mulheres e, como podemos perceber, mantém-se mesmo entre aquelas(es) que ainda estão em formação. Ou seja, mesmo em uma idade marcada pela experimentação das regras sociais, bem como pelo questionamento e pelas extrapolações dos limites das mesmas, as interações sociais não são livres dessa forma de violência e estão sempre sob controle e sob vigilância.

Estes elementos fortalecem a pertinência das afirmações de Paula Sibilia (2008) acerca do imperativo de estar visível para a avaliação e aprovação de seus pares e, ao mesmo tempo, reforçam o que foi dito anteriormente sobre o fato de que essas avaliações e os posicionamentos das(os) colegas do grupo de interação ocorrem sob a baliza das forças sociais que, embora se mostrem com roupagens modernas nos dias

³² O termo “geração” faz referência a um construto culturalmente construído e que não se restringe à mecânica da passagem do tempo quantitativo e objetivamente mensurável para designar um progresso linear do processo de desenvolvimento. Apesar da pluralidade de definições, o termo aqui é empregado de forma a valorizar o compartilhamento de uma mesma experiência histórica possibilitando aos membros de um grupo específico adotarem pensamento e ações que são semelhantes em estilo. Dessa forma, é possível que diferentes grupos geracionais, ainda que interagindo com um mesmo contexto histórico, político e social, não necessariamente estejam experimentando uma mesma vivência partilhada de valores e comportamentos (Carles FEIXA; Carmen LECCARDI, 2010; Márcia STENGEL, Simone DOURADO, Vanina DIAS et al., 2018).

atuais, continuam a refletir os valores há muito instituídos para construir e naturalizar a desigualdade entre os gêneros.

Nota-se que essa construção da desigualdade entre os gêneros, através da vulnerabilização feminina na prática do *sexting*, possui sua face duplamente perversa porque ao mesmo tempo em que as jovens se envolvem e são envolvidas nesta prática buscando visibilidade e aceitação grupais, quando carecem de auxílio para enfrentar as consequências negativas, as garotas não encontram uma rede de apoio social eficaz e eficiente com suas professoras e com suas mães. Além de terem que sofrer pela exposição aos riscos do *sexting*, as jovens se sentem desamparadas porque, mesmo quando suas mães e professoras se dispõem a ajudá-las, estas não possuem as habilidades necessárias e muitas vezes também reproduzem os padrões de vulnerabilidade e subalternidade femininos.

Uma outra reflexão precisa ser feita. O *sexting* é um padrão de comportamento que envolve a descoberta e o exercício da sexualidade; e um exercício que atualmente se dá de forma tecnologicamente conectada. Isso impõe a necessidade de compreender cada vez melhor as particularidades da interação tecnologicamente mediada e defender uma articulação entre as(os) profissionais que trabalham com educação para que se elabore uma política de educação sexual que contribua com a efetiva formação de pessoas conscientes do que se passa em seus contextos de vida (Paulo FREIRE, 2002). A educação para o uso dos aparatos comunicacionais digitais é tão importante quanto a formação de pessoas capazes de conhecer e questionar a realidade para que transformações necessárias sejam promovidas (Camila FIGUEIREDO, 2016).

Essa educação mencionada certamente contribuirá para que, na prática do *sexting*, e também na vivência do conjunto de possibilidades da vida sexual, as pessoas em condição de vulnerabilidade saibam reconhecer os riscos e tomar as devidas ações para minimizá-los e não dependerem da falsa sensação de segurança, achando que basta haver confiança entre as pessoas que os riscos inerentes à vida sexual são minimizados ou até mesmo desaparecem. A pornografia de vingança (*revenge porn*) mostra exatamente o quão perigoso é pensar que a confiança na(o) outra(o) é suficiente controle de riscos.

Dentre os dados obtidos nesta pesquisa, estão os relatos de algumas jovens afirmando que não conversaram com suas mães ou seus pais sobre os problemas que enfrentavam porque tinham medo da reação deles. Conservadorismo, religiosidade exacerbada e defesa de regras rígidas de conduta foram elementos citados e que serviram de estímulo para afastar a possibilidade de buscar auxílio junto a mães e a pais. Isso mostra o quanto a defesa intransigente de valores morais e religiosos expõe ainda mais as adolescentes a riscos, visto que estas tendem a buscar ajuda com amigas/colegas e não com suas/seus cuidadoras e cuidadores. E, se tentam acesso a pessoas qualificadas, como ocorreu com a utilização do canal *Helpline*, muitas vezes as mães e os pais nem ficam sabendo das condições enfrentadas pelas filhas.

É imensa a situação que precisa ser investigada e conhecida; são grandes os desafios impostos às/aos profissionais da área da Psicologia no que diz respeito à pesquisa, à construção de conhecimento, à implementação de políticas educacionais que favoreçam a eficiência e a eficácia de programas de orientação e intervenção que envolvam as(os) adolescentes, mães/pais, professores/professoras e todas/todos as(os) profissionais que atuam na área da infância e da adolescência. Mas aqui é de suma importância ressaltar que, para além da construção do conhecimento e do implemen- to da expertise para lidar com os desafios que a vivência da sexualidade conectada impõe, é preciso ter como referência a atuação profissional “organicamente comprom- etida” com práticas sociais a favor da igualdade entre os gêneros.

A implementação de intervenções junto às(aos) adolescentes vítimas de *sexting*, e também para aquelas(es) que se envolvem neste tipo de interação, deve trazer em seus meandros o compromisso dos profissionais da Psicologia com a promoção do caráter crítico e emancipatório das reflexões sobre as motivações do *sexting* e, ao mesmo tem- po, contribuir para que as(os) adolescentes desenvolvam modos de se relacionar entre si pautados na conscientização de que é preciso fomentar relações sociais questiona- doras das fontes de opressão e discriminação para com as colegas, bem como garantir que estas relações sociais possam favorecer o combate à dominação das mulheres, sua discriminação e sua exclusão (Luana SANTOS; Ana CARVALHO; Julião AMARAL; Larissa BORGES; Claudia MAYORGA, 2016). Além do mais, as intervenções psicológicas pauta- das neste compromisso também teriam importância fundamental para a consolidação deste campo de pesquisa envolvendo a temática de gênero na Psicologia.

Certamente não podemos conceber que as intervenções envolvendo a práti- ca do *sexting* devam estar pautadas somente sobre este assunto específico. Trata-se de uma dimensão transversal da existência. É preciso que uma discussão mais ampla seja propiciada de forma a garantir que outros aspectos da vida das(os) adolescentes possam ser debatidos e problematizados de forma que, ao entrarem em contato com o saber psicológico, não somente as(os) adolescentes mas também suas/seus cuida- dores(as), suas/seus professoras(es) recebam a formação adequada para não reforçar os estigmas e os estereótipos gendrados. É preciso considerar ainda a imbricação en- tre gênero, raça, etnia, geração, capacitismo e orientação sexual de modo que dis- cursos alternativos ao dominante opressivo às mulheres, mas também à negros(as) e LGBTQIAs surjam, auxiliando na identificação e na desconstrução de estruturas sociais que perpetuam as desigualdades (Ana FAGUNDES; Alessandra ALMEIDA; Darlane AN- DRADE; Helena MIRANDA, 2009).

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Suzana C. **Sexting na adolescência**: Análise da rede de enunciações pro-

duzidas pela mídia. 2014 Tese (Doutorado). Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande / Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, 2014.

BAYM, Nancy. **Personal connections in the digital age**. Cambridge: Polity Press, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CAVALCANTE, Vanessa. A. P.; LELIS, Acácia. G. S. Violência de gênero contemporâneo: Uma nova modalidade através da pornografia de vingança. **Interfaces Científicas**, v. 4, n. 3, p. 59-68, 2016.

FAGUNDES, Ana Luisa. M.; ALMEIDA, Alessandra dos Santos; ANDRADE, Darlane; MIRANDA, Helena. Gênero e psicologia: Um debate em construção no CRP-03. Texto apresentado no XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRASO Maceió – AL. **Anais**. 30 de outubro a 02 de novembro de 2009.

FEIXA, Carles.; LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185 – 204, 2010.

FIGUEIREDO, Camila D. S. **Adolescentes na sociedade do espetáculo e o sexting**: vulnerabilidade, alertas, desafios, caminhos a seguir. Curitiba: Editora CRV, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I - Vontade de saber**. São Paulo: Edições Graal, 2011.

FREIRE. Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ITO, Mizuko. Mobile phones, japanese youth, and the re-placement of social contact. In R. LING; P. E. PEDERSEN (Orgs.). **Mobile communication**: Re-negotiations of the social sphere. London: Springer-Verlag, 2001, p. 131-148.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LING, Rich. Mobile communication vis-à-vis teen emancipation, peer group integration and deviance. In R. HARPER; A. TAYLOR; L. PALEN (Orgs.). **The inside text**: Social perspectives on SMS in the mobile age. London: Kluwer, 2005, p. 175-189.

LIVINGSTONE, Sonia. Internet, children and youth. In M. CONSALVO; C. ESS (Eds.). **The handbook of internet studies**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd. 2011, p. 348-368.

OKIN, Susan. M. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

SAFERNET BRASIL. Você navega com segurança? **Banner**. Disponível em <<http://divulgue.safernet.org.br/banners/infografico.png>> 2009. Acesso em: 30 jul. 2012.

SANTOS, Helena Miranda. A importância de se discutir gênero na Psicologia. In ANDRADE, Darlane Silva Vieira; DOS SANTOS, Helena Miranda (Orgs.). **Gênero na Psicologia**: articulações e discussões. Salvador: CRP-03, 2013.

SANTOS, Luana; CARVALHO, Ana; AMARAL, Julião; BORGES, Larissa; e MAYORGA, Claudia. Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: Análise da revista Psicologia & Sociedade (1996-2010). **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 589 - 603, 2016.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOUZA, Fabrício; BANACO, Roberto. A. A prática cultural do *sexting* entre adolescentes. **Acta Comportamental**, v. 26, n. 1, p. 127-141, 2018.

STENGEL, Márcia; DOURADO, Simone; DIAS Vanina et al. Geração, família e juventude na era virtual. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 2, p. 424 – 441, 2018.

WENDT, Guilherme W.; LISBOA, Carolina. Adolescência no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação. In L. F. HABIGZANG, E. DINIZ; S. H. KOLLER (Orgs.). **Trabalhando com adolescentes**: Teoria e intervenção psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 180-190.

WITTIG, Monique. **La pensée straight**. Paris: Éditions Amsterdam, 2018.

PSICOLOGIA ESCOLAR EM PERSPECTIVA DE GÊNERO: REFLEXÕES PARA UMA PRÁTICA INSURGENTE ³³

Graciele Mendes de Carvalho

Iniciando a prosa...

A Psicologia no Brasil sempre foi chamada a responder questões ligadas à educação, sobretudo, devido ao anseio da escola em encontrar justificativas para os déficits de aprendizagem. Até o final do século XIX, a(o) psicóloga(o) adentrou as escolas com objetivo principal de aferir por meio de testes psicológicos padronizados, habilidades intelectuais das(os) alunas(os) classificando-as(os) entre normais ou “especiais” (Alacir CRUCES, 2006). Dessa forma, o caminho trilhado dentro dessas instituições foi a de uma profissional voltada à prática clínica fundamentalmente diagnóstica, ficando à mercê a realidade social e institucional da escola, aspectos importantes na análise do fenômeno do fracasso escolar. Tal postura foi considerada segregadora, pois quando as(os) alunas(os) são rotuladas(os), impossibilita-as(os) de experimentar o processo de educação tal como ela é: espontânea, criativa e individual (Aline LIMA, 2005).

A partir das críticas tecidas a essa atuação, sobretudo, a partir da década de 80, a(o) psicóloga(o) ampliou a análise dos fenômenos escolares para a compreensão de como as metodologias pedagógicas, as relações sociais da instituição, contexto familiar, econômico e cultural, interferem nos processos de aprendizagem, ou seja, o fracasso escolar passou do foco individual para ser interpretado como fenômeno multifacetado (Meire VIANA, 2016). As críticas foram importantes para ajustar esse início de atuação marcado pela atribuição de patologias ao discente, mas, até hoje, a psicologia escolar encontra muitos desafios dentre estes, as solicitações advindas da escola a qual se direcionam a expectativa de atendimento clínico. Segundo Meire Viana (2016, p. 54), mesmo a escola direcionando a essa atuação “se ampliam na literatura publicações que apontam atualmente para a ineficiência do modelo clínico no contexto educacional, e sobre a importância de avaliar as demandas com uma visão sistêmica, associando reflexões sobre novos modelos de intervenção”.

Assim, ainda prevalece na escola a concepção de que a(o) psicóloga(o) escolar é a(o) responsável por resolver problemas de ordem individual e relacional pautando sua atuação em uma abordagem clínica. Além disso, muitas(os) profissionais ainda desconhecem as possibilidades de atuação que têm, negligenciando uma prática mais

³³ Parte dessa discussão consta no trabalho de conclusão de curso da especialização em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na pesquisa de Mestrado em andamento na Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

efetiva e contextualizada. Como ressaltam Lucilaide Medeiros e Fabíola Aquino (2011), diante da ampliação da área da psicologia escolar no país, se torna crucial o exercício de constantes pesquisas e reflexões sobre o campo, principalmente possibilitando espaços de debates entre as esferas de conhecimento da Psicologia e Educação, permitindo a consolidação da atuação da(o) profissional em Psicologia no ambiente escolar.

Esses entraves — o anseio da comunidade escolar pautou-se em uma atuação que classificasse as(os) alunas(os) em “normais e especiais” e propiciasse “tratamento psicológico” àquelas(es) que transgredissem expectativas, seja de aprendizagem e, principalmente, de comportamento — dentre outros apontados em algumas pesquisas³⁴ da área da psicologia escolar foram vivenciados ao ser inserida nesse campo.

Consoante às atribuições da(o) profissional em psicologia escolar dentre elas, o de atuar no enfrentamento dos “processos de medicalização, patologização e judicialização [...] por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social” (BRASIL, 2013, p. 32), tive o desafio de construir junto à rede de educação pública de um município do interior da Bahia, práticas em psicologia escolar que se distanciasse dessa visão imediatista e classificatória. Frustrando as expectativas iniciais, direcionei-me às questões inerentes à diversidade, fomentando projetos à comunidade escolar, em especial sobre a temática de gênero.

Esse direcionamento à perspectiva de gênero na educação se deu no primeiro semestre de andança como psicóloga escolar. Motivada a encontrar o famoso “kit gay”, a qual frequentemente ouvia professoras(es) comentarem, me deparei com o material do “Escola sem Homofobia” (BRASIL, 2004) e com a apostila “Gênero e Diversidade na Escola” (BRASIL, 2009), leituras que me apresentaram “formalmente” aos estudos de gênero. A partir dessas leituras e de outros textos, assim como o estudo no curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), o sentido e natureza do “pessoal e do político”³⁵ começaram a se alargar.

³⁴A pesquisa realizada por Lucilaide Medeiros e Fabíola Aquino (2011), por exemplo, apontou que as(os) psicólogas(os) escolares têm como obstáculos no exercício profissional: condições de trabalho, discrepância da formação inicial e o campo de atuação, carga horária reduzida, falta de autonomia, expectativa da instituição escolar de uma prática individual e “curativa”.

³⁵A partir das percepções com grupos de autorreflexão formado por mulheres ativistas na década de 60, foi possível constatar que as vivências sobre o “ser mulher” têm caráter político. “O pessoal é político”, slogan criado pela feminista estadunidense Carol Hanish, e que foi importante nas lutas feministas na Segunda Onda deste movimento, rompe com a dicotomia entre o público e o privado assim como fomenta a necessidade de estratégias coletivas de enfrentamento das discriminações de gênero.

A partir dos estudos sobre gênero e a perspectiva feminista da ciência³⁶ as minhas leituras sobre o eu, a(o) outra(o) e o mundo — aquela “visão de homem” — tão incenti- vada durante a graduação em Psicologia — foram desestabilizadas e transformadas. Se- gundo defende Donna Hawaray (1995) a visão é um fenômeno não passivo, esta consegue construir e traduzir modos específicos de ver. Assim como já era sinalizado na graduação sobre a necessidade de escolher uma abordagem psicológica para especificar as maneiras de entender os fenômenos, foi na atuação em psicologia escolar que compreendi que a leitura sobre a perspectiva de gênero deveria estar imbricada na abordagem psicológica escolhida. Como assevera Martha Narvaz (2009, p. 245): “também na Psicologia, ainda que timidamente, circulando com diferentes máscaras, os discursos de gênero materia- lizam-se nas teorias psicológicas que, tenhamos consciência ou não, fazem (se) políticas”.

Desconstruída aquela “visão de homem” do ponto de vista de uma psicóloga escolar feminista, as ações das(os) professoras(es), dupla gestora, alunas(os), as mais diversas demandas encaminhadas, as observações na sala de aula, discursos das mães e pais, passaram/passam por esse filtro (des)velando uma perspectiva que coloca em xeque tudo que foi naturalizado pela ciência.

Compartilhar esse caminho ao qual considero não linear e em curso, enuncio que esse texto não se pretende imparcial, intuito defender e sensibilizar psicólogas(os) escolares para a importância de efetivar ações que propiciem a reflexão e desconstru- ção de práticas que reforçam os processos sociais de gendramento no ambiente esco- lar. Para isso, utilizo-me de algumas experiências do meu percurso profissional como psicóloga escolar — uma vez as considero parte do meu processo autoformativo.

Pelos desafios tecidos cotidianamente no ambiente escolar em especial, pelo momento social político a qual estamos vivenciando — uma criminalização do conhe- cimento (Judith BUTLER, 2018), com as tentativas de silenciamento de profissionais da educação insurgentes e de temáticas que agem em prol de uma educação inclusiva à diversidade como se propõem os estudos de gênero, essa problematização tem se tornado urgente e necessária na atuação em psicologia³⁷ escolar — profissional inse-

³⁶ Mais do que denunciar a baixa inserção de mulheres na ciência e/ou em determinadas áreas de estudo (Evelyn KELLER, 2006) a crítica feminista revelou dentre outros aspectos, que as conotações da ciência têm um caráter histórico, social e político (Donna HAWARAY, 1999), que as estruturas da ciência foram desenvolvidas através de discriminação de gênero e que os conhecimentos produ- zidos estrategicamente, deram-se de forma androcêntrica (Elizabeth GROSZ, 1995).

³⁷ Segundo resultado preliminar de uma pesquisa realizada pelo CFP (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012; Louise LHULLIER, 2013) a qual buscou investigar o perfil das psicólogas brasileiras, nos trouxe um dado preocupante. Segundo o mapeamento realizado pelo estudo, somente 1% das psicólogas declarou trabalhar com a temática de gênero, um número bastante incipiente para uma profissão marcada majoritariamente por mulheres (89%).

rida(o) nesses espaços com o compromisso de contribuir com práticas pedagógicas humanizadas e inclusivas.

Gênero e educação: articulações e disputas

Antes utilizado como sinônimo de sexo, diferença sexual e até da palavra “mulher”, o termo gênero passou a ser instrumento analítico e político ao enfatizar a construção social de relações que não provêm de características sexuais, o gênero “trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Joan SCOTT, 1996, p. 75). Pelo reconhecimento de que as teorias existentes eram incapazes de explicar as desigualdades entre homens e mulheres, o gênero como categoria analítica surge com o objetivo de enfatizar o caráter social das relações entre sexos, e desconstruir a lógica do determinismo biológico onde os diferentes papéis sociais de gênero seriam derivados da natureza, portanto, fixos e determinados.

Segundo Cecília Sardenberg e Márcia Macedo (2011) desde muito pequenas(os) a cultura molda os comportamentos e atitudes de meninas e meninos segundo as normas estabelecidas historicamente. De modo a formar complementos polarizados, a educação de meninas e meninos normalmente se dá de forma oposta, onde, se as meninas são ensinadas a serem submissas, os meninos são ensinados a ocuparem a função de “chefe do lar”, se as meninas são ensinadas a serem dóceis, sucintas, frágeis, os meninos são incentivados a serem agressivos, “fortes”, e a terem suas vozes legitimadas. Essa educação discrepante se dá a tal ponto que “se por um lado, perdemos muito tempo dizendo às meninas que elas não podem sentir raiva ou ser agressivas ou duras, por outro elogiamos ou perdoamos os meninos pelas mesmas razões” (Chimamanda ADICHIE, 2015, p. 27).

Dentre as instituições sociais que contribuem para a reprodução de estereótipos de gênero, está a escola, que a partir de discursos, organização de espaços, delimitação de brinquedos e brincadeiras, regras, expectativas diferenciadas de comportamento e aprendizagem, separação de grupos, esporte, validam uma educação sexista, geradora de desigualdades. Segundo Guacira Louro (1997), a trajetória educacional no país desde o primórdio foi firmada pela participação masculina e segregação das mulheres. Mesmo com a inserção das mulheres no âmbito escolar em escolas mistas, em meados do século XIX, as atividades realizadas foram demarcadas pelo aspecto doméstico, maternal, de vigilância e cuidado, compreendidos como funções naturais e destinadas às mulheres; já para os meninos, as aulas tinham como objetivo o de estimular as características físicas e intelectuais.

Daniela Auad (2004), ao analisar as práticas escolares a partir da categoria de gênero, percebe que mesmo as escolas sendo mistas não são efetivadas práticas co-educativas. O que pode verificar em sua pesquisa de doutorado é que as práticas escolares são polarizadas, ou seja, as escolas mistas não garantem equidade de gênero.

Desta forma, mesmo com modelos diferentes de segregação, a escola continua impondo modelo de comportamento distinto, colaborando para as violações de gênero (violações de direitos humanos). A pesquisa de Daniela Auad (2004) nos dá um indicativo de como ocorrem as práticas sexistas dentro da escola, e nos mostra também, como estas reverberam em seu cotidiano:

A apresentação exemplar de cadernos e deveres por parte das meninas, a partir de diferentes apreciações e demandas endereçadas às meninas e aos meninos. O papel de boa aluna que ajuda os colegas também era uma dessas demandas e correspondia à gratificação para as meninas. Elas angariavam algum poder com isso ao se relacionarem com as professoras e com as demais crianças. Esse fenômeno em sala de aula pode ser percebido como reforço à tradicional socialização feminina e como um modo de perpetuar uma determinada divisão sexual do trabalho; [...] Ocupação do espaço sonoro pelos meninos dentro da sala de aula e constante focalização de atenção, por parte da professora, em relação a eles. [...] Percepção dos meninos com tendência maior a dominar os grandes espaços. [...] Ocupação diferenciada de pátios e quadra pelos meninos e meninas. [...] Separação em grupos de meninos e meninas nos jogos na escola, como se os próprios jogos agissem como práticas que ensinassem meninas e meninos que há jogos barulhentos e agitados a serem realizados pelos meninos, e jogos discretos e limitados no espaço a serem realizados pelas meninas (Daniela AUAD, 2004, p. 170-171).

Não são somente as discriminações de gênero são (re)produzidas na escola. Andreia Moruzzi e Anete Abramowicz (2017) a partir de uma pesquisa bibliográfica evidenciaram que os marcadores de exclusão escolar perpassam o gênero, sexualidade, raça, classe, dentre outros marcadores sociais, tornando o espaço escolar binário. Essas clivagens como operam simultaneamente (Kimberlé CRENSHAW, 2002),³⁸ coloca em desvantagem determinados grupos. A exemplo da estigmatização da escola em relação à criança negra que repercutem nas notas baixas, recuperações e rotulações. Os meninos negros para se autoafirmarem se comportam de forma agressiva, além de reforçar outros aspectos da “masculinidade” ao se envolverem em conquistas heterossexuais. Nilma Gomes (2007) denuncia que as meninas negras desde a Educação Infantil já são socializadas para a submissão.

³⁸ Kimberlé Crenshaw (2002) nomeia essa interação dinâmica dos eixos de opressão de interseccionalidade. Esse conceito analítico considera que as categorias sociais (gênero, classe, sexualidade, raça, dentre outras) não são vivenciadas separadamente, mais do que somatórias de discriminações estas se intersectam produzindo diferenças nas experiências de homens e mulheres.

Além do racismo, as questões de sexualidade estão vivas nas escolas, onde, ainda influenciada “por dogmas morais e religiosas, o tratamento da sexualidade nas salas de aula geralmente mobiliza uma série de dualismos: saudável/ doentio, normal/anormal, heterossexual/ homossexual, próprio/impróprio, benéfico/ nocivo, etc” (Guacira LOURO, 1997, p.133). As normas heteronormativas atravessam os muros escolares, trazendo especificidades nas experiências de meninas(os), principalmente àquelas(es) que não correspondem aos estereótipos de feminilidade e masculinidade.

Várias(os) estudosas(os) — em destaque àquelas(es) advindas(os) de movimentos sociais — vêm se debruçando sobre o espaço escolar pelo reconhecimento de que esta instituição (re)produz discriminações, ou seja, a escola não é “neutra” e nem uma bolha que separa os acontecimentos sociais das experiências que ocorrem na escola. Ao contrário, como sujeitas(os) sociais, nós, profissionais da educação e alunas(os), somos redes complexas onde se entrecruzam saberes, e, distante de qualquer neutralidade, levamos para todos os ambientes os nossos conflitos, anseios, disputas. Isso imprime que não há uma indissociabilidade entre as experiências escolares e outros acontecimentos, estas se imbricam. Mesmo sendo um local que re/produz discriminações, a escola também é um espaço importante para desconstruí-las e, nesse aspecto, a psicologia escolar tem muito a cooperar.

Concordo com as autoras Ana Luiza Fagundes, Helena Miranda, Darlane Andrade e Alessandra Almeida (2010, p. 8) quando asseveram que “a psicologia, enquanto campo de pesquisa, formação e atuação relacionada ao ser humano tem muito a contribuir no que se refere à desconstrução das desigualdades sociais e de gênero”. A psicologia feminista,³⁹ por exemplo, possibilita transgredir a psicologia tradicional a-política, a verdade universal, neutra e imutável, e em psicologia escolar, permite o olhar ampliado dos fenômenos escolares. Os novos modelos de intervenção das demandas escolares,⁴⁰ sugerem que a psicologia escolar caminha para uma atuação mais próxima do cotidiano escolar com uma prática que considera as complexidades que se dá nesse ambiente, direcionada para manejo pedagógico do fracasso escolar e também no enfrentamento do *status quo*.

Por uma prática em psicologia escolar insurgente

Durante meu percurso como psicóloga escolar tenho percebido que a escola, mesmo sendo um ambiente propício para desconstruir os estereótipos sociais impos-

³⁹ Reconhecendo as inúmeras adversidades na perpetuação de uma prática negligente quanto às questões sociais, e contrapondo o modelo clássico de algumas psicologias, surge a psicologia feminista na década de 60/70 a partir da reverberação da segunda onda feminista, principalmente pela crítica desse movimento à ciência.

⁴⁰ Vide as Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

tos às meninas e aos meninos, tem receio em abordar assuntos relacionados à temática de gênero, principalmente pela vinculação desses estudos aos preceitos divulgados em meios não científicos no que vem se chamando pejorativamente de “ideologia de gênero”, dividindo opinião acerca do que a instituição escolar deve ou não tratar. Destaco a fala de um pai que ao final de um encontro formativo com mães e pais da educação infantil levantou-se e em direção ao público comentou: “Vim hoje aqui, porque pensei que você iria falar da ideologia de gênero. Vocês sabem o que é a ideologia de gênero? Essa ideologia quer ensinar o menino a ser menina e a ser viado”.

Com base em sua experiência como aluna, bell hooks⁴¹ (1994) conta que, quando a sua escola perdeu a prática da liberdade, não deixou de ter uma prática política. A escola quando não discute as questões étnico-raciais, gênero e sexualidade — dentre outras categorias de opressões — ela permanece política, porque dissemina um poder, que nesse sentido, hegemônico: “a universidade e a sala de aula começaram a se parecer mais com uma prisão, um lugar de castigo e reclusão, e não de promessa e possibilidade” (bell hooks, 1994, p. 13). Quando psicólogas(os) escolares e outras(os) profissionais da educação não se propõem a descolonizar a mente, quantas(os) alunas(os) vão continuar sendo violentadas(os) pela/na escola, assim como violado o direito de “vir - a - ser outra coisa” do que se espera como destino certo?

As leituras de bell hooks (1994) e de outras escritoras feministas negras, fez-me problematizar algumas cenas do meu percurso profissional em psicologia escolar: “não perca seu tempo com esse menino, ele já está perdido” — gritou a funcionária da escola quando presenciou uma conversa no pátio com um aluno: menino negro, 08 anos “o problema da escola”, “o aluno especial” como dizia a diretora; “eu queria mudar de cor” — confia o aluno negro de nove anos, “agressivo e preguiçoso” segundo as professoras; “queria me tingir de branco” conta a mãe sobre o relato em prantos de sua filha de cinco anos; “minha filha não quer mais retornar para escola” — depois de um episódio de racismo; “nada contra ele ser gay, mas, porque ele não ficou na dele?” — disse a diretora diante de um caso de aluno que evadiu a escola depois de ter sido ameaçado de morte por colegas; “ele não é normal, só quer fantasiar de princesa” — conta a professora sobre uma criança da pré-escola; “hum... esse aluno mesmo com essa idade, já tem os “trejeitos”; “transformei a sala em uma cozinha em alusão ao dia das mães, para que as crianças pudessem dizer o que as mães mais gostam de fazer”, são alguns relatos colhidos durante o percurso em psicologia escolar.

Como estão naturalizadas dentro das escolas determinadas práticas sexistas, é necessário um olhar minucioso em todos os espaços da escola, até locais e utensílios considerados insignificantes – roupas, organização dos espaços, filas, maneira

⁴¹bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, utilizado com grafia em minúsculo.

como se dá a recreação, paredes, etc. – para percebemos como a escola concebe e é concebida por ritos de generificação. Como orienta Guacira Louro (1996), comecei em minha prática em psicologia escolar a desconfiar do que é dito natural. Essa autora nos instiga a desconfiar da naturalidade na escolha dos brinquedos e brincadeiras por meninas(os); dos desempenhos diferenciados segundo a matéria escolar: estas estariam naturalmente relacionadas à aptidão de cada sexo? Dos critérios das avaliações escolares; e, sobre os comportamentos esperados segundo o sexo: devemos nos preocupar quando um menino ou menina transgride as expectativas (meninas que preferem jogos mais agressivos, ou meninos que escolhem atividades mais tranquilas, por exemplo), isso seria um indicador de desvios de comportamento?

Em meados de 2018 foi encaminhado para o serviço de psicologia escolar um aluno de 10 anos, com a seguinte demanda, segundo relato da professora: “ele chora com tudo, demonstra sensibilidade nas aulas”. Em atendimento, o aluno compartilhou que tem sofrido *bullying* por não saber jogar bola e por chorar quando algo o desagrada na sala de aula, dentre os apelidos pejorativos, o aluno era chamado de “menininha”. Questionei-me, e questiono, chamando você leitora(o) à reflexão: e se fosse uma menina — com essas mesmas características — seria também encaminhada ao serviço de psicologia escolar? Esse somente é um caso de tantos outros experienciados, que assim como foi verificado por Daniela Auad em sua pesquisa (2004), e apontado também por Guacira Louro (1996), alunos e alunas que fogem dos estereótipos de feminilidade e masculinidade são muitas vezes, rotuladas(os) como não normais e/ou em processo de adoecimento psicológico, ou seja, o “normal e patológico” é influenciado dentre outros aspectos, pelas expectativas sociais de gênero.

A prática em psicologia escolar deve ser direcionada a um ensinar a transgredir (bell hooks, 1994), onde a presença de todas(os) na escola é reconhecida, e os conhecimentos das(os) subjugadas(os) são compreendidos e definidos pedagogicamente como estratégia política contra hegemônica. Em uma cosmovisão descolonizadora em psicologia escolar, as práticas pedagógicas defendidas implicariam “diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e sexismo)” (bell hooks, 1994, p. 20). Para isso é necessário à identificação das discriminações sociais no cotidiano escolar, assim como denunciar e subverter práticas cotidianas.

Não basta acrescentar no currículo — compreendido como um território contestado e de disputa que é e está em função de poder (Alice LOPES; Elizabeth MACE-DO, 2011) — assuntos relacionados às relações étnico-raciais, gênero e sexualidade, ou inserir dispositivos pedagógicos de combate a essas opressões, esses seriam objetivos secundários, ou até mesmo consequência do lidar com essa “diferença” como constructo político. Ou seja, mais do que dar visibilidade a esses assuntos, devemos em nossa prática questionar processos históricos do que é considerado correto/incorreto, anormal/normal, que culminaram na consideração de assuntos mais valorados dentro

do currículo. Dessa forma, acredito que uma prática de psicologia escolar dissidente não tem como objetivo incentivar o respeito e a tolerância. Tal abordagem reforçaria o Outro como desvio, que deve ser tolerado para uma boa ou mínima convivência, assim como cria outro binarismo: o heterossexual/branco/homem que tolera, e o do homossexual/mulher/negra que é tolerada.

Para finalizar a prosa, algumas outras palavras...

No exercício da profissão como psicólogas(os) devemos prezar pelos princípios fundamentais preconizados no Código de ética profissional da(o) psicóloga(o) (CFP, 2005), dentre estes, o de atuar com base nos valores disseminados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e contribuir na “eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 7). Reconhecendo a educação como ambiente importante na luta por relações mais igualitárias se torna relevante imbricar junto a abordagem teórica a perspectiva de gênero para uma prática de enfrentamento e desconstrução de estereótipos sociais sexistas, racistas e LGBTfóbicos que ocorrem no cotidiano escolar.

Dessa forma, a prática em psicologia escolar pode ser um instrumento importante para a igualdade dentro da instituição escolar, ao subverter e desafiar práticas e saberes hegemônicos, ao dar visibilidade ao Outro invisibilizado, ao propor uma cosmovisão que compreende e enfatiza as opressões como estruturas sociais que precisam ser desconstruídas. Podemos como psicólogas(os) escolares contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero, racistas e heteronormativos que estruturam a sociedade, violentando mulheres e homens em suas especificidades.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução Christina Baum. – 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AUAD, Daniela. **Relações de Gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação**. (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 231p.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. Esc. Educ.** Impr. vol.12 no.2, p. 469-475, Campinas, dec. 2008.
- BUTLER, Judith. **A criminalização do conhecimento**. 2015. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/> Acesso em: 5 set. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica** / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 58p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Uma profissão de muitas e diferentes mulheres.** (Resultado preliminar da pesquisa). Brasília, 2012. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Uma-profissao-de-muitas-e-diferentes-mulheres-resultadopreliminar-da-pesquisa-2012.pdf>>. Acessado em: 10 mai. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo.** Brasília: CFP, 2005. Disponível em: < http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf> Acesso em: 10 mai. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas.** Santa Catarina: vol. 10, núm. 1, p. 171-188. jan. 2002

CRUCES, Alacir Villa Valle. Psicologia e Educação: nossa história e nossa realidade. In: ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de (org). **Psicologia escolar:** ética e competências na formação e atuação profissional. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2006.

FAGUNDES, Ana Luisa Marques; MIRANDA, Helena; ANDRADE, Darlane; ALMEIDA, Alessandra Santos. Gênero e psicologia: um debate em construção no CRP-03. **Fazendo gênero 9**, p.1-10, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278244103_ARQUIVO_texto_fazendo_genero.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GROSZ, Elizabeth. Que és la teoria feminista? **Debates Feministas.** México, D.F., Ano 6, v.12, p.85-105, out.1995.

GOMES, Nilma Lino. **Trajétoérias Escolares, corpo e cabelo crespo:** Reprodução de Estereótipos ou resignificação cultural? Educação como exercício para a diversidade, UNESCO, MEC, ANPEd, Brasília, maio de 2007. p. 233-237. (Coleção Educação para Todos).

HANISH, Carol. **O pessoal é político.** Blog Resistência Radical. Disponível em <https://resistenciaradfem.wordpress.com/tag/carol-hanish/> Acesso em: 10 dez. 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p. 07-41. 1995.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

LHULLIER, Louise (org.). **Quem é a psicóloga brasileira?** Mulher, psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: < http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasileira.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes de. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicol Argum**, Curitiba, v. 23, n. 42 p. 17-23, 2005. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19637>. Acesso em: 10 jan. 2019.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu** (27), p.13-34, jul/dez. 2006.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MEDEIROS, Lucilaide Galdino de; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino: Concepções e práticas. **Psicol. Argum.**, 29(65), p. 227-236, abr./jun., 2011

MORUZZI, Andrea Braga; ABRAMOWICZ, Anete. Sexualidade e produção da infância: disparadores, temáticas e impactos sobre os estudos da infância e/ou educação infantil. In: MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago (org.) **Currículo, sexualidade e ação docente**. 1º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, FAPERJ, 2017, 240p.

NARVAZ, Martha Giudice. **(In)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política**. (Tese de Doutorado em Psicologia). 2009, 305p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Alice Alcântara; TEIXEIRA, Alexnaldo; VANIN, Iole Macedo; COSTA, Ana Alice Alcântara. **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: UFBA - NEIM, 2011. 247 p.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71 e 99, jul./dez. 1995.

VIANA, Meire Nunes. Interfaces entre a Psicologia e a Educação: Reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. In: FRANSCHINI, Rosângela; VIANA, Meire Nunes. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2016. 215p.

ENTRE CONCESSÕES E RESISTÊNCIAS: AS MULHERES E A PSICOLOGIA NO CENÁRIO DO ESPORTE E LAZER

Thaise Coutinho dos Santos

Fernanda Torres Faggiani

Introdução

Os estudos a respeito da prática do esporte, exercício físico e lazer pela mulher brasileira ao longo dos anos nos mostram que, apesar das diversas conquistas, ainda atualmente enfrentamos obstáculos para garantir as mesmas condições que são expostas aos homens. Condições as quais devem ser examinadas tendo-se em vista as relações estabelecidas em torno do nosso papel social na história da humanidade, mas compreendendo também as particularidades desse contexto. Como afirma Ludmila Mourão (2000), diferentemente da dinâmica de apoderamento em outros espaços, no esporte e lazer a história da mulher brasileira não ocorreu – e continua não ocorrendo – a partir de confrontos diretos com o homem por uma reorganização do campo esportivo, e sim de um movimento lento e evolutivo de infiltração.

O percurso de meninas e mulheres expõe variados questionamentos referentes às suas possibilidades e habilidades, envolvendo desde as alegações de que não teriam capacidade física e fisiológica para a prática esportiva, até os recentes debates acerca das diferenças genéticas entre homens e mulheres e sua influência no esporte de alto rendimento.

Desta forma, este ensaio propõe analisar o processo de inserção das mulheres no esporte, exercício físico e lazer no Brasil, examinando as relações de gênero estabelecidas historicamente no referido cenário e propondo reflexões sobre o papel da Psicologia nas discussões e ações que englobam a temática.

Relações de gênero e esporte

Os ideais de igualdade e liberdade das revoluções e reformas, ocorridas ao final do século XVIII, contrastavam-se com o impulsionamento das discussões da Medicina a respeito das diferenças entre homens e mulheres e a ratificação da visão de papéis sociais predefinidos para cada sexo (Fabiola ROHDEN, 2009). Estas questões podem ser verificadas em obras da época como a *Encyclopédie de Diderot et d'Alembert* (Enciclopédia de Diderot e Alembert) e em *Système Physique et Moral de La Femme* (Sistema Físico e Moral das Mulheres), publicado por Pierre Roussel em 1775 (Fabiola ROHDEN, 2009). Nessas obras, como aponta Fabiola Rohden (2009, p. 29), “a diferença física entre os sexos é expressa desde os ossos até o cérebro, passando pela pele, pelos músculos e pelas fibras”. O discurso científico, aliado à teoria evolucionista e ao surgimento de novas ciências como a embriologia e a frenologia, trazia consigo fundamentos que descreviam a superioridade do corpo masculino em detrimento do

feminino e a concepção de uma predestinação à maternidade, justificada pela formação do corpo da mulher – constituição larga e curva da bacia (Fabiola ROHDEN, 2009; Irene Maria VAQUINHAS, 1997).

No campo da embriologia, passou-se a compreender que o sexo de uma criança estaria condicionado ao momento da fecundação, gerando-se uma menina no caso de fecundações ocorridas no início da ovulação, e um menino nos atos sucedidos ao final do processo. Assim, as diferentes e fixas características estariam associadas à maturidade do óvulo: a hipersensibilidade feminina, sua incapacidade de reprimir emoções, e a inteligência inferior à do homem explicar-se-iam pelo desenvolvimento incompleto do embrião-fêmea (Irene Maria VAQUINHAS, 1997).

Desta forma, os discursos baseados na doutrina do determinismo biológico, ou seja, a crença de que “a causa do nosso comportamento é a biologia da espécie e não é possível escapar dessa causalidade” (Eulina LORDELO, 2010, p. 1), produziram generalizações, legitimações, inclusões e exclusões nos mais diversos âmbitos, como o esportivo. Silvana Goellner (2007, p. 4) afirma que a lógica de definição dos sujeitos a partir da sua anatomia, levava à percepção de que naturalmente homens e mulheres deveriam realizar atividades diferentes: “A eles a aventura, a potência, o desafio, a força; a elas, a aventura comedida, a potência controlada, a força mensurada, o desafio ameno”.

Assim, para as mulheres era concedida a possibilidade de participação esportiva, desde que fossem preservados elementos da “natureza feminina”, como a beleza e a graciosidade, o que, conseqüentemente, ocasionava uma rotulação de modalidades esportivas apropriadas para homens e para mulheres, ou seja, para os corpos masculinos e para os corpos frágeis (Silvana GOELLNER, 2007).

Essas proposições trazem à tona a importância da oposição das mulheres ao longo dos séculos, diante das limitações impostas à sua prática de esporte e lazer e às propostas de fatores imutáveis. Além disso, evidenciam a ameaça que o esporte representava às relações de poder e à concepção de fragilidade feminina, ao subestimar as diferenças entre os sexos elaboradas socialmente, como afirma Lenskyj (1986 apud Miriam ADELMAN, 2003, p. 448): “A habilidade esportiva dificilmente se compatibilizava com a subordinação feminina tradicional da sociedade patriarcal; de fato, o esporte oferecia a possibilidade de tornar iguais as relações entre os sexos”.

Por meio de ações individuais ou coletivas e do delineamento de um corpo diferente do que lhes era imposto, as mulheres contestaram e continuam a resistir às verdades absolutas, refutando o caráter fixo e permanente da oposição homem/mulher estabelecida. Destarte, torna-se oportuna uma narrativa de fatos históricos da trajetória da mulher no esporte que evidencie tanto as limitações estabelecidas, quanto as experiências de resistência apontadas nas pesquisas e estudos sobre a temática.

História da mulher no esporte, exercício físico e lazer

Desde o século VIII a.C., a prática de exercícios físicos e esportes esteve presente na Grécia Antiga, seja com fins religiosos, seja caracterizando-se como ritos de iniciação ou fertilidade, seja relacionada a motivos fúnebres (André Luiz CÔDEA; Janaina CÔDEA; Heron BERESFORD, 2002). Tendo sido impulsionado pelo surgimento das polis, as cidades-estado gregas, o fortalecimento do atletismo estava relacionado diretamente aos atributos relativos à areté – o ideal grego de excelência -, como força, honra e disciplina, e à sua contribuição para o bem-estar corporal (André Luiz CÔDEA; Janaina CÔDEA; Heron BERESFORD, 2002).

Nesse contexto, surgiram os Festivais Pan-Helênicos, os quais eram realizados periodicamente e reuniam todos os gregos: os Jogos Píticos (quadrienal), os Jogos Ístmicos (bienal), os Jogos Nemeus (bienal) e os Jogos Olímpicos (quadrienal). Estes últimos, considerados os mais importantes Jogos Pan-Helênicos, aconteceram de 776 a.C. a 393 d.C. e ocorriam na cidade de Olímpia, controlados pela cidade-estado de Elis (André Luiz CÔDEA; Janaina CÔDEA; Heron BERESFORD, 2002).

Nos Jogos, era proibida a participação das mulheres atenienses, mesmo como espectadoras, baseando-se na visão de que o difícil acesso ao Stadium, local das provas esportivas, poderia ocasionar danos fisiológicos ao corpo feminino, o qual era condicionado à maternidade (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008; Ana MIRAGAYA, 2007). Ademais, as mulheres não eram detentoras dos direitos políticos, estando excluídas da vida pública por não serem consideradas cidadãs, assim como os escravos e os estrangeiros (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008).

Há raros relatos da presença feminina nas competições, como o caso de Kallipateira (440 a. C.), a qual, após a morte de seu marido, passou a treinar seu filho Peisirodos. Disfarçada de treinador, dirigiu-se com o mesmo até Olímpia para competir, porém a sua exaltação na comemoração do triunfo de Peisirodos revelou seu disfarce. Kallipateira apenas não foi lançada dos penhascos de Tipaion – punição às mulheres que desobedecessem a regra que as proibia de participar dos Jogos – em reconhecimento às glórias alcançadas pelos vencedores olímpicos da sua família, como seu pai e seus irmãos (Isabel CRUZ; Paula SILVA; Paula GOMES, 2013).

Em Esparta, já se observava uma postura de inclusão das mulheres nas práticas esportivas, todavia, estas não tinham o papel de heroínas, como possuíam os homens atletas. A aceitação se dava apenas pelo fato de os espartanos acreditarem que o exercício regular e o bom condicionamento físico contribuiriam para a procriação de filhos saudáveis, não fugindo, assim, da filosofia ateniense sobre o papel da mulher (Ana MIRAGAYA, 2007).

O período do domínio romano caracterizou-se pela substituição do sentido espiritual das competições gregas por uma visão do esporte como espetáculo e pela abolição dos Jogos Olímpicos em 395 a.C, tanto para homens quanto para mulheres.

E durante a Idade Média, apesar da desvalorização do culto ao corpo, e, por consequência, das práticas corporais, observava-se a participação das mulheres em atividades recreativas nas cidades e vilas medievais, como os jogos com bola e jogos de tabuleiro (June KENNARD; John CARTER, 1994).

Assim, apenas no século XII, na Alta Idade Média, encontram-se maiores relatos da prática de atividades pelas mulheres. As Cruzadas e o Feudalismo as levaram a executar diversos papéis na ordem mundial medieval, sendo educadas não somente em relação à leitura e escrita, mas a uma série de conhecimentos e atividades como a arte da caça com falcões, os jogos de xadrez, a música e a dança (June KENNARD; John CARTER, 1994). Esta condição manteve-se por muitos anos, contudo, sofreu intensas mudanças no século XVII, uma vez que, nesse período, a mulher perdeu seus direitos individuais, tornando-se submissa ao marido ou aos seus parentes homens, sendo, por consequência, excluída das práticas esportivas (Kátia RUBIO; Antônio SIMÕES, 1999).

Uma nova aproximação das atividades esportivas e de lazer é verificada entre o final do século XVIII e início do século XIX. Entretanto, o retorno do acesso aos eventos esportivos e da participação em determinadas modalidades não garantiu a inclusão das mulheres nos Jogos Olímpicos de 1896, ano do restabelecimento do megaevento esportivo (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008).

Idealizador dos Jogos Olímpicos Modernos, Pierre de Frédy, o Barão Pierre de Coubertin, desejava reproduzir rigorosamente as Olimpíadas da Antiguidade, ou seja, considerando os valores e costumes da sociedade grega, as competições desse período e a figura do herói da Antiguidade, exaltando-se os seus atributos físicos e virtudes morais (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008; Ana MIRAGAYA, 2007).

Em adição às questões relativas a tradição grega, a concepção vitoriana sobre o papel social da mulher colaborou para essa exclusão, ao passo que os Jogos puderam servir também como uma forma de se preservar as relações de poder, contemplando a competitividade masculina e demonstrando através do esporte aspectos associados à política, como força, moralidade e masculinidade (Kátia RUBIO; Antônio SIMÕES, 1999).

Desse modo, mesmo reconhecendo que as mulheres tinham direito a uma educação esportiva, desde que invisível ao público masculino, seguiu-se os princípios da Antiguidade, mantendo-as fora das disputas esportivas (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008). Ocorridos em Atenas, na Grécia, os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna contaram com a participação de 245 atletas do sexo masculino, tendo-se as mulheres as quais representavam 51% da humanidade, apenas como espectadoras (Ana MIRAGAYA, 2007).

A "exceção" a esse fato se deu através de um ato de protesto da grega Stamati Revithi na Maratona, prova com significado histórico para a cultura da Grécia. Ao correr os 42 quilômetros com os demais atletas de maneira extraoficial, realizou a corrida

em um tempo melhor que o de alguns homens, mesmo tendo finalizado o percurso fora do estádio, devido a proibição de sua entrada na última volta (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008; Isabel CRUZ; Paula SILVA; Paula GOMES, 2013). Destarte, apesar de não ter obtido reconhecimento internacional, Stamati provavelmente foi a primeira mulher a confrontar as barreiras impostas nos eventos esportivos da Era Moderna, dando um grande passo em prol da inserção das mulheres nos Jogos (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008).

Ao final do século XIX e início do século XX, o processo de industrialização, as novas formas de organização social e a luta por direitos iguais contribuíram para transformações no papel da mulher, fato que refletiu em mudanças gradativas no esporte (Anita DEFRANTZ, 1999). Nos Jogos de 1900, em Paris, passou-se a aceitar formalmente a participação feminina, mas com restrições (Kátia RUBIO; Antônio SIMÕES, 1999). Além das provas mistas de vela, apenas as competições de golfe e tênis poderiam ser disputadas, por serem classificadas como modalidades esteticamente belas, e não proporcionarem contato físico entre as atletas (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008).

Em virtude da Primeira Guerra Mundial, os Jogos não foram realizados em 1916, porém o ano seguinte foi marcado por ações de extrema relevância. Diante das dificuldades encontradas junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI), principalmente para a inserção da mulher no atletismo, a francesa Alice Melliat fundou a *Fédération Sportive Féminine Internationale* (Federação Esportiva Feminina Internacional), buscando uma maior representação feminina (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008).

A Federação Esportiva Feminina Internacional monitorava recordes, definia regras e promovia os esportes em geral, tendo organizado os Jogos Olímpicos Femininos em 1922, e os reeditado em 1926, 1930 e 1934 como os Jogos Femininos Mundiais (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008). Os atos e reivindicações da entidade, bem como o sucesso das competições pressionaram o COI, resultando na inclusão oficial das mulheres nas Olimpíadas Modernas, em 1936 (Gilberto OLIVEIRA; Eduardo CHEREM; Manoel TUBINO, 2008).

Com o decorrer dos anos, houve um crescimento tanto nas modalidades que permitiam a participação feminina, quanto na quantidade de atletas. Na Olimpíada de Londres, ocorrida no ano de 2012, pela primeira vez na história as mulheres competiram em todas as modalidades esportivas do Programa Olímpico (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016b). E, quatro anos depois, na Olimpíada do Rio de Janeiro, as mulheres representaram 45,2% do total de atletas, tendo 50 dos 206 Comitês Olímpicos Nacionais apresentado mais mulheres do que homens em suas delegações, a exemplo dos Estados Unidos e da China (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016a, 2016b; Juan SILVERA; Hugo LOVISOLO, 2016).

Atualmente, movimentos em prol da igualdade de gênero e do empoderamento feminino e o Comitê Olímpico Internacional têm desenvolvido estratégias para promover a participação das mulheres no esporte. Desde 1991, a realização de competições femininas é uma das condições para inclusão de novas modalidades esportivas no Programa Olímpico (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016b). E em 1995, foi implantado pelo COI o Grupo de Trabalho sobre Mulheres e Esporte – o qual em 2004 passou à condição de Comissão, com a finalidade de assessorar o Conselho Executivo da instituição a respeito das políticas de igualdade de gênero que deveriam ser estabelecidas (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016d).

Em 1996, a Carta Olímpica, documento que norteia a constituição e o funcionamento do COI e suas entidades afiliadas, foi alterada a fim de se enfatizar a necessidade de maiores ações na área (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016d). Incluiu-se assim, como um dos papéis da instituição estimular “a promoção das mulheres no esporte em todos os níveis e em todas as estruturas, particularmente nos corpos executivos das organizações esportivas nacionais e internacionais” (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 1996, p. 10).

As mudanças ainda não se expandiram de forma significativa à direção de confederações e outros órgãos decisórios, no entanto, é possível verificar o incremento de intervenções do COI que visam a capacitação e o estímulo à liderança feminina (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016c). O próprio órgão tem ampliado o quantitativo de mulheres no seu Conselho Executivo e as elegeu para cargos de expressão, embora ainda não se tenha conquistado um número elevado de representações.

A mulher brasileira no cenário do esporte e lazer

Assim como em outros países, no Brasil a prática esportiva e de lazer pelas mulheres acompanhou os cenários políticos e as revoluções na sociedade, apresentando uma trajetória de lutas pela equidade de gênero. Do período colonial ao século XIX, as formas de organização e de controle sociais, vinculadas às concepções sobre o corpo feminino, restringiram a sua inclusão no âmbito esportivo, a qual somente ampliou-se a partir do século XX, tanto nas perspectivas do lazer e da educação escolar, quanto do esporte competitivo. (Miriam ADELMAN, 2003; Silvana GOELLNER, 2004).

No início do século XIX, os valores patriarcais, dominantes na organização da sociedade, da legislação, da cultura e demais esferas, limitavam o papel da mulher ao de mãe e esposa (Ludmila MOURÃO, 2000). Entretanto, na segunda metade do século, a prática de exercício físico é reconsiderada, devido, principalmente, à necessidade de garantir as exigências físicas da maternidade.

Os progressos advindos dos avanços tecnológicos colocavam também em pauta preocupações em relação às futuras gerações, configurando a maternidade como essencial, tendo em vista que eram consideradas as ideias do Darwinismo sobre a evo-

lução da humanidade, a partir da adaptação ao meio e sobrevivência dos mais aptos, dos mais saudáveis (Ludmila MOURÃO, 2000). A única restrição era o tipo de atividade a ser realizada, visto que às meninas eram direcionados os jogos leves e as atividades moderadas, como o canto e a declamação, as quais produziam o desenvolvimento dos órgãos respiratórios (DI PIERRO, 2007). Nesse sentido, Ludmila Mourão (2000, p. 10) acrescenta que “para a mulher, por ter que investir sua energia nas necessidades de reprodução, qualquer esforço extra empregado em atividade física vigorosa ou intelectual, resultaria em fraqueza, doença, infertilidade ou danos às futuras gerações”.

O outro incentivo se deu devido às próprias mudanças decorrentes dos esforços a favor dos direitos da mulher, da educação superior e do treinamento profissional, por aquelas que já se inseriam no mundo público, para além de seus lares, e reivindicavam o direito de utilização do seu próprio corpo (Ludmila MOURÃO, 2000). Em 1910, mulheres da elite que tinham o apoio da família – geralmente aquelas que pertenciam a famílias europeias que incentivavam a realização de exercícios físicos e esporte – praticavam o tênis, a equitação, o basquete e a natação (Carla DI PIERRO, 2007). E em 1920, a prática esportiva em clubes já era uma realidade para algumas mulheres (Carla DI PIERRO, 2007). Já entre 1920 e 1930, observa-se um cenário de crescente presença e visibilidade no esporte e, ao mesmo tempo, argumentos científicos contrários a essa situação, ao se expor que as atividades que desenvolviam a força muscular não eram adequadas para o sexo feminino (Ludmila MOURÃO, 2000).

Nos anos 1930, as ideias do movimento eugênico brasileiro colaboraram para a propagação da prática do exercício físico pelas mulheres, visto ser este um dos meios idealizados para a reprodução de filhas/os fortes (Ludmila MOURÃO, 2000; Vanderlei SOUZA, 2012). Em contrapartida, o Decreto-lei nº 3.199, de 1941, o qual estabelecia as bases de organização dos esportes no país, exemplificava a tentativa de se diferenciar a prática do exercício físico entre homens e mulheres, ao expor em seu art. 54 que às mulheres não seria permitida a prática de esportes “incompatíveis com as condições de sua natureza” (BRASIL, 1941, p. 7).

Em meio aos discursos contrários à participação feminina em determinadas modalidades esportivas, muitas atletas pioneiras colaboraram, através de seus expressivos resultados, para mudanças nas representações sobre a capacidade da mulher, incentivando jovens e contribuindo na batalha por direitos no âmbito esportivo. A título de exemplo, no ano de 1941, as conquistas das atletas Maria Lenk e Piedade Coutinho no sul-americano feminino de natação foram comemoradas por todo o país (Ludmila MOURÃO, 2000).

As campeãs foram recepcionadas com festa no Rio de Janeiro pelos cariocas e pelo Presidente Getúlio Vargas, como estratégia de utilização do esporte para a disseminação do perfil nacionalista, após a instauração do Estado Novo (Ludmila MOURÃO, 2000). Pioneira – primeira sul-americana a participar de uma Olimpíada, Maria Lenk

influenciou mulheres de todo o país, contribuindo para o acesso e integração ao esporte, como afirma Silvana Goellner (2004, p. 2):

Chamo a atenção para o importante fato de que não são apenas rapazes os componentes da delegação brasileira. A bordo do Itaquicê, carregando o nome do Brasil no coração e nos músculos, encontra-se também a nadadora paulista de 17 anos Maria Lenk. (...) Ainda que as mulheres brasileiras não tenham começado a praticar esportes apenas a partir desta Olimpíada, é importante registrar que a inserção feminina nas competições nacional e internacional foi fundamental para divulgação da imagem da mulher atleta.

Neste cenário que incluía Maria Lenk, Yara Vaz e Aida dos Santos como ícones da emancipação esportiva da mulher brasileira, iniciou-se a realização dos Jogos da Primavera, em 1949 (Ludmila MOURÃO, 2000). As “Olimpíadas Femininas”, como também se chamaram os Jogos, foram idealizadas pelo jornalista e escritor Mário Rodrigues Filho e organizadas pelo *Jornal dos sports*, visando a difusão e democratização da prática esportiva pela mulher (Ludmila MOURÃO, 2000). O festejo social, esportivo e estético consistiu no primeiro evento esportivo exclusivamente feminino (Carla DI PIERRO, 2007).

A partir do meado do século XX, verifica-se a constante atuação feminina nos campeonatos nacionais, sul-americanos, pan-americanos e mundiais, visto que modalidades como voleibol, basquete, natação, tênis e atletismo apresentaram cada vez mais adeptas, possibilitando maior avanço na participação das mulheres nas referidas competições (Silvana GOELLNER, 2004).

No entanto, mesmo com esses progressos, ainda no século XX, diversos profissionais corroboraram com as afirmações de que determinadas atividades não poderiam ser praticadas por mulheres, como apresentou o médico Waldemar Areno, em conferência realizada no I Encontro Regional de Educação Física, em Porto Alegre. Para Waldemar Areno (1962), seria fundamental uma adaptação dos exercícios físicos, a partir da análise de fatores relacionados à morfologia da mulher e aos seus aspectos fisiológicos e psíquicos. A fim de realizar uma “adaptação do trabalho físico feminino”, Waldemar Areno (1962) esboçou na época uma relação de atividades que foram agrupadas como “indicadas”, “contra-indicadas” e “permitidas com reservas”. As atividades contraindicadas consistiam em:

(...) tôdas aquelas que condicionam muitos contatos pessoais, como o famigerado futebol feminino, inclusive o futebol de salão. É uma monstruosidade ver-se vinte mulheres, porque duas estão no goal, perseguindo desordenadamente uma bola, sem saber o que estão fazendo, em condições as mais antipáticas e desgraciaosas, numa atividade que não tem para elas nenhum sentido

benéfico, quando existem tantas outras atividades que melhores cabe (Waldemar ARENO, 1962, p. 65).

Apesar dessas manifestações e de outros discursos similares, a partir dos anos 1970 ocorre um amplo progresso na participação das atletas brasileiras nos Jogos Olímpicos. Entre 1980 e 1990 verifica-se uma maior inserção das mulheres em modalidades esportivas que anteriormente eram consideradas inadequadas para as mesmas, como o judô, o polo aquático, o handebol e o futebol, embora a condição brasileira ainda não se encontre no patamar almejado (Silvana GOELLNER, 2004). Desde a Olimpíada de Los Angeles em 1932, ano da primeira participação de uma brasileira, de um total de 128 medalhas que o Brasil já acumulou em Jogos Olímpicos, apenas 28 foram conquistadas por mulheres (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2017; Kátia RUBIO, 2015).

Na mais recente edição dos Jogos Olímpicos, ocorrida no ano 2016, no Rio de Janeiro, dos 465 atletas da delegação brasileira, 209 eram mulheres, dado que demonstra o avanço na sua participação no esporte, porém que não reflete as dificuldades ainda encontradas atualmente, principalmente no que tange às políticas públicas de esporte e lazer (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2017). De acordo com Beatriz Helena Gregory (2014), as políticas e investimentos designados a fomentar a prática esportiva pelas mulheres tiveram início somente na última década e, mesmo com a implantação dessas políticas, a mudança de paradigmas dificilmente ocorre em curto prazo, dada a dificuldade de se modificar a cultura e se romper estereótipos.

As informações do levantamento sobre o Programa Segundo Tempo, realizado no ano de 2012, exemplificam essa situação. Nesse período, o Programa era desenvolvido pelo Ministério do Esporte e tinha por objetivo possibilitar o acesso de crianças, adolescentes e jovens à prática e à cultura do esporte, promovendo o seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2017a). As pesquisas demonstraram que 61,6% dos beneficiários eram do sexo masculino, evidenciando o maior incentivo cultural à realização de atividade física pelos meninos e homens e as desiguais condições de acesso de meninas e mulheres às práticas de exercício físico, esporte e lazer (OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO, 2014).

Semelhantemente, nos dados apontados pelo Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), inquérito implantado pelo Ministério da Saúde desde 2006 em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal, observa-se disparidades entre homens e mulheres. A pesquisa indicou, dentre outros fatores, que, no conjunto da população adulta estudada, a frequência da prática de atividade física no tempo livre equivalente a 150 minutos de atividade moderada por semana foi de 46,6% entre os homens e 29,9% entre as mulheres (BRASIL, 2017b).

Os dados do relatório refletem a realidade de muitas mulheres que encontram uma série de dificuldades para realizar práticas corporais voltadas para o lazer ou exer-

cício físico, devido às consequências das concepções do seu papel na sociedade. Por serem apontadas como as encarregadas dos afazeres domésticos, não é incomum a ideia de que os seus espaços de lazer se limitam ao privado, aos seus lares, “enquanto os homens vão para os clubes, para o bar, aproveitando suas atividades de lazer no espaço público, inclusive com pretensa prioridade no uso de equipamentos esportivos” (Beatriz Helena GREGORY, 2014, p. 12).

No esporte de alto rendimento, as mulheres continuam deparando-se com diferenças salariais expressivas em comparação aos salários dos homens na atuação esportiva; os recursos advindos de patrocínios são direcionados quase que exclusivamente para as equipes masculinas; e a beleza física segue configurando-se como uma das premissas (veladas ou não) para a contratação, como ocorre em determinados clubes de futebol (Beatriz Helena GREGORY, 2014). Adiciona-se a essas questões, a desvalorização midiática, exposta pela falta de visibilidade às competições e conquistas femininas e pelo foco nos corpos das atletas, ressaltando-se a beleza e sensualidade, em detrimento do desempenho esportivo (OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO, 2016).

E, assim como no contexto internacional, não se verifica um número expressivo de mulheres nos cargos de maior influência e poder, fato ratificado pela escassa quantidade de treinadoras em equipes de maior expressão, árbitras e gestoras em organizações esportivas (Beatriz Helena GREGORY, 2014). Tem-se como exemplo desse fato, as presidências das confederações esportivas: até o final do ano de 2019, das 33 Confederações Olímpicas, apenas a Confederação Brasileira de Ginástica possuía uma mulher no cargo de presidente (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2019).

Essa visível disparidade poderia ser demonstrada ainda mais nitidamente se dispuséssemos de maiores dados sobre a inserção de meninas e mulheres na prática do exercício físico e esporte. De acordo com o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (2014), a inexistência de uma sistematização periódica das informações e a insuficiente preocupação com a perspectiva de gênero na divulgação dos dados obtidos impossibilitam uma análise detalhada da realidade vivenciada pelas brasileiras no cenário do esporte e lazer.

Os indicadores da promoção e da garantia do direito ao lazer e ao esporte têm sido monitorados pelo Observatório através do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), o qual foi instituído pela Lei nº 12.227/2010, após mais de dez anos em tramitação no Congresso Nacional (BRASIL, 2013). Todavia, não há ainda uma extensa base de dados que possibilite um diagnóstico a respeito desses fatores, e, por consequência, a elaboração de políticas públicas e a avaliação da eficiência das ações implementadas (OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO, 2014).

Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015, revogado pelo Decreto nº 10.086, de 5 de novembro de 2019, instituiu metas e

atuações em áreas estratégicas para a elaboração de políticas públicas de diversas esferas, prevendo intervenções de responsabilidade conjunta da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) com o Ministério do Esporte (BRASIL, 2012; 2019). Estas visavam, dentre outros procedimentos, promover o acesso igualitário ao esporte e ao lazer, através do incentivo à pesquisa, da divulgação de dados sobre a participação das mulheres no referido cenário e da ampliação das publicações a respeito das suas conquistas nos esportes por meio da mídia (OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO, 2014).

Psicologia do esporte e relações de gênero

A Psicologia do Esporte, como campo de pesquisa, tem contribuído para as discussões referentes ao tema através de estudos que abordam aspectos: como a participação das mulheres no campo esportivo; o corpo feminino e as práticas corporais; liderança e mulheres no esporte; e mulheres e artes marciais. Destaca-se a linha de pesquisa “Gênero, movimento olímpico e corporeidade”, do Grupo de Estudos Olímpicos da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (GEO EEFÉ-USP), coordenado pela Pós-Doutora Kátia Rúbio, uma das pioneiras da Psicologia do Esporte no Brasil. Dentre outras questões, dedica-se ao estudo das mulheres que participaram dos Jogos Olímpicos, apresentando diversos estudos e publicações na área (Kátia RÚBIO, 2011).

Em sua atuação, a colaboração da(o) psicóloga(o) na mudança de paradigmas perpassa pelo seu papel na formação de cidadãs(ãos) através de ferramentas como o esporte. Como afirma Rodrigo Falcão (2010), empregar o esporte como meio de desenvolvimento global de uma(um) indivíduo(a) exige uma intervenção interdisciplinar, somando-se a atuação da Educação Física ao trabalho de psicólogas(os), pedagogas(os), sociólogas(os) e outras(os) profissionais das Ciências do Esporte. Assim, a utilização do potencial do esporte pela(o) psicóloga(o) implica em um comprometimento com o seu papel como agente/ atriz(or) social.

As ações da Psicologia devem auxiliar para que meninas e mulheres, bem como meninos e homens, desenvolvam habilidades sociais e psicológicas, se percebam como sujeitos da sua própria história, e tornem-se capazes de (re)significar relações e construir projetos de vida que considerem de forma crítica as concepções prévias e os padrões estabelecidos na e pela sociedade (Rodrigo FALCÃO, 2010).

Nesse sentido, salienta-se a importância do papel da Psicologia nos debates acerca das relações de gênero no contexto esportivo e no desenvolvimento de uma ciência que não seja reprodutora de discursos discriminatórios. A práxis da(o) psicóloga(o) implica em um compromisso social, considerando assim um posicionamento político e a problematização de questões relativas à temática. Do mesmo modo, acarreta uma autorreflexão sobre as imposições e desafios que as profissionais de Psicologia encontram diante das relações de poder instituídas nesse cenário.

Considerações

A análise do acesso de meninas e mulheres brasileiras ao exercício físico, esporte e lazer apresenta uma trajetória de “concessões”, principalmente relacionadas à preparação de um corpo saudável para a maternidade ou à possibilidade de se “abrilhantar” competições com a beleza feminina. Ademais, as mulheres continuam enfrentando dificuldades em relação à disponibilidade de tempo para a prática de exercícios físicos em razão dos diversos papéis que desempenham, à ausência de políticas públicas que garantam uma maior inclusão de meninas nos projetos sociais esportivos e às desigualdades no esporte de alto rendimento, como as disparidades nas remunerações a elas atribuídas.

Entretanto, o histórico da sua inserção nos esportes demonstra que, através de ações como a apropriação dos espaços e a superação de obstáculos, é possível realizar mudanças de paradigmas, ora lentas, ora de forma moderadamente acelerada. Assim, a noção de que o poder se exerce em diversas direções e as relações de poder não possuem um caráter fixo, ratifica a relevância do protagonismo feminino nas transformações necessárias.

Embora no esporte e lazer estas relações tenham sido e continuem sendo praticamente imutáveis, dada a rara participação das mulheres nas deliberações e as ainda estabelecidas concepções de atividades masculinas e femininas, este se constitui em um potencial âmbito para a desconstrução das relações e estereótipos determinados ao longo da história da humanidade. Desta forma, torna-se fundamental a criação e ampliação de movimentos que tenham por objetivo a visibilidade da mulher e a busca por condições igualitárias no esporte e lazer, principalmente mediante sua presença nos cargos decisórios.

Por fim, é preciso ressaltar a necessidade de realização de estudos desenvolvidos por psicólogas(os) que aprofundem os aspectos abordados a partir de diferentes perspectivas, como a prática esportiva por mulheres com deficiência, negras, indígenas, de comunidades quilombolas e rurais, bem como de pesquisas quantitativas e qualitativas que delineiem o exercício do direito ao lazer e esporte por meninas e mulheres.

Referências

- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465, jul./dez. 2003.
- ARENO, Waldemar. Fundamentos biológicos da Educação Física Feminina. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**, Rio de Janeiro, v. 15, n.17, p.55-70, 1962. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bi-b=UFRJ_Musica&pesq=>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização

dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 120 da Independência e 53 da República, 16 abr. 1941. Seção 01, p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: 10 de jun. 2017.

_____. **Decreto nº 10.086, de 05 de novembro de 2019.** Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 198 da Independência e 131 da República, 06 nov. 2019. Seção 01, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10086.htm#art1>. Acesso em: 09 de dez. 2019.

_____. Ministério do Esporte. **Programa Segundo Tempo.** Brasília, DF, 2017a. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Vigitel Brasil 2016:** Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2017b. 160p.

_____. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **O que é o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres?** Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/planejamento-1/o-que-e-o-plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.** 1ª ed. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Novembro, 2013. 170 p.

CÔDEA, André Luiz de B. T.; CÔDEA, Janaina de S. M. T.; BERESFORD, Heron. Uma perspectiva histórica sobre os Jogos Olímpicos: da pré-história dos Jogos a Barão de Coubertin e o ideal olímpico. In: TURINI, Marcio; DACOSTA, Lamartine. **Coletânea de textos em estudos olímpicos.** Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, v.1, p. 691-703, 2002.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Confederações.** Rio de Janeiro: COB, [2019] Disponível em: <<http://www.cob.org.br/pt/Confederacoes>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

_____. **Números sobre a nossa participação.** Rio de Janeiro: COB, 2017. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt/time-brasil/brasil-nos-jogos/fatos-e-numeros-do-brasil-nos-jogos-olimpicos>>. Acesso em: Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Rio 2016.** Rio de Janeiro: COB, [2016]. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt/time-brasil/brasil-nos-jogos/rio-2016>>. Acesso em: Acesso em: 20 ago. 2017.

CRUZ, Isabel; SILVA, Paula; GOMES, Paula B. **Deusas e guerreiras dos Jogos Olímpicos**

cos. 2. ed. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero, 2013. 136 p. (Coleção Fio de Ariana).

DEFRAZANTZ, Anita. Progress Made, Pitfalls and Conditions for Further Advancement of Women in the Olympic Movement. In: Landry, Fernand.; Landry, Marc; Yérliès, Magdeleine (org). **Sport... le troisième millénaire**: compte rendu du Symposium international, Québec, Canada, 21-25 mai 1990. Québec: Les Presses de l'Université Laval, p. 413-418, 1991.

DI PIERRO, Carla. Mulher e esporte: uma perspectiva de compreensão dos desafios do Ironman. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-22, dez. 2007.

FALCÃO, Rodrigo S. O rúgbi num projeto social: relato de uma experiência. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 82-101, dez. 2010.

GREGORY, Beatriz Helena M. Esporte e lazer: direitos de meninas e mulheres de todas as idades. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, p.11-14, 2014.

GOELLNER, Silvana V. História das mulheres no esporte: o gênero como categoria analítica. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007, Recife. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Recife: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, v.1., p. 1-10, 2007.

_____. Mulher e Esporte em Perspectiva. Exposição Mulher e Esporte em Perspectiva, 2004, Brasília. **Conferência Mulher e Esporte no Brasil**: entre desafios e interdições elas fazem história. Brasília: Ministério do Esporte, 2004. Disponível em: <http://esportes.universoef.com.br/container/gerenciador_de_arquivos/arquivos/279/mulher-e-esporte.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. How do we know that Rio 2016 was a success. **International Olympic Committee**, Lausana, 6 dez. 2016a. Disponível em: <<https://www.olympic.org/news/how-do-we-know-that-rio-2016-was-a-success>>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Olympic Charter**. Lausanne: International Olympic Committee, 1996.

_____. Women in sport: Background. **International Olympic Committee**, Lausana, [2016b]. Disponível em: <<https://www.olympic.org/women-in-sport/background>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Women in Sport Commission. **International Olympic Committee**, Lausana,

[2016c]. Disponível em: <<https://www.olympic.org/women-in-sport-commission>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Women in sport: Key dates in the history of women in the Olympic Movement. **International Olympic Committee**, Lausana, [2016d]. Disponível em: <<https://www.olympic.org/women-in-sport/background/key-dates>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

KENNARD, June; CARTER, John M. In the beginning: the ancient and medieval worlds. In: COSTA, D. Margaret; GUTHRIE, Sharon R. (eds.). **Women and sport: interdisciplinary perspectives**. Champaign: HumanKinetics, 1994.

LORDELO, Eulina R. A Psicologia Evolucionista e o conceito de cultura. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.15, n. 1, p. 55-62, jan./abr. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2686/1/08.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MIRAGAYA, Ana. As mulheres nos jogos olímpicos: participação e inclusão social. In: RUBIO, Katia (org.). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 229-231, 2008. (Coleção Psicologia do Esporte).

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p.5-18, 2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/11777>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. Boletim nº 53 “Mulheres no Esporte”. **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília, 13 set. 2016. Disponível em: <<https://sway.com/OhUbs0uzJPYw2eLk>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Dados sobre mulheres e esporte no Brasil: desafios para as políticas públicas. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014. 80p.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo H. L.; TUBINO, Manoel J. G. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v.16, n.2, p.117-125, 2008. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/1133/884>>. Acesso em 29 jul. 2017.

ROHDEN, Fabiola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. 224 p. (Coleção Antropologia e Saúde).

RUBIO, Kátia. **As mulheres Olímpicas Brasileiras**. Porto Alegre: Casa do Psicólogo, 2011.

_____. **Atletas Olímpicos Brasileiros**. São Paulo: SESI-SP EDITORA, 2015. 648 p.

RUBIO, Kátia. SIMÕES, Antônio C. De espectadores a protagonistas a conquista do

espaço esportivo pelas mulheres. **Revista Movimento**, Porto Alegre, ano V, n. 11, p. 50-56, 1999. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2484/1134>>. Acesso em 17 ago. 2017.

SILVERA, Juan; LOVISOLO, Hugo. Participação e desempenho de mulheres e homens do Brasil (2004-2016): um pequeno alerta: **Comunicação Esporte e Cultura**, Rio de Janeiro, 9 set. 2016 Disponível em: <NAO CONSIGO COLAR ESSA DESGRAÇA>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SOUZA, Vanderlei S. de. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 6 n. 11, p.1-23, jan./ jun. 2012. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1877>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

VAQUINHAS, Irene Maria. "Miserável e gloriosa": a imagem ambivalente da mulher no século XIX. In: Colóquio A mulher na vida e obra de Camilo, 1995, Vila Nova de Famalicão. **Atas do Colóquio promovido pelo Centro de Estudos Camilianos e pela Casa-Museu de Camilo em Vila Nova de Famalicão, de 19 a 21 de Outubro de 1995**. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos/ Casa-Museu de Camilo, p.35-52, 1997. (Série Estudos Camilianos).

INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA COM PESSOAS TRANS: QUESTÕES ÉTICAS, TEÓRICAS E TÉCNICAS

Gilmaro Nogueira

Introdução

Nesse ensaio, objetivo refletir as questões que estão relacionadas às posturas antiéticas de profissionais de Psicologia no atendimento às pessoas trans (travestis e transexuais). Farei a partir de uma discussão teórica e de minha experiência supervisionando um estágio em Psicologia que atende pessoas LGBT's.

Ao atender tais sujeitas(os), nos últimos cinco anos, tenho acompanhado relatos de atendimentos inadequados realizados por profissionais de saúde, mas chama atenção as intervenções equivocadas realizadas por profissionais de Psicologia. Outros trabalhos têm apontado que profissionais de Psicologia têm atitudes patologizadoras e violadoras dos direitos humanos, sobretudo com pessoas trans (Tatiana LIONCIO, 2019).

Tem sido recorrente a produção de avaliações psicológicas compulsória para "atestar" a transexualidade, pois há dúvidas se a pessoa é trans ou não, ou para avaliar condições psicológicas porque se associa transexualidade à doença mental, e em ambos os casos, tais intervenções são inadequadas. Quando se trata de crianças transexuais, as intervenções psicológicas têm sido ainda mais questionadas, dadas a grande quantidade de equívocos. Como exemplo, cito o relato de uma família que veio até mim, por indicação da escola, após algumas intervenções psicológicas que aconselharam os genitores a forçar um padrão de masculinidade numa criança de sete (07) anos, que se identificava com o universo feminino. A criança gostava de bonecas, joias, roupas e outros artefatos lidos como "de mulher". A única evidência de uma suposta transexualidade era essa identificação com o feminino, ou com a mãe, sem nenhuma fala da criança que afirmasse *ser menina*. Obviamente nada impede essa criança de, em algum momento da vida, se afirmar menina ou mulher, mas o que chama atenção é que a feminilidade de um menino, uma criança, é suficiente para causar um pânico e convocar uma pedagogia de gênero que busca eliminar qualquer traço do feminino e produzir masculinidade, sem considerar os sofrimentos que podem ser causados à criança.

No caso em questão, o profissional de Psicologia sugeriu que a família produzisse uma masculinidade ao comprar apenas brinquedos de "homens" e evitasse qualquer produto ligado ao feminino. A interdição produziu sofrimento à criança, que o profissional sequer percebeu, mas a escola, atenta, solicitou que mudasse de profissional de Psicologia. Utilizo aqui esse caso para evidenciar como há uma intervenção violenta e antiética nesses profissionais que não respeitam as falas, desejos e identidades das pessoas e, sobretudo, das crianças.

E não se trata de um caso isolado, pois ao fazer uma análise de casos clínicos com crianças transexuais, nos poucos artigos produzidos, há casos em que os profissionais davam exemplo de eficácia terapêutica ao “fazerem” crianças desistirem das identificações com o gênero oposto ao designado socialmente. Nessas intervenções, as(os) profissionais utilizam a sua identidade de gênero como modelo para produzir crianças não-transexuais. No caso em questão, o analista defende que a identificação da criança com a masculinidade/homidade do analista, deve ser utilizada como recurso para “ajudar” a criança a abandonar a transexualidade (Roberto GRANÃ, 2009).

Esse tipo de intervenção produz sofrimento nas(os) sujeitas(os), pois é comum adultas(os) trans relatarem o quanto sofreram desde a infância, pois família, profissionais de saúde e a sociedade não aceitavam suas identidades de gênero. São vidas marcadas pela negação e por uma série de violências psicológicas e físicas que negam a(ao) sujeita(o) o direito de viver uma identidade que não condiz com aquilo que é esperado socialmente.

Práticas psicológicas, pedagogias de gênero e produção de sofrimento

É muito comum na prática docente ouvirmos opiniões de discentes que não condizem com uma postura ética e em prol dos direitos humanos. Ao longo dos anos vamos acompanhando uma mudança de postura de modo que grande parte das(os) estudantes podem rever suas posições e levar ao exercício profissional uma postura mais comprometida com uma política em favor dos direitos humanos e contra todas as formas de opressão. O que dificulta uma postura mais ética em favor de determinados grupos e em especial as pessoas trans é que em muitos cursos de Psicologia, as questões de gênero não são discutidas adequadamente. Segundo Tatiana Lioncio (2019), não há uma reflexão ampla sobre gênero e sua relação com processos de subjetivação, o que faz que com a questão da transgeneridade fique restrita a poucos especialistas. Segundo a autora:

No geral, as questões de gênero não integram a maior parte dos currículos de formação de base em Psicologia. Dependemos sempre de um personalismo, de figuras que possam trazer alguma reflexão sobre gênero na Psicologia a partir de um olhar não normalizador. Eu costumo dizer que a Psicologia discute gênero sem saber que está discutindo (p. 44).

Podemos dizer que, por desconhecimento ou por questões morais, diversas posturas profissionais são transfóbicas. Cabe ressaltar que o Conselho Federal de Psicologia tem elaborado normas no sentido de impedir práticas antiéticas e que violentem e estigmatizem a população LGBTQ+. Entre essas, cito a Resolução 01/99, que proíbe a patologização, marginalização e estigmatização das homosse-

xualidades além de proibir a oferta de propostas terapêuticas que objetivam curar homossexuais (CFP, 1999).

A Resolução 01/2018 também proíbe a ação de profissionais de Psicologia que estigmatizem e patologizem pessoas travestis e transexuais. Embora todos os artigos dessa resolução sejam importantes, quero destacar dois, que são relevantes para iniciar o debate: o art. 4º que veta o uso de instrumentos e técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, e o art. 7º. que diz que as(os) profissionais devem reconhecer e legitimar a autodeterminação de pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero. Ressalta ainda, o mesmo artigo, que as(os) psicólogas(os) não devem participar de eventos que promovam terapias de conversão, reversão, readaptação ou reorientação da identidade de gênero (CFP, 2018).

Embora seja importante ressaltar o papel político do Conselho Federal de Psicologia que busca através de resoluções impedir que as(os) profissionais de Psicologia, por questões morais ou falta de conhecimento, produzam violência e atuem de forma a ampliar o mal-estar das(os) sujeitas(os), precisamos reconhecer que apenas resoluções e normas não são suficientes para produzir intervenções qualificadas e que ofereçam a possibilidade de atenção e cuidados a sujeitas(os) socialmente marginalizadas(os). É necessário que a Psicologia cumpra seu papel social de diminuir o sofrimento e ampliar a cidadania das(os) sujeitas(os).

A transfobia de profissionais de Psicologia não é um problema apenas no Brasil. Na França, alguns profissionais da área psi (psicólogas(os), psicanalistas e psiquiatras) adotam uma nomenclatura chamada “psi *safe*” (seguro em inglês) – que designa a(o) profissional que acolhe pessoas cujas identidades e orientações são marginalizadas, tais como a população LGBTQI, profissionais do sexo, entre outras(os), e que lhes dá garantia que não sofrerão transfobia, racismo e outras violências nos espaços clínicos. Tal nomenclatura passa pelo entendimento que essa parcela da população é vítima de preconceito e estigmatização dentro dos espaços psi – busca-se, assim, garantir que atitudes preconceituosas não ocorram nos consultórios, ou mais ainda, que as(os) profissionais necessitam de atenção redobrada em relação as teorias e representações opressoras, nos espaços terapêuticos (Beatriz SANTOS; Elsa POVEREL, 2016).

Mais do que nos questionarmos, que posturas nossas reproduzem transfobia e outros preconceitos como racismo etc., é preciso colocarmos em suspeitas as teorias e pressupostos que utilizamos como alicerces em nossas práticas psicológicas. Teorias e pressupostos que atribuem representações negativas às(aos) sujeitas(os) negras(os), LGBTQI, e em especial, pessoas trans, quase sempre apresentadas como doentes mentais, devem ser questionadas: Será que tal concepção contribui para produção de uma sociedade mais justa? É possível um conhecimento válido quando reproduz preconceitos e moralidades? Não se trata de rejeitar autoras(es) que consideramos fundantes da Psicologia, mas questionarmos seus limites – sejam impostos pelo contexto, pelo

tempo em que tais teorias foram produzidas e até mesmo por suas identidades, que quase sempre desconsideramos, como se teóricas(os) fossem entes sem raça, classe e gênero. Sobre essa questão, aponta Ramón Grosfoguel (2012, p. 119):

Esta questão não tem a ver apenas com valores sociais na produção de conhecimento nem com o facto de o nosso conhecimento ser sempre parcial. O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A “egopolítica do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. O lugar epistémico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistémico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistémico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia.

Ressalto, mais uma vez, que não se trata de descartarmos todo conhecimento produzido na Psicologia, de modo temporal ou geográfico, mas de colocarmos em suspeita tudo que é elaborado e produzido e que reifica posições excludentes, subalternas e patológicas.

Muitas produções sobre transgeneridades supostamente baseadas em evidências e experiências concretas, como por exemplo, estudos de caso, apenas enquadram as(os) sujeitas(os) em esquemas teóricos e sequer permitem questionar as teorias. As(os) sujeitas(os) e suas experiências confirmam teorias eurocêntricas e patologizantes. Um exemplo desses encaixes, são as concepções sobre transexualidade infantil, que alguns estudos clínicos remetem a teoria do Complexo de Édipo e entre essas teorizações, a transexualidade infantil aparece sob a denominação de transtorno de identidade de gênero (TIG), dentro de leituras psicanalíticas, por exemplo.

Associada a questão do Édipo, esses estudos apontam que a transexualidade tem uma gênese, a saber: a) desvio da matriz representativa, pai e mãe; b) a beleza da criança que pode fazer com que exista uma feminilização radical; c) mães depressivas, com déficit narcísico; d) mães com condutas viris; e) proximidade prolongada com a mãe; f) ausência do pai; g) psicose, entre outras questões endossadas por Roberto Graña (2009).

Ainda segundo o mesmo autor, a análise terapêutica dessas crianças pode terminar por dois motivos: a) resultar em sofrimento para os pais e a criança; b) a criança falsificar uma melhora ao buscar se ajustar às expectativas do analista ou da família. Ou seja, ao se dar conta que a intervenção não confere o resultado esperado, não se

questiona a teoria, que permanece intacta, mas se problematiza as(os) sujeitas(os). Outra questão é que não se pergunta, a razão por que a criança sofre? Será que enjaular a criança dentro da expectativa de identidade de gênero dos genitores e da(o) analista não é o problema? E por que a criança falsifica? Porque ela é obrigada a se enquadrar dentro de uma norma social em que a transgeneridade não é entendida como uma possibilidade coerente. Falsificar aqui é uma forma de (re)existir e manter-se saudável diante das pressões e opressões que os “saberes” médicos e psi tem infligido, não apenas na infância.

Segundo Kristina Oslon et. al. (2009) as taxas de ansiedade, depressão e suicídio entre pessoas trans são dramaticamente elevadas. Esses eventos psicopatológicos são resultados de anos de preconceito e discriminação. As pesquisas dessas(es) autoras(es) demonstram que tais sintomas reduzem quando há apoio e aceitação das(os) genitoras(es) na transição social de gênero dessas crianças. Num estudo longitudinal com 73 (setenta e três) crianças transexuais que foram aceitas pela família, essas taxas ficaram significativamente baixas, embora as(os) autoras(es) concluam que a aceitação familiar não evita o stress das crianças, na medida em que terão desafios nas relações sociais na escola, uso de banheiros etc., o que abre espaço para muitas intervenções de apoio e suporte dentro da área escolar, por exemplo.

Obviamente a família tem expectativas que as(os) filhas(os) sejam heterossexuais, não-transexuais e que não subverta a matriz de inteligibilidade que supõe haver uma linearidade entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais. Essa matriz não apenas espera, mas exige que se a criança tem um pênis, seja homem, masculino e heterossexual, e que se tiver uma vagina, necessariamente seja mulher, feminina e que tenha desejos por homens (Judith BUTLER, 2003). A expectativa aqui mencionada não se limita ao desejo (genitoras/es), mas ao emprego de técnicas de coerção e violência que às vezes podem produzir gêneros inteligíveis [a elevado custo], mas também trajetórias de apagamento e aniquilamento.

Que a família tenha expectativas quanto a orientação sexual e identidade de gênero das(os) filhas(os), é esperado, e nosso trabalho é também construir um processo de mediação para que se possa fazer o luto pelas identidades exigidas socialmente (heterossexualidade e cisgeneridade). Evidentemente, quem não pode ter uma expectativa de gênero é a(o) analista/psicóloga(o). Não nos cabe sugerir, esperar, coagir crianças, adolescentes ou adultas(os) a apresentarem padrões de sexualidade e gênero. Qualquer prática que não respeite a identidade de gênero deve ser entendida como parte de uma pedagogia de gênero – reiteração de normas que excluem e marginalizam pessoas.

Nosso trabalho não é de normatizar ou conformar humanos às expectativas sociais, mas o de questionar as normas que desqualificam sujeitas(os), melhorar a qualidade de vida das pessoas, contribuir para despatologização das identidades sexuais e de gênero.

A produção da transexualidade e sua associação com a doença mental

Costumo ouvir, nas palestras e mesas, que as(os) profissionais de Serviço Social promovem cidadania e nós, da Psicologia, estudamos e intervimos na saúde mental das pessoas. Sempre corrijo, pois nosso trabalho é também, humanizar e promover cidadania, juntamente com profissionais de Serviço Social, Direito etc. Não existe saúde psíquica sem cidadania. E trago essas questões, porque diversas vezes, vejo profissionais imbuídas(os) com uma concepção de doença mental associada apenas às questões orgânicas que não contribui com o combate à exclusão e desigualdades.

O abandono dessa ideia de doença mental tomando o orgânico como causalidade foi importante para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária (Helena CAMPOS, 2013). Essa mudança de concepção, de que as classes populares adoecem, não por questões biológicas, apenas, mas pelas condições materiais de existência – pelas ausências de políticas públicas que oportunizasse melhorar as condições de vida, vai ser importante para entender que o sofrimento mental está ligado também à exclusão e desigualdades. Essa concepção de sofrimento mental vai ser importante para compreendermos as experiências trans – marginalizadas e excluídas – desumanizadas.

Mas, em diversos textos publicados sobre transgeneridade há uma associação entre as identidades trans e doença mental. Muitos dos trabalhos usam o termo transexualismo e travestimos, mesmo após essas nomenclaturas serem excluídas dos manuais de saúde mental, por entendimento que não se trata de transtornos mentais. Pode parecer um policiamento supérfluo, mas as palavras não são inocentes e esses termos mantém a associação com doença mental, o que amplia os estigmas. Segundo Judith Butler (2003), as palavras não apenas descrevem, como produzem, e no caso em questão – mantém e produz a patologização desses corpos.

Muitos textos teóricos, principalmente na perspectiva psicanalítica tem associado a transexualidade a psicose. Uma busca no *google* acadêmico ou qualquer outro indexador de pesquisas com os termos psicanálise e transexualidade evidência tal associação. Num livro recente, Jorge Coutinho e Natália Travassos (2018) fazem uma nova abordagem e questiona essa associação, em suas palavras:

Se até agora a discussão dominante sobre a transexualidade está focada no sujeito transexual, relacionando-o diretamente com as estruturas clínicas – em especial a psicose –, em nosso artigo introduzimos a possibilidade de abordá-la pela via dos fenômenos sociais e da cultural (p. 81).

Nesse livro as(os) autoras(es) iniciam fazendo uma defesa de um artigo publicado pelos mesmos, com o título: “A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização?” afirmando que, o uso dos termos: epidemia e histeria, não se dão dentro de um viés psicopatológico ou pejorativo. A transexualidade aparece no texto

associada a um sintoma, que se manifesta no corpo, em que a medicina oferece uma “pílula mágica” através da cirurgia. Essa narrativa reduz as transexualidades a uma experiência de rejeição ao corpo e a demanda de cirurgia. Nem todas as pessoas trans tem essa rejeição ao corpo, nem toda rejeição a partes do corpo é somente de pessoas trans. Também não é verdade que toda pessoa trans que demande cirurgia o faça com a ilusão que se resolva todo mal-estar, nem que toda pessoa trans demande cirurgia. Tais textos não conseguem atravessar os estereótipos produzidos pelas ciências biomédicas onde as transexualidades aparecem padronizada e sem singularidade e que se entende que exista um transexual verdadeiro, que necessariamente tenha rejeição ao pênis ou seio, que demande cirurgia e que performatize os estereótipos de gênero tal como são organizados socialmente.

Tais perspectivas patologizam as transexualidades ou se não patologizam, associam-na a um modismo, uma forma de não-elaboração das questões inconscientes e assim retiram das transgeneridades a possibilidades de existência e autonomia. Ao afirmarmos que as transexualidades são produtos da pós-modernidade, de um sintoma contemporâneo, da globalização ou qualquer outro termo que usemos para transformá-la em ficção, então, nós, não-trans, somos produtos de que? Nesses textos, nossas identidades não são questionadas, problematizadas, obviamente porque estamos dentro das normas de gênero – e somos entendidas(os) como normais e naturais.

A consequência dessa narrativa sobre as transexualidades, é que as(os) sujeitas(os) são vistas(os) como doentes ou mesmo quando há concepções despatologizantes, as(os) sujeitos são vistas(os) como infantilizadas(os), incapazes de decidir por si mesmas(os) e sem autonomia. É muito comum por exemplo, as(os) profissionais se questionarem se pessoas trans estão prontas para uso de hormônios, transição social etc.

Especialmente em se tratando de questões relativas às transgeneridades de crianças, o questionamento é feito: “Essa criança já pode decidir se é trans? Ela tem condições de ter essa certeza, agora?” São questões que indagamos apenas para sujeitas(os) com identidades marginalizadas. Não questionamos se uma criança está pronta para se afirmar cis (não-trans), pois entendemos que esse é o destino natural do desenvolvimento humano.

A transexualidade é assim associada à doença mental. Numa crítica ao trabalho de psicólogas(os) no judiciário, Cecília Coimbra aponta que em alguns momentos os indivíduos têm sido:

[...] intimidados, psicologizados, abstratos, ahistóricos e desvinculados de seus contextos sócio-históricopolítico-culturais. Princípios esses que têm fortalecido e afirmado certos dispositivos úteis ao mundo capitalista e que têm sido muito bem manejados e reificados por alguns profissionais psi. (Cecília COIMBRA, 2003, p. 8)

Embora estejamos falando de contextos diferentes, a crítica de Cecília Coimbra é importante para compreendermos o equívoco que também ocorre com a teorização e intervenção psi com pessoas trans, em que tudo passa a ser entendido do ponto de vista psicológico remetendo ao individual. São considerados o psiquismo e os processos psicológicos – entendidos de forma abstrata e ahistórico, além do centramento do núcleo familiar fechado em si mesmo – dentro de um modelo burguês de família, onde seu funcionamento e estruturação passa a servir de explicações para saúde mental das(os) suas(seus) membras(os) e tudo que não se enquadra nesse modelo burguês, é desqualificado e entendido como perigoso. Ainda segundo Coimbra:

Essa crença, que inscreve e constitui como traço unicamente individual as características e/ou patologias do sujeito, tem sido agenciada com o que Sennett (1988) denominou “a tirania da intimidade”: tudo passa a ser remetido para o interior, o íntimo, entendido como “coisa-em-si” (Cecília COIMBRA, 2003, p. 8).

Essas concepções não contribuem para intervenções que promovam cidadania e respeite os direitos humanos. Elas reificam posições excludentes e normativas que buscam normatizar sujeitos e reforçam as hierarquias já existentes entre pessoas trans e pessoas não-trans.

Em vez dessa psicologização é necessária uma intervenção mais psicossocial, que compreenda as trajetórias, as violências vividas, as formas como as(os) sujeitas(os) reagem a tais violências – suas formas de resistências e que possa desconstruir os estereótipos associados as pessoas trans, vistas como psicóticas, histéricas – despossuídas de si mesmo. É preciso invocar uma Psicologia menos psicologizante, que se volte mais para as(os) sujeitas(os) e suas narrativas, que para teorias biomédicas, psiquiátricas, etc.

Considerações finais

Nesse ensaio discuto as diversas formas como a Psicologia tem sido requerida a atuar com pessoas trans, quase sempre através de demanda de outros profissionais que buscam verificar se as pessoas são trans de verdade, ou a fim de diagnosticar sintomas associados (equivocadamente) às transgeneridades. Essas intervenções, cada vez mais, têm sido realizadas com a produção de avaliações psicológicas e construção de laudos que mantêm os estereótipos associados as pessoas que não atendem as normas de gênero.

Embora o Conselho Federal de Psicologia venha atuando para impedir que profissionais ofereçam cura e reversão de orientação sexual e identidade de gênero, além de buscar evitar que se marginalizasse, estigmatize e patologizem sujeitos de orientações sexuais não-heterossexuais e pessoas trans, tem sido constante as reclamações

de que profissionais de Psicologia atuam de modo a não respeitar os direitos humanos e de modo a não contribuir para melhoria da qualidade de vida das(os) sujeitas(os).

Faz-se necessário uma ampliação das discussões sobre questões de gênero e sexualidade nos cursos de graduação, mas também uma revisão teórica, pois diversas teorias compreendem as experiências trans como doentias ou patológicas, seja na explicação das transidentidades, seja nas propostas de intervenção.

Embora considere que a psicanálise tem muito a contribuir com o acolhimento e escuta de pessoas trans – em suas singularidades – as teorias psicanalíticas ainda associam transexualidade a psicose e mais recentemente a histeria, - e assim a existência de pessoas trans é vista como um movimento desviante, que deve ser corrigido em análise.

Sintomático que os textos psicanalíticos, em sua maioria, pois há autores dissidentes, que não mencionei nesse texto, mas que merecem destaque em outro momento, reduzam as transexualidades a demanda por cirurgia, a rejeição ao corpo e construa a ideia de uma(um) sujeita(o) transexual universal, infantilizado que acreditaria que os procedimentos cirúrgicos resolverão todos os problemas de sua vida.

As questões das transexualidades, nessas intervenções psi passam a ser vistas de modo psicologizante, ahistoricamente, remetendo ao individual e ao intrapsíquico e pior, desconsideram as normas de gênero, que nos produzem (nós cis) como modelos de desenvolvimento, normalidade e padrão em que os outros devem se enquadrar – e que em nada é inocente, mas hierarquiza pessoas.

Dentro dessas intervenções, as pessoas trans aparecem como despossuídas de si, sem condições de afirmar seus desejos, afetos e identidade, seja crianças ou adultas(os) – o que nos convoca para a construção de uma Psicologia que se ocupe da saúde mental, mas também da cidadania, do respeito a autodeterminação das(os) sujeitas(os) e no comprometimento políticos com sujeitas(os) socialmente marginalizadas(os).

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Regina Helena. (Org.) **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 01/1999**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf Acesso em: 01 Jul. 2019.

_____. **Resolução 01/2018**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf Acesso em: 02 Jul. 2019.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Direitos Humanos e a Atuação na Área Jurídica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Os direitos humanos na prática profissional**

dos psicólogos. Brasília: CFP, 2003. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf Acesso em 02 Jul. 2019.

COUTINHO, Jorge, M. A; TRAVASSOS, Natália. P. **Transexualidade:** o corpo entre o sujeito e a ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

GRAÑA, Roberto B. **Transtornos da identidade de gênero na infância:** escritos selecionados. Editora Casa do Psicólogo, São Paulo, 2009.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [On-line], 80 | 2008, colocado on-line no dia 01 outubro 2012, criado a 06 julho 2019. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/697> DOI : 10.4000/rccs.697 Acesso em 07 Jul 2019

LIONCIO, Tatiana. A Psicologia entre a patologização e a despatologização das identidades trans. In: DE SOUSA, Ematuir Teles; AMARAL, Marília dos Santos; DOS SANTOS, Daniel Kerry (organizadores). **Psicologia, travestilidades e transexualidades:** compromissos éticopolíticos da despatologização. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

OLSON Kristina R, DURWOOD L, DEMEULES M, et al. Mental Health of Transgender Children Who Are Supported in Their Identities. **Pediatrics.** 2016;137(3):e20153223 (s.d.)

SANTOS, Beatriz; POLVEREL, Elsa (2016) Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. **Lacuna:** uma revista de psicanálise, São Paulo, n. -1, p. 3, 2016. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>>. Acesso em 4 Jul 2019

“ANTIGUIDADE É POSTO”: UM OLHAR SOBRE A SUBJETIVIDADE TRANS* E SUAS RELAÇÕES DE PODER EM TERREIROS DE CANDOMBLÉ DE SALVADOR/BA

Almerson Cerqueira Passos

Claudenilson da Silva Dias

Introdução

A bibliografia que trata sobre a interface das religiosidades e das identidades trans*⁴² ainda é muito pouco difundida, haja vista o número de produções acadêmicas que discutem a temática das transexualidades e travestilidades a partir da perspectiva das dissidências sexuais e de gênero. Entretanto, autoras(es) como Patrick Bomfim (2009), Fátima Jesus (2012), Luiz Ribeiro (2009), Rui Romba (2015) e Ailton Santos (2013) nos apresentam esse diálogo – de maneira intensa – e suas autorias podem ser consideradas como mais vozes trans*aliadas. Outrossim, algumas questões devem ser pensadas, de modo a lançar novas sementes (e problematizações) sobre o lugar que devem ocupar as identidades trans* nos espaços religiosos do Candomblé. Tanto as(os) adeptas(os) das religiões de matriz africana quanto pessoas trans* devem pensar sobre quais possibilidades as transexualidades e travestilidades têm nessa cosmogonia.

Neste sentido, os desafios da Psicologia enquanto ciência pressupõem reflexões sobre as subjetividades, os limites e contribuições no exercício da prática psicológica (Lenise BORGES *et al.* 2013; Karine CAMBUY; Mauro AMATUZZI; Thais ANTUNES, 2006; Carmem Regina GIONGO; Lisiane MENEGOTTO; Simone PETERS, 2012; Conceição NOGUEIRA, 2017). Os atravessamentos sociais e as cosmovisões correspondentes ainda são alicerçados pelo paradigma moderno que se fundamenta em uma encruzilhada epistêmica com bases cisheteronormativas⁴³ e binárias. A relação entre a Psicologia e os Estudos de Gênero carece de uma transversalização nas instituições de ensino, esbarrando-se na insuficiência instrumental, por vezes, em lidar com temáticas das identidades de gênero e sexuais. Assim, a articulação desses contextos é de grande relevância para pensar a saúde mental das pessoas trans* enquanto processo legítimo.

⁴² Referimos-nos aqui às identidades trans* que compõem a diversidade de gênero: Transexuais, travestis, transgêneros (termo hoje debatido pelo movimento por não dar conta de várias especificidades), não-binários, pessoas de gênero inconforme são algumas das nomenclaturas mais usuais, no entanto, retificamos que utilizaremos, neste texto, o termo trans*, que é um termo guarda-chuva que nos permite pensar em todas as categorias supracitadas. Salientamos, ainda, que os termos “transexual” e “travesti” vão aparecer no curso do texto por uma questão de identificação pessoal das(os) sujeitas(os) colaboradoras(es) desta pesquisa. Para uma contextualização sobre as categorias ver Jaqueline de Jesus (2012) e para uma discussão sobre o tema ver também a página sobre Transfeminismo, acessível em: <<http://transfeminismo.com/?s=categoria+guarda-chuva>>

O Candomblé, sendo uma religião de matriz africana, tem uma organização social e política própria, um contexto específico e não seria diferente para as normas de gênero e sexualidade. Com isso, queremos dizer que as formas de lidar com as identidades de gênero são tão complexas quanto às questões ligadas a outros temas comuns às comunidades-terreiro, como, por exemplo, os tabus sobre os ensinamentos de práticas litúrgicas ainda mantidos em segredos infinitos, em geral geridos pelas(os) dirigentes das comunidades tradicionais de terreiros (doravante CTTO's). Esse é o tônus desse texto, que é parte de um estudo ampliado sobre as relações estabelecidas entre as (Claudenilson DIAS, 2017; 2018)⁴⁴. Para esse aspecto, evocamos aportes teóricos da Psicologia para pensar os processos de subjetivação de três pessoas trans* que foram interlocutoras do trabalho em questão: Luana Neves, Mauro Gonçalves e Alana de Carvalho, bem como de duas pessoas dirigentes das CTTO's, Sandra Santos e Edvaldo Araújo.

A pesquisa foi orientada por um caráter qualitativo, entendendo que esta modalidade de análise dialoga com os pressupostos feministas/dissidentes, de uma objetividade engajada, na qual o lugar conferido a(o) pesquisadora(o) não é o da autoridade acadêmico-epistêmica. Para o estudo, Claudenilson Dias (2017; 2018) realizou levantamentos, através de entrevistas individuais em profundidade, observando, nas percepções das pessoas trans* e das(os) dirigentes de terreiros, como as relações são estabelecidas entre as(os) adeptas(os) da religião e as pessoas trans*. As entrevistas foram realizadas com três pessoas trans* e seus respectivos dirigentes.

Para as pessoas trans*, as entrevistas foram organizadas em três momentos distintos: 1) contato inicial para sensibilização da proposta e assinatura do Termo de Livre Consentimento; 2) entrevista em profundidade com roteiro semiestruturado; 3) leitura da crônica das entrevistas em profundidade, momento no qual as pessoas entrevistadas puderam se posicionar na produção desse texto. No curso das entrevistas

⁴³ Historicamente, a atenção dada pela Psicologia às temáticas de gênero e sexualidade nos estudos dos indivíduos e de seus processos é atravessada por uma perspectiva cisheteronormativa, ou seja, uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas (Amana MATTOS; Maria Luiza CIDADE, 2016, p. 134).

⁴⁴ Esse texto é um recorte da dissertação de mestrado de um dos autores, Claudenilson Dias (2017; 2018), e teve como colaboradoras/interlocutoras da pesquisa, três pessoas trans* (duas mulheres e um homem), além de duas pessoas dirigentes de casas de Candomblé (uma mulher e um homem), todas essas pessoas já foram citadas nominalmente na introdução deste texto. Os nomes utilizados afirmam a importância dessas participações nesse processo como uma estratégia de visibilização do tema em debate para além de ser um movimento político dessas pessoas.

(Claudenilson DIAS, 2017; 2018), foi utilizado o método das Histórias de vida, que consiste em um modelo no qual as(os) colaboradoras(es) passam a ser vistas(os) enquanto sujeitas(os) produtoras(os) de suas realidades. Acompanhando esse *corpus* metodológico, na tentativa de promover ainda mais a autonomia das(os) interlocutoras(es) deste estudo, utilizou-se as ‘produções narrativas’, a partir de Itziar Goikoetxea e Nagore Fernández (2014), que promovem a interferência das pessoas entrevistadas no processo criativo da(o) pesquisadora(or), que deve se colocar sempre ao lado das pessoas interlocutoras e não no lugar de autoridade conferido (e imposto) pela academia.

Visitando terrenos desconhecidos: trans*cendendo o *religare* e as novas vivências nas comunidades terreiro

Às identidades trans* tem sido constantemente negado o direito de ser e existir no seio das religiões. Em face disso, os espaços religiosos que, em primeira instância, deveriam acolher indistintamente as pessoas que os procuram para um bem-estar espiritual e psicossocial, têm negado, mais uma vez, essas existências, afastando essas pessoas do convívio e da afetividade religiosa.

Como apontam as bibliografias supracitadas sobre as religiosidades e as trans*identidades, nas igrejas católicas e neopentecostais, no espiritismo e em algumas outras denominações religiosas, existem condutas de uma pseudo-aceitação das pessoas LGBT’s, desde que elas tenham posturas aceitáveis para a convivência junto às comunidades religiosas. As identidades trans* são subjugadas à zona do não ser, pois o modo estereotipado com que as(os) dirigentes religiosas(os) as percebem não condiz com as(os) fiéis desses espaços religiosos.

Como enfatiza Patrick Bonfim (2009), as travestis saem dos cultos antes que eles sejam finalizados por medo de represálias pela sua presença nos espaços religiosos das Igrejas, o que pode não ocorrer em uma casa de Candomblé. Entretanto, os lugares que elas precisam ocupar estão ligados ao universo masculino.

Nos Candomblés, muito embora as “suas portas” estejam sempre abertas para todas as pessoas, algumas restrições são mantidas em favor da manutenção da “tradição” religiosa. As(Os) dirigentes de Candomblé, em geral, conduzem suas casas à luz dos ensinamentos de suas/seus mais velhas(os) e, justamente por isso, temas como a transexualidade ainda não se tornaram caros para essas comunidades. O que há, pelo que parece, são acordos de aceitação nos moldes de outras expressões religiosas: aceitar desde que se adequem às normas de gênero e sexualidade vigentes nas comunidades-terreiro e na sociedade mais ampla. Como buscamos compreender diante dos depoimentos das(os) dirigentes, há funções específicas para homens e mulheres e, não obstante, isso é verdade. Mas é verdade também que homens e mulheres trans* buscam (re)existir nas comunidades e sua (re)existência é tão legítima quanto a existência de pessoas cisgêneras.

Sobre a vinculação com as comunidades-terreiro nas quais as(os) interlocutoras(es) foram iniciadas(os), há um misto de sensações que vai desde um acolhimento à negação deste, fator relevante para as situações de sofrimento psíquico, o que evidencia parte das problemáticas vivenciadas por pessoas trans* em suas CTTO's. Para Luana Neves, por exemplo,

[...] Eu sofri muito. A aceitação não foi uma aceitação pessoal só. Foi uma aceitação conjunta de você que está entrando em uma religião, na qual você não tem conhecimento nenhum. Você foi chamado, você foi escolhido. É difícil quando você tem oportunidade de ir atrás, de você buscar aquilo para você. Eu era muito doente, vivia depressiva, chorava muito. Tinha problemas seríssimos de saúde. Eu fui me encontrando dentro do Axé. Antes de fazer o santo, eu conversei com o Babalorixá e expliquei a ele minha situação. Ele olhou para mim no jogo. E ele olhava para o jogo e olhava para minha cara. E disse: por que você não fez o santo ainda? O que é que está faltando? Porque o santo já vinha há muito tempo me cobrando (LUANA, entrevistada em 17 de maio de 2015).

Enquanto para Luana há um choque de realidades quando ela é obrigada a se ver vestida de uma persona que ela não é, ferindo sua subjetividade, Mauro Cavalcante experimenta uma relação de cordialidade no momento de sua iniciação. Ele relata que o fato de sua iniciação ter sido organizada em torno de um corpo que ele não mais reivindicava, não foi para ele um problema se trajar com indumentárias lidas como femininas, pois assegurou naquele momento uma nova vivência junto à comunidade, além de mais um dos diversos trânsitos de sua vida. Diz Mauro:

[...] No momento da minha saída, da minha confirmação, você vai até achar engraçado. Engraçado, não. Estranho. Eu saí de rodeiro. Eu me permiti sair caracterizado da forma feminina. Porque eu sabia que ali seria o único momento da minha vida que passaria por aquilo. E não foi uma questão imposta pelo meu pai de santo. Porque ele me deixou à vontade de sair de terno como um Ogan. Eu saí acordado. Eu tive minha saída de Yawô, vestido de Yawô. E tive a minha segunda saída. E, assim, algumas pessoas me perguntam: 'Mauro por que você se permitiu usar saia naquele momento?' E eu falei porque aquele momento ali não afetou em nenhuma questão a minha opção de vida, a minha opção de gênero. Os irlandeses não usam saia? (MAURO, entrevistado em 7 de abril de 2015).

O fato de não incomodar a Mauro não tira a legitimidade de outras pessoas trans* passarem por momentos de extrema dor e sofrimento psíquico ao serem posicionadas em um lugar que elas não reivindicam para si. Alana de Carvalho relata sua

aproximação com o Candomblé como uma extensão de sua família nuclear, uma vez que sua mãe fora iniciada na religião afro-brasileira (não entramos no mérito religioso de sua mãe). Desse modo, para a ativista social:

[...] Na verdade, minha aproximação com o Candomblé, eu nasci no Candomblé. Minha mãe era filha de santo e eu, desde pequena, saía engatinhando para querer mamar, quando tinha festa na casa da mãe de santo, a frente do terreiro da mãe de santo dela é o fundo da casa de minha avó. O que separava o terreiro da frente da casa da minha avó era um beco, onde, desde novinha, eu saía engatinhando para ir mamar. E quando eu fui crescendo, eu fui gostando de ver os procedimentos, os rituais e com cinco anos de idade eu fui oborizada⁴⁵, porque eu passei por problema de saúde, onde foi visto que esse problema de saúde, não era de médico e sim espiritual, onde eu passei por um Bori e a mãe de santo, na época de minha mãe, disse que era para esperar eu chegar a minha adolescência para que eu pudesse fazer a minha escolha se era aquilo mesmo que eu queria. Então, já quanto mulher Trans, já aos 15 anos, eu entrei no ronkó, quando eu nasci para o Axé. Morri para o mundo e nasci para o Axé (ALANA, entrevistada em 01 de fevereiro de 2017).

Alana passou por momentos de tensão na sua comunidade-terreiro desde o seu processo de iniciação e, em boa medida, até os dias atuais. Não à toa, ela passa por momentos de afastamentos constantes da comunidade embora mantenha uma relação de respeito e cordialidade com suas/seus irmãs(os) e, em especial, com sua Nengua Nkisi⁴⁶. Contudo, para ela “foi um processo árduo”, doloroso e passível de repensar sobre a localização dela enquanto pessoa trans* naquele espaço sagrado. As vivências trans*, diante das comunidades-terreiros, mostram-se bastante tensas, desde a aproximação até os ritos iniciáticos e no decorrer de suas vidas cotidianas nas casas de Candomblé.

Até constituir-se como uma liderança religiosa – e ser respeitada como tal – Alana passou por diversas situações que a levaram a afastamentos sistemáticos de sua casa de Axé. Diferente de Mauro e Luana, que se afastaram de modo definitivo de suas raízes religiosas, Alana trilhou a sua vivência religiosa perseguindo o seu objetivo de

⁴⁵ Alana fala da cerimônia do *bori* – cerimônia de dar de comer à cabeça – bastante detalhada na obra da antropóloga Miriam Rabelo (2014). Um outro termo utilizado pela ativista é *ronkó* que se refere ao quarto onde as pessoas que passam pelo rito de iniciação ficam reclusas para as ritualísticas.

⁴⁶ Nengua Nkisi são as sacerdotisas do culto ao sagrado de origem Banto/Angola.

galgar o posto de Nengua Nkisi. Entretanto, vivenciou momentos de indecisão diante dos risos sarcásticos direcionados a ela.

O amor de Luana por suas divindades não foi capaz de sublimar os processos de exotificação, inquirição contínua e retirada de sua subjetividade, questões que ela foi obrigada a suportar durante o curto período em que esteve vinculada à sua casa raiz. No ano em que se manteve com certa regularidade e frequência na sua comunidade religiosa, ela não se sentia pertencente àquele espaço em razão do sofrimento que enfrentava a cada vez que precisava se transfigurar em uma pessoa que não dialogava com a sua identidade de gênero.

Mauro constitui uma incógnita para alguns membros de sua comunidade religiosa. Embora houvesse um acordo de respeito à identidade transexual dele entre as(os) adeptas(os) daquela comunidade e seu líder religioso, várias questões de ordem pessoal impediam que tal acordo fosse efetivado. As agressões variavam, indo de simples xingamentos até a deslegitimação de sua identidade de gênero.

Diante dessas situações de violência contra as identidades trans*, como pensar em uma aceitação indistinta de pessoas trans* nas CTTO's, uma vez que não se respeitam as suas identidades de gênero? Nos Candomblés de Salvador, há uma correlação de forças que, de um lado, acolhe e enaltece a presença de pessoas trans* quando permite a existência delas em suas dependências e, de outro, ancora-se na tradicionalidade, construída na/pela busca de um ideal de pureza que as religiosidades afro-brasileiras não alcançaram em sua totalidade (se é que algum dia alcançarão)⁴⁷ para negar tal vivência, corroborando o discurso disseminado na sociedade "cisheteropatriarcal" (Viviane VERGUEIRO, 2015) de que os corpos devem servir às suas funções sociais (reprodução) e assim manter a ordem de todas as coisas – padrão social heteronormativo.

Como demonstra Miriam Rabelo (2014, p. 279), o Candomblé é definido pelas "multiplicidades" que precisam "ser encaminhadas e desenvolvidas" ao longo dos processos relacionais, muito embora elas não sejam fáceis de delinear. E não são fáceis por conta das complexidades que a religião de matriz africana tem em relação aos dogmas adotados pela relação colonial estabelecida entre as religiões afro e as religiões de orientação cristã. Embora não sejamos orientadas(os) por um livro dogmático, possuímos diversas regras que "norteiam"⁴⁸ nossas práticas cotidianas, rituais e litúrgicas.

⁴⁷ Esse conceito foi debatido exaustivamente no campo antropológico e em suma se considera impertinente essa noção de pureza dos candomblés, uma vez que existem traços de outras matrizes religiosas compondo a ritualística do Candomblé desde a sua gênese. Para mais sobre o tema ver Beatriz Goes Dantas (1988) e para uma crítica ao modo como Dantas desenvolveu o tema, ver Gabriel Banaggia (2008).

⁴⁸ Ironizamos aqui a norma gramatical culta que nos impele ao uso de termos coloniais ainda que não nos percebamos fazendo esse uso.

Tratando do campo social Candomblé, é fato que pessoas trans* não se sintam pertencentes ao espaço religioso em função do modo como as demais pessoas adeptas da religião lidam com os seus processos identitários. Os dogmas são a pura representação do impedimento e da negação do modo de ser e existir dessas pessoas, o que corrobora para uma relação meramente comercial (e pontual), na qual as demandas emergenciais de uma parte e outra são sanadas a partir das necessidades de ambas.

Em outra hipótese, pensamos que as identidades trans*, em razão do discurso de aceitação irrestrita do Candomblé, possam ter percebido que essa aceitação nada mais é que uma moeda de troca, na qual elas precisam abdicar de uma parte primordial de suas vidas: a sua identidade de gênero, em detrimento de um acolhimento que nunca será completo, tal qual a totalidade do processo redesignador, que tem tomado outras dimensões para as comunidades trans* e, com isso, deixado de ser uma pauta primordial para a maioria destas pessoas. Entretanto, em que medida se dá esse acolhimento a partir da perspectiva trans*?

Uma estratégia para sair do campo da invisibilidade é galgar o posto hierárquico de maior representatividade no Candomblé, como fez Alana, que vem potencializando a desconstrução do preconceito contra pessoas trans* como líderes religiosas, a partir de micropolíticas em sua casa de Candomblé – e fora dela. Outra possibilidade é um processo de sensibilização de outras lideranças religiosas do Candomblé, no sentido de possibilitar diálogos sobre as identidades trans*. Para nossa perspectiva *queer*/feminista, pessoas trans* deveriam, em alguma medida, se empoderar conjuntamente para se firmarem como pessoas de direitos em suas comunidades religiosas.

De acordo com o pensamento das pessoas trans* interlocutoras desse texto, apontar as ações de discriminação colocaria suas/seus dirigentes para pensar sobre as ações de deslegitimação de suas identidades, ao passo que empoderar-se coletivamente é um possível caminho para a mudança desses paradigmas estabelecidos por uma sociedade construída sob os alicerces de uma herança colonial. Mas acreditamos que existem alguns impeditivos para essas práticas. Dentre eles, o mais importante, seria que as(os) dirigentes não estão dispostas(os) a aceitar/respeitar as diversidades de gênero e sexuais, de modo efetivo, em suas casas, por uma pseudo preservação de um ideal de pureza de Candomblé que, em um mundo em constante transformação, é impensável. Ou ainda em função do pressuposto de que as pessoas trans* desestabilizem as identidades sexuais e de gênero hegemônicas, o que intensificaria o medo da modificação das estruturas “tradicionais” arraigadas nas CTTO’s. Concordamos que há uma aceitação das identidades dissidentes nos espaços religiosos do Candomblé baiano, quiçá do Brasil inteiro. Entretanto, a condição de um terreiro promover a aceitação irrestrita não significa que essa prática seja comum a todos os terreiros, haja vista que as cabeças hierárquicas são mundos distintos.

Outro olhar: aceitações e rejeições de dirigentes

Dirigentes enfatizam que aceitam as diversidades de gênero desde que sejam as(os) suas/seus filhas(os) trans* comportadas(os) dentro das normas de gênero esperadas. A òyàlorixá Sandra Santos insiste no modo tradicional como as casas de Candomblé foram constituídas e no caso de Alana, ela afirma que embora ela *“seja uma boa filha de santo, não me sinto à vontade para ver ela vestir baiana”*, apenas porque não pode ir de encontro com os ensinamentos deixados pelo Babalorixá que a iniciou. É importante salientar que em geral as mulheres têm um papel importante na condução das atividades do terreiro, logo podemos inferir que a dinâmica de atividades direcionadas para homens e mulheres cai por terra quando elas assumem a grande maioria das atividades da casa. A dirigente entende os processos de sua filha de santo, contudo, se mantém voltada aos ensinamentos de suas/seus mais velhas(os), afirmando que:

[...] Eu tenho muita restrição ainda, por causa do meu Axé. Do meu Pai de Santo. Era uma coisa que ele não fazia. Mas, ele não aceitava. Outra coisa também aqui na roça que a gente não aceita é Ogan ficar dançando. Dizem que é discriminação, mas isso já vem do meu Axé. Muitos aqui da roça estão se afastando, ou estão ficando meio assim comigo, pelo fato de não aceitar. Porque eu tenho homens aí que eles querem fechar na roda de Candomblé. Fechando. Então, a casa dos outros é melhor para eles estarem. Ali não está me dizendo nada. Não tenho isso comigo (SANDRA, entrevistada em 18 de março 2017).

O Babalorixá Edvaldo Araújo enfatizou em vários momentos de sua fala que Luana sempre foi muito bem recebida na CTTO, entretanto, como afirmar que ela se sentia parte da comunidade, uma vez que a identidade de gênero dela é vilipendiada? Escamotear a identidade de gênero de Luana era uma maneira que o dirigente e as outras pessoas da hierarquia da casa encontravam para pseudo-acolher a sua diversidade trans*. Importa-nos enfatizar que, sob o olhar dirigente, ela estava sendo acolhida, muito embora reflita que *“os papéis que ela desempenhava aqui em casa, era associado ao feminino porque no Ilê Axé Ya Nasso Oká⁴⁹ as pessoas de orixás femininos (Aiyaba) fazem atividades de mulher”*, e isso para o dirigente seria suficiente para se entender acolhendo a trans* identidade de sua filha. Assim, o Babalorixá quando perguntado sobre os papéis desempenhados por Luana, refere que:

[...] Nisso aí estava bem compactuado. “- Ah, mas Kel pode bater ejé?” “- Pode.” Ela é de yabá. Quando você passa para a liturgia,

⁴⁹ Este é um terreiro tradicional do Candomblé de Salvador/BA conhecido como Casa Branca do Engenho Velho, originado, segundo o seu mito fundacional, pelo Candomblé da Barroquinha.

you não depende do ser humano, you depende do orixá que ele carrega. “Ah, Xangô está ali, tem que ter uma yabá para tirar Xangô do lugar. Chama Kel que pode ser que aguente com outra mulher.” São três yabás carregando Xangô para lavar, para fazer um ato. You entendeu? Dentro do simbolismo litúrgico, ele não tinha nenhuma barreira como mulher. Entendeu? Porque por sorte dele, que ele é de Oxum (EDVALDO, entrevistado em 15 de abril de 2017)

O fato de Luana⁵⁰ desenvolver atividades habituais e ritualísticas como todas as mulheres da comunidade, não se dava pelo fato dela ser uma mulher trans*, mas pela associação direta com a(o) *Orisá* regente de sua vida ser feminina, uma Aiyaba, a *Orisá Osun*. Note-se ainda que o dirigente somente se refere à filha da CTTO, costumeiramente, utilizando pronomes masculinos o que configura um ato de extrema transfobia em relação a Luana Neves, ainda que ele não se perceba incorrendo nessa violência.

Desse modo, podemos entender que terreiros como o *Ile Axé Ajunsun Benoy*, liderado pelo Babalorixá Lomanto Ti Omolu, que tem diversas representações trans*, tem um papel importante (quicá fundamental) para promover o debate sobre as identidades trans* nas comunidades-religiosas do povo de CTTO. Há olhares distintos entre pessoas que dirigem casas de Candomblé. Nem mesmo o fato de serem elas LGBT’s dará às mesmas uma maior sensibilidade para o tema discutido, muito embora exista um sentimento de acolhida, essa não se dá sem algumas ressalvas.

Luana Neves, Mauro Gonçalves e Alana de Carvalho não são meros “objetos de pesquisa”, mas sim pessoas que têm personalidades distintas e modos diferentes de pensar e viver a religiosidade. Esses três mundos são intensos e cheios de experiências que foram (re)encontradas ou, ainda como sugere o termo do latim *religare*, religar-se às suas origens ancestrais. Estamos construindo um caminho para entender o porquê das rejeições que as comunidades-terreiro cometem para com as identidades trans*. Essas, em busca de uma acolhida verdadeira, se colocam sob a responsabilidade de pessoas que são persistentes em manter processos tradicionais (e equivocados) em um espaço que é mutável, assim como todo espaço organizado através de relações sociais.

Psicologia, identidades de gênero e sexuais: desafios e contribuições

As tessituras epistêmicas que compõem os estudos sobre as identidades trans* podem ser compreendidas a partir de marcos teóricos responsáveis por trazer o debate para o centro das discussões. O primeiro remete à perspectiva patologizante dessas identidades, defendida por Robert Stoller (1982) e, um segundo marco, a perspectiva da construção cultural do gênero e do sexo, que tem a sua efervescência nas contri-

⁵⁰ Ressalto que “Kel” é um apelido utilizado pelos integrantes da CTTO onde a interlocutora foi iniciada.

buições de Judith Butler (2017), perspectiva esta adotada por esse estudo. Em meio aos processos de (re)configurações constantes das narrativas que defendem os seus posicionamentos a respeito da transexualidade, a presente seção não tem como objetivo exaurir as abordagens construídas ao longo do tempo, uma vez que pensar as contribuições da Psicologia nesse contexto de pesquisa é um convite a refletir eticamente sobre as diversas possibilidades de existência dos corpos. Compreender a dinâmica relacional de pessoas trans* no Candomblé, pensando os processos de subjetivação, nos possibilita, para além das investigações culturais, questionar as produções de conhecimento hegemônicas que não legitimam as inúmeras formas de existência.

A Psicologia ainda centra a maioria dos seus estudos sobre identidades com um viés binário e cisheteronormativo quando se refere às questões das dissidências sexuais e de gênero. Influenciada pelas ciências médicas, sexológicas e o paradigma da ciência moderna, a Psicologia ainda estrutura suas produções “[...] em aspectos descritivos dos comportamentos sexuais e, com frequência, apresentavam conclusões de tendência normativa e disciplinar” (Lenise BORGES, et al. 2013, p. 731).

O surgimento dos Estudos *Queer* vai estranhar a noção de ser humano proposta pela Ciência Moderna, trazendo no bojo de suas discussões um deslocamento epistêmico da centralidade direcionada às práticas sexuais para as identidades. É importante pensar que a construção dos discursos sobre gênero na Psicologia abarca epistemologias bastante heterogêneas, podendo ser classificadas em duas perspectivas de produção teórico-metodológicas: a perspectiva empiricista, que versa sobre estudos a partir de lógica essencialista, e a perspectiva que opera com os discursos construcionistas.

Para Lenise Borges, *et al.* (2013), a primeira perspectiva está embasada por um paradigma que predominou e orientou a Psicologia na primeira metade do século XX, compreendendo a sexualidade enquanto sistema inato e estável, sem possibilidade de fluidez no decorrer da vida humana. Por outro lado, o construcionismo acredita que identidades de gênero e sexuais são processos construídos culturalmente, alicerçados aos mecanismos sociais, num processo de aprender estando no mundo.

No contexto de um terreiro de Candomblé, espaço que supostamente se constrói a partir de uma filosofia de acolhimento, pessoas trans* se veem entre encruzilhadas relacionais que atravessam os seus corpos de maneiras distintas – como percebemos nas trajetórias de vida das pessoas trans* interlocutoras desse estudo: Luana Neves, Mauro Gonçalves e Alana de Carvalho. Segundo Carmem Giongo, Lislaine Menegotto e Simone Petters (2012), os discursos de violência são uma realidade frequente no processo de subjetivação dessas pessoas, pois, percebemos os desafios e dificuldades enfrentadas pelas(os) interlocutoras(es) nesses espaços. A perspectiva de acolhimento nem sempre revela as estruturas dos terreiros de Candomblé, uma vez que vivemos em uma cultura LGBTfóbica, binária e cisheteropatriarcal.

Segundo o Grupo Gay da Bahia, a cada 19 horas uma/um LGBT é vítima do sistema de morte, ocasionado pela LGBTfobia no Brasil, o que coloca o país como campeão mundial em crimes contra minorias sexuais (Luiz MOTT; Eduardo MICHELS, 2019). Por mais que uma casa de Candomblé tenha, no interior dos seus princípios, o cuidado com as(os) suas/seus filhas(os), o contexto sociocultural também constrói as cosmovisões contaminadas pela perspectiva colonial de pensar as nossas corporalidades. A Psicologia, enquanto ciência das relações e do comportamento humano, tem muito a contribuir em relação à promoção da saúde mental de pessoas trans*, tanto em âmbitos institucionais, de políticas públicas, quanto em estratégias de intervenção no *setting* terapêutico.

Nesses entrelaçamentos, entende-se que a religião é um fenômeno social. Desde os processos históricos mais progressos relacionados à humanidade, rituais, ritos, crenças e doutrinas religiosas sempre fizeram parte de diversas civilizações. De acordo com Karine Cambuy, Mauro AmatuZZi e Thais Antunes (2006), a sociedade tem suas bases nos processos socioeconômicos e na divisão sexual do trabalho, marcos sociológicos que atuaram nas transformações em diversas esferas de poder, entretanto, o sagrado sempre esteve presente no cotidiano das relações humanas.

Ainda segundo as autoras, cada vez mais, questões voltadas à religião adentram a clínica psicológica, em espaços institucionais e consultórios particulares. Nessas disposições, a religião não só se apresenta como uma possibilidade eventual nas narrativas de pacientes, mas também enquanto um processo elementar que atravessa a sua saúde mental, isto é, na maioria das vezes, a religião está estreitamente vinculada às noções de avanços psicoterapêuticos (Karine CAMBUY; Mauro AMATUZZI; Thais ANTUNES, 2006). Dessa maneira, se pensarmos a saúde mental de pessoas trans* que estão em contextos religiosos, isso toma uma dimensão ainda maior, uma vez que a Psicologia ainda atravessa os desafios epistêmicos em conceber gêneros e sexualidades para além de uma perspectiva binária e essencialista, no que tange o Brasil.

Assim, um dos grandes desafios da Psicologia frente às questões de identidades de gênero, sexuais e do campo da religião está centrado no combate à essencialização do sistema sexo/gênero, além da ausência de uma abordagem transversal dos estudos degênero nas universidades, espaços que qualificam e instrumentalizam as pessoas para o exercício da profissão. Por outro lado, a crescente busca por psicoterapias é real, uma vez que a negação/resistência da sociedade violenta as identidades dissidentes e, infelizmente, em muitos terreiros de Candomblé isso não seria diferente.

Compreender as dinâmicas da violência vivenciadas por pessoas trans*, em um contexto de terreiro de Candomblé, significa empreender análises investigativas que tentem articular questões estruturais e de macropolítica para a construção de ferramentas terapêuticas que façam sentido para esses corpos, afinal, como anuncia a psicóloga Conceição Nogueira (2017, p. 137), “a identidade é interseccional”. A Psicologia,

enquanto ciência, caminha lentamente no combate a LGBTfobia, pois ainda existem profissionais despreparadas(os) para lidar com temáticas relacionadas às identidades de gênero e sexuais. Ainda assim, contribuições consideráveis favorecem ou pelo menos incitam um projeto de Psicologia que articule Direitos Humanos e políticas públicas, compreendendo as engrenagens das diversas experiências.

A criação do primeiro “Guia de referências técnicas e teóricas sobre Psicologia, Sexualidades e Identidades de Gênero”⁵¹, lançada no ano de 2018, pelo Grupo de Trabalho Psicologia, Sexualidades e Identidades de Gênero do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (GTPSIG/CRP-03) se configura enquanto uma grande conquista para a categoria. Com o compromisso de ampliar o leque de atuações no exercício profissional da Psicologia, o Guia, em formato de Cartilha contempla, com base nos princípios éticos da Declaração dos Direitos Humanos, conceitos, resoluções, referências de diversas áreas do saber, além de diversas outras produções.

Outro marco histórico que reverbera em reflexões da prática psicológica se refere à decisão da Organização Mundial de Saúde em retirar a “transexualidade”⁵² da lista de doenças mentais, em 2018. A publicação da mais recente revisão do Manual de Classificação Internacional de Doenças (CID-11) sinalizou a remoção do termo “incongruência de gênero”, utilizado para se referir às identidades trans*. Transformações como essas são resultado de uma luta dos movimentos sociais transfeministas e feministas decorrentes de anos, que se articulam com inúmeras categorias e instituições sociais para pensar em prol da igualdade e liberdade de direitos.

Portanto, a Psicologia deve ser compreendida como um campo do conhecimento que, dentro das suas tramitações éticas, promova o reconhecimento dos corpos a partir de um processo autônomo e que permita o livre trânsito das identidades de gênero e sexuais. A prática psicológica, enquanto profissão, precisa abarcar trajetórias múltiplas para a construção de intervenções que promovam o bem-estar de maneira holística. Operar com um pensamento binário, cisheteronormativo e patologizante das identidades trans* vai de encontro ao que a Declaração Universal dos Direitos Humanos defende. E se a Psicologia visa, para além de qualquer pressuposto científico, a promoção da qualidade de vida e saúde mental das pessoas, a escuta clíni-

⁵¹Vale ressaltar a existência de outras produções (livros, cartilhas e artigos) publicadas por alguns Conselhos Regionais de Psicologia do Brasil, como também o Conselho Federal de Psicologia, referentes aos Estudos de Gênero, Sexualidade e Diversidade. Para mais detalhes, consultar: <<https://crp03.phl-net.com.br/cgi-bin/wxis.exe?IscScript=phl83.xis&cipar=phl83.cip&lang=por>>; <<https://site.cfp.org.br/publicacoes/livros/page/2/>>; <<https://site.cfp.org.br/publicacoes/relatorios-e-cartilhas/>>.

⁵²Nos referimos ao termo de modo aspeado por se tratar de uma categoria médico-jurídica e não potencializar as diversas vivências e possibilidades no campo das identidades trans*.

ca – em diversos contextos de atuação, só terá caráter legítimo quando nos despirmos de qualquer julgamento moral que inviabilize o direito à vida e à liberdade, para ser o que o desejo autoriza, a despeito de qualquer trajetória.

Para concluir...

Luana Neves se define em sua afinidade com o sagrado e sua relação direta com Oxum. Para ela, os afastamentos das(os) adeptas(os) da religião ocorrem, em boa parte, pelas relações de poder constituídas nos espaços de terreiro. Para o bem ou para o mal, as práticas de inclusão (e exclusão) de pessoas trans* e travestis dos terreiros de Candomblé ainda são muito incipientes, se tomarmos como base os enfrentamentos que pessoas LGBT's apontaram nas últimas décadas.

Mauro Gonçalves, como já dito, afirma sempre a sua relação com *Orisás* (sua família ancestral) *Ossain* e *Esu*, *Orisás* de movimento e continuidades. *Esu* como *Orisá* envolvido com a criação, comunicação e com todas as formas de provento, as(os) suas/seus filhas(os) são afortunadas(os) no que diz respeito a seus caminhos criativos. Para *Ossain*, dono e senhor das folhas, a cura é o caminho efetivo para lidar com as agruras da vida cotidiana. *Ossain* nos revela um rapaz com vigor, criativo pela astúcia de Exu e vivo como todos as(os) *Orisás*, afinal, como ele mesmo afirma, *Orisás* são vivos!

Para Alana de Carvalho, tudo tem o seu momento devido. Cantar, dançar, jejuar... Tudo depende da postura e, nesse quesito, ela se destaca diante das comunidades religiosas. O tom político que Alana traz às suas falas atesta que urge reivindicar que nossas casas de culto, antes de serem consideradas templos religiosos, as casas de *Orixás*, são quilombos de resistência.

Nesse sentido, o cerne pretendido pelas(os) ancestrais das tradições candomblecistas, sob hipótese alguma, depõe contra qualquer segmento social. Pessoas trans* serão filhas(os) da mesma maneira que outras pessoas que batam às portas de uma casa de Candomblé. As práticas sexuais devem sempre ser deixadas para além dos portões de nossas casas de culto. Entretanto, nossas sexualidades, nossas identidades de gênero são partes constitutivas das nossas vidas, não podendo, desse modo, ser distanciadas de nossas vivências.

Por outro lado, abordagens mais interdisciplinares ainda ocupam um pequeno espaço ao se pensar um currículo para as graduações em Psicologia. A ausência de uma transversalização dos estudos de gênero nas universidades impacta consideravelmente no preparo das(os) profissionais psicólogas(os), que insistem em construir as suas intervenções seguindo uma lógica cisheteronormativa e binária para pensar a saúde mental das(os) suas/seus pacientes. No trânsito de suas experiências, as pessoas trans* vivenciam a transfobia de diversas formas, desde perspectivas simbólicas às perspectivas letais da violência.

Além disso, a urgência de uma Psicologia Feminista (Conceição NOGUEIRA, 2017), que considere a experiência enquanto processo fundamental para a promoção da saúde mental, precisa ser pensada enquanto estratégia eminentemente ética, considerando qualquer narrativa uma possibilidade real de existência.

Às teóricas transfeministas e feministas, as(aos) militantes LGBT's, ao poder público, urge a necessidade de diálogos intensos e efetivos para com as pautas trans*. É provável que a partir dessa frente unificada em prol da dignidade da pessoa humana e trans*, o respeito pelas pessoas trans* (para além da aceitação delas), por suas comunidades religiosas, seja de fato um ganho, respeitando os processos identitários, seus percursos e idiossincrasias.

As pessoas trans* que foram apresentadas neste trabalho têm envolvimento, em maior e menor grau, com o campo das políticas públicas para a efetivação de direitos humanos da população LGBT. Alana, do lugar de militante política, possui uma inserção em espaços de discussão política e, de certa forma, influencia no modo como ela lida com as práticas de respeito às identidades trans*. Suas/seus filhas(os) (iniciadas(os) ou não) têm como perspectiva de vida o respeito às identidades trans*. Que isso um dia ocorra em todas as casas de axé!

Referências

BOMFIM, Patrick Thiago dos Santos. **Discriminação e preconceito**: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1939/1/Texto%20completo%20Patrick%20Thiago%20Bomfim%20-%202009.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BORGES, Lenise Santana; CANUTO, Alice de Alencar Arraes; OLIVEIRA, Danielle Pontes de; VAZ, Renatha Pinheiro. Abordagens de Gênero e Sexualidade na Psicologia: Revendo Conceitos, Repensando Práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, v. 33, n. 3, p.730-745, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n3/v33n3a16.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA BAHIA. **Psicologia, sexualidades e identidades de gênero**: guia de referências técnicas e teóricas. Salvador: Conselho Regional de Psicologia da Bahia/CRP – 03, 2018. Disponível em: <<https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2019/01/CRP03-Cartilha-Psicologia-Sexualidades-e-Identidades-de-G%C3%AAnero-1.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2019.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMBUY, Karine; AMATUZZI, Mauro Martins; ANTUNES, Thais de Assis. Psicologia Clí-

nica e Experiência Religiosa. **Revista de Estudos da Religião**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 3, p. 77-93, 2006. Disponível em: < https://www.pucsp.br/rever/rv3_2006/p_cambuy.pdf >. Acesso em 8 jun. 2019.

DIAS, Claudenilson da Silva. **Identidades trans* e vivências em Candomblés de Salvador**: entre aceitações e rejeições. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28601/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20OK%20230418.pdf>>. Acesso em 3 jun. 2019.

DIAS, Claudenilson; COLLING, Leandro. Resistências e rejeições nas vivências de pessoas trans no Candomblé da Bahia. **EX AEQUO (OEIRAS)**, Portugal, v. 1, p. 95-110, 2018. Disponível em: <<https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/resistencias-e-rejeicoes-nas-vivencias-de-pessoas-trans-no-candomble-da-bahia>>. Acesso em 22 jun. 2019.

GIONGO, Carmem Regina; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; PETERS, Simone. Travestis e Transexuais Profissionais do Sexo: Implicações da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 32, n. 4, p. 1000-1013, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n4/v32n4a17.pdf>>. Acesso em 8 jun. 2019.

GOIKOETXEA, Itziar Gandarias; FERNÁNDEZ, Nagore Garcia. **Producciones narrativas**: uma propuesta metodológica para la investigacion feminista. In: _____. Otras Formas de (Re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicativos desde la investigación feminista. Bilbao: UPV/EHU, 2014.

JESUS, Fátima Weiss de. **UNINDO A CRUZ E O ARCO-ÍRIS**: vivência religiosa, homossexualidade e trânsitos de gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://nigs.ufsc.br/files/2012/01/TESE-FATIMA-WEISS-FINAL.pdf>>. Acesso em 7 jun. 2019.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo. **Grupo Gay da Bahia**: mortes violentas de LGBT no Brasil. Relatório, 2019. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contralgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>>. Acesso em 5 jun. 2019.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periodicus**, Universidade Federal da Bahia, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/17181/11338>>. Acesso em 9 jun. 2019.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Salvador, Bahia: Editora Devires, 2017.

RABELO, Miriam. **Enredos, Feituras e modos de cuidado**: dimensões da vida e da convivência no candomblé. Salvador: Edufba, 2014.

RIBEIRO, Luiz Albero Faria. **Deus é para todos?**: travestis, religião e inclusão social. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0710336_09_Indice.html>. Acesso em 8 jun. 2019.

ROMBA, Rui Martins. **O Candomblé no Terreiro de Pilão Branco em São Paulo**: Estudo de Caso sobre o impacto da religião no cotidiano de praticantes Pessoas Trans. Dissertação (Mestrado) - Universidade Aberta de Portugal, Portugal, 2015. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4463/1/Tese%20Mestrado%20%20Rui%20Martins%20Romba.pdf>>. Acesso em 5 jun. 2019.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O Conceito de Saúde. **Revista de Saúde Pública**, Universidade de São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v31n5/2334.pdf>>. Acesso em 9 jun. 2019.

STOLLER, Robert J. **A experiência transexual**. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

RETRATOS DE AÇÕES QUE O GTRGP ORGANIZOU E PARTICIPOU (2017 – 2020)



Evento Visibilidade Trans
Sede do CRP-03, janeiro de 2017



Lançamento do livro "Gênero na Psicologia: Saberes e Práticas"
Sede do CRP-03, março de 2017



Lançamento do livro "Gênero na Psicologia: Saberes e Práticas"
Sede do CRP-03, março de 2017



Mês das Mulheres
Sede do CRP-03, março de 2017



Mês das Mulheres. 8M
Salvador, março de 2017



Planejamento Estratégico

Salvador, 2017



Transformando o (Cis)tema

Sede do CRP-03, maio de 2017



CRP Itinerante. Marcha das Mulheres

Barreiras, março de 2017



Evento Formação da União Latino Americana de Psicologia - ULAPSI.

São Paulo, 2017



Lançamento do "Livro Gênero na Psicologia: Saberes e Práticas". I Seminário da ULAPSI.

Paraguai - Assunção, junho de 2017



Mesa sobre Gênero, Raça e Sexualidade na Psicologia Latino-Americana. I Seminário da ULAPSI.

Paraguai - Assunção, junho de 2017



Marcha pela vida das Mulheres. 13º Mundo das Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11

Florianópolis, julho-agosto de 2017



13º Mundo das Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Apresentações de Trabalhos sobre Gênero e Sexualidade. Apresentação do livro Gênero na Psicologia: Saberes e Práticas

Florianópolis, julho-agosto de 2017



I Encontro sobre Saúde Mental, Gênero e Violência
Salvador, setembro de 2017



I Encontro sobre Saúde Mental, Gênero e Violência
Salvador, setembro de 2017



Marcha pela Vida das Mulheres, na Festa de Iemanjá
Salvador, fevereiro de 2018



Gravação do vídeo sobre os 10 Anos do GTRPG
Biblioteca do CRP-03



Evento em comemoração aos 10 Anos do GTRPG.
Sede do CRP-03, março de 2018



Evento em comemoração aos 10 Anos do GTRPG.
Sede do CRP-03, março de 2018



Marcha das mulheres. 8M
Salvador, março de 2018



Fórum Social Mundial
Salvador, março de 2018



Debate sobre o filme "Para Além dos Seios"
Cinema da UFBA, março de 2018



3ª Semana de Gênero e Diversidade da UFBA.
Apresentação de pôster sobre o GTRGP.
Salvador, abril de 2018



Evento Empoderamento Feminino
Eunápolis, março de 2018



Evento Psicologia e o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher
Itabuna, março de 2018



CRP Itinerante Região Vale do São Francisco.
Mesa sobre Psicologia e Diversidade
Juazeiro, junho de 2018



CRP Itinerante Região Vale do São Francisco.
Mesa sobre Saúde Mental e Laicidade
Paulo Afonso, junho de 2018



Evento Julho das Pretas
Sede do CRP-03, julho de 2018



Evento sobre Saúde Mental das Mulheres
Paraíba, 2018



II Encontro sobre Saúde Mental, Gênero e Violência
Salvador, agosto de 2018



II Encontro sobre Saúde Mental, Gênero e Violência
Feira de Santana, agosto de 2018



**Conselho Itinerante Região Extremo Sul.
Minicurso sobre Violência Contra Mulher
e Notificação Compulsória**
Eunápolis, setembro de 2018



**Conselho Itinerante e Seminário de Direitos
Humanos. Mesa Gênero, Bem Viver Indígena
e Promoção de Direitos**
Porto Seguro, setembro de 2018



Mostra de Psicologia e Políticas Públicas. Apresentação de trabalhos, sendo um deles: Mulheres, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Ações do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia
Vitória da Conquista, outubro de 2018



Evento sobre Masculinidades
Sede do CRP-03, novembro de 2018



V Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão. Mesa Movimentando as Psicologias nos Quatro Cantos da Bahia: Direitos Humanos, Políticas Públicas e Interiorização
São Paulo, dezembro de 2018



V Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão. Lançamento do livro "Gênero na Psicologia: Saberes e Práticas"
São Paulo, dezembro de 2018



Reunião do GT Mulheres e Políticas – CFP
Brasília, 2019



Lançamento do "Guia de Referências Técnicas e Teóricas em Psicologia, Sexualidades e Identidade de Gênero" (CRP-03, 2019)
Sede do CRP-03, janeiro de 2019



Marcha das mulheres. 8M Salvador
Salvador, março de 2019



Lançamento da campanha do CFP Discurso de Ódio Não
Sede do CRP-03, março de 2019



CRP Itinerante na Região Chapada
Seabra, 2019



**Participação em programa de TV
com o tema Masculinidade Tóxica**
Salvador, maio, 2019



**CRP Itinerante na Região Santa Cruz. Mesas
e debates sobre Gênero, Raça, Sexualidades.
Lançamento do GT Gênero e Diversidade - Ilhéus**
Ilhéus, junho de 2019



**II Seminário Internacional da ULAPSI. -
União Latino Americana de Psicologia.
Atividades em mesas redondas sobre Mulheres
e as Questões de Gênero na América Latina**
Recife, julho de 2019



**II Seminário Internacional da ULAPSI. - União Latino
Americana de Psicologia. Lançamento do livro
"Gênero na Psicologia: Saberes e Práticas"**
Recife, julho de 2019



3º Curso de Direitos Humanos
Sede do CRP-03, agosto de 2019



3º Curso de Direitos Humanos
Sede do CRP-03, agosto de 2019



Mês das Psicologias. Cine Debate sobre Saúde Mental
Eunápolis, agosto de 2019



Mês das Psicologias. Atividade com a Temática Mulheres e Violência
Seabra, agosto de 2019



Lançamento do livro "Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTI's" (CFP2019)
Sede do CRP-03, 2019



Lançamento do livro "Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTI's" (CFP2019)
Sede do CRP-03, 2019



Participação em programa de TV com o tema Violência Contra a Mulher
Salvador, 2019



Participação nas etapas do COREP-BA, 2019
Salvador, 2019



Visibilidade Trans
Sede do CRP-03, janeiro de 2020



Participação em programa de TV com o tema Relacionamento Abusivo

Salvador, março de 2020



Marcha das Mulheres. 8 M Salvador

Salvador, março de 2020



Reuniões



Reuniões



Posse do XV Plenário do CRP-03

Salvador, 2016



Posse do XVI Plenário do CRP-03

Salvador, 2019

QUEM É QUEM



Alessa Montalvão Oliveira Denega

Psicóloga (CRP 03/12146) graduada pela Faculdade Ruy Barbosa. Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM/UFBA. Pós-graduanda da Especialização em Psicoterapia Analítica (Instituto Junguiano da Bahia/Escola Bahiana de Medicina e Saúde pública). Integrante do Grupo de Trabalho Relações de gênero e Psicologia CRP03. Coordenadora do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau Salvador, unidade Pituba. Professora orientadora de Trabalhos de Conclusão de Curso sobre gênero e diversidade.

Contato: alessadenega.psi@gmail.com



Almerison Cerqueira Passos

Homem negro, poeta, candomblecista, psicólogo (CRP 03/9143) e Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Salvador. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pela Universidade Federal da Bahia. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCus/UFBA), e do Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA/UFBA).

Contato: cerqueira@hotmail.com



Claudenilson da Silva Dias

Bacharel em Humanidades, Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da FFCH/UFBA. Pesquisador permanente do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros, e Sexualidades – NUCUS (IHAC/CULT/UFBA).

Contato: diasgph@gmail.com



Clarissa Iris Rocha Leite

Psicóloga (CRP 03/04658) pela Universidade Estadual da Paraíba (2007); Supervisão em Psicologia Comunitária. Docente nos cursos de Psicologia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui Mestrado em Medicina e Saúde pela Universidade Federal da Bahia (2012). Especialista em Psicologia Social (EditalCFP02/2014). Doutoranda em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia. Em sua trajetória acadêmica encontram-se produções no âmbito da Psicologia Social e da Saúde. Militante do Movimento de Luta Antimanicomial. Movimento Indígena. Integrante da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). Compõe o núcleo Abrapso Bahia.

Contato: clarissa.i.leite@gmail.com



Darlane Silva Vieira Andrade

Psicóloga (CRP03/03187) e Especialista em Psicologia Conjugal e Familiar pela Faculdade Ruy Barbosa; Mestra e Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA), Pós-doutorado na Universidade de Manchester, Reino Unido. Professora Adjunta do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Integrante-fundadora do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP) e da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero (COMREG) do CRP-03.

E-mail: darlane.andrade@ufba.br / darlane@crp03.org.br



Fabricio de Souza

Graduado em Psicologia, Doutor em Psicologia pela UFES e pós-doutoramento na Universidade de Manitoba (Canadá) e no Paradigma - Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento, São Paulo, Brasil. Professor Associado I no Instituto de Psicologia da UFBA. É pesquisador na área de Psicologia do Desenvolvimento com interesse em processos evolutivos, funcionais e de aprendizagem presentes nas interações sociais de crianças e adolescentes.

Contato: fabricius.souza@gmail.com



Fernanda Torres Faggiani

Psicóloga (CRP-07/15539), Graduação em Educação Física; Especialista e Mestre em Psicologia Esportiva; Doutora em Psicologia pela PUC RS; Professora da Escola de Ciências da Saúde e da Vida (PUCRS); Coordenadora do Projeto de Atividade Motora Adaptada do curso de Educação Física; Integrante e pesquisadora do Grupo de Estudos Olímpicos (PUCRS); Psicóloga do Departamento de Formação do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

Contato: fernanda.faggiani@pucls.br



Gilmaro Nogueira

Doutorando no Programa Multidisciplinar Cultura e Sociedade – UFBA, Mestre no Programa Multidisciplinar Cultura e Sociedade – UFBA, Pós-graduado em Atenção ao Usuários de Álcool e outras Drogas – CETAD/UFBA, Especialista em Estudos Culturais, História e Linguagens – UNIJORGE, Integrante do Núcleo de Pesquisa em Cultura e Sociedade – NUCUS/UFBA, Psicólogo (CRP 03/ 5381) e Docente do Curso de Psicologia da Uniruy/Widen.

Contato: gibahpsi@gmail.com



Graciele Mendes de Carvalho

Psicóloga (CRP03/13443) graduada pela Universidade Tiradentes (UNIT). Especialista em Educação em Direitos Humanos (UFBA) e em Psicologia Educacional (UNIASSELVI). Mestranda em Educação e Diversidade (UNEB) e integrante do Grupo de Pesquisa Formação, Experiência e Linguagens – FEL UNEB/CNPq. Atua na área de psicologia escolar.

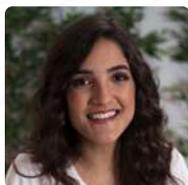
Conto: gracielli.psicologia@gmail.com



Helena Miranda dos Santos

Psicóloga (CRP-03/5055) graduada pela Faculdade Ruy Barbosa, Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Psicóloga Orientadora Fiscal do Conselho Regional de Psicologia - CRP 03. Integrante-fundadora do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia do CRP-03. Coordenadora do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Delta/Unime Salvador. Integrante do Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos - NAID da Faculdade Delta/Unime Salvador. Estudiosa da área de gênero em articulação com a Psicologia.

Contato:hmirandapsicologa@gmail.com



Lara Araújo Roseira Cannone

Psicóloga (CRP 03/16810) pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Pesquisadora nas temáticas de gênero, sexualidades, feminismo, história da psicologia e saúde mental. Atua como psicóloga clínica. Integrante de Grupos de Trabalho no Conselho Regional de Psicologia 3ª Região-BA, atual coordenadora do GT Relações de Gênero e Psicologia.

Contato: laracannone@gmail.com



Maéli Arali Lima Rodrigues

Psicóloga (CRP - 03/21006) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestranda em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Durante sua formação desenvolveu pesquisas sobre experiências estudantis, políticas LGBT, prostituição feminina, raça, gênero e classe. Fez parte da gestão da Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP), do Grupo de Pesquisa Enlace, do Laboratório Interdisciplinar de Políticas LGBT (LABI) e do Grupo de Pesquisa Candaces. Suas principais atuações profissionais foram com oficinas terapêuticas e atividades voltadas para a saúde e cuidado de mulheres.

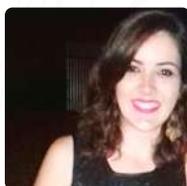
Contato: maelliaraliupaf@gmail.com



Máira Kubík Mano

É doutora em Ciências Sociais, professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA) e pesquisadora do NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher).

Contato: mairakubik@gmail.com



Milena Nogueira Azevedo

Psicóloga (CRP 03/14899), graduada pela Faculdade de Tecnologia e Ciências; Concluiu Residência Multiprofissional em Clínica da Pessoa e da Família (SESAB/EBMSP/Sociedade Hólon). Possui experiências em múltiplas instituições de saúde (NASF-AB 1, USF/UBS, CAPS I, II e III; Hospital), e foi coordenadora de um Nasf-AB (2017). Inclina-se, sobretudo, para área da saúde pública, questões de gênero, sexualidades e saúde mental.

Contato: milenaazevedo.psi@gmail.com



Paula Rita Bacellar Gonzaga

Filha de Oxum, nascida em Salvador na Bahia. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, onde também fez mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, vinculada ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexões de Saberes. Professora Assistente da Universidade Federal do Sul da Bahia onde coordena o Programa Integrado de Pesquisa, Extensão e Criação - Janaina Aparecida.

Contato: paularitagonzaga@gmail.com



Thaise Coutinho dos Santos

Psicóloga (CRP 03/8681), Especialista em Psicologia do Esporte (PUC-RS), Ex-Psicóloga do Esporte Clube Vitória. Atuou em projetos sociais esportivos e no esporte de alto rendimento com modalidades como futebol, judô, remo e League of Legends. Atualmente trabalha com atletas na clínica e com o público da terceira idade. Integrante dos Grupos de Trabalho de Psicologia do Esporte (GTPEs) da subseleção Sertão/Recôncavo e da sede Salvador do CRP-03; Integrante/Coordenadora do GTPEs da subseleção Sertão/Recôncavo (período 2016-2017) e do GTPEs Salvador (período 2013-2016) do CRP-03; Conselheira da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte - ABRAPESP (gestão 2015-2017)

Contato: thaisecs@yahoo.com.br



Vanina Miranda da Cruz

Psicóloga (CRP 03/03228) e MBA em Gestão de Pessoas (UNOPAR), Especialista em Educação em Direitos Humanos (Universidade Federal da Bahia), mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Coordenadora da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero do Conselho Regional de Psicologia da Bahia. Integrante do GTRGP/CRP-03. Docente no curso de Psicologia da Unime/Salvador.

Contato: vaninaprof@gmail.com



Prezadas(os) leitoras(es), saudações!

Eis aí o 3º livro do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP) do CRP-03; livro este que simboliza, em sua construção, a materialidade da luta deste nosso Conselho Regional de Psicologia da Bahia pelos Direitos Humanos, destacadamente em seus frentes de gênero, de sexualidade, de raça, de etnia e de demais interseccionalidades.

Este livro reacende questionamentos éticos e sociais que são a égide da nossa profissão e que fomentam a visão científica da Psicologia. É um abraço acolhedor que internaliza os Direitos Humanos e promove mais um avanço técnico-científico dos estudos de gênero de modo transversal.

Não se trata de apenas mais uma obra da Psicologia para pensar as relações aqui em questão; trata-se de um manifesto, uma carta aberta, uma defesa inconteste de que toda a vida nos interessa, e de que a Psicologia só pode se construir, como ciência e como profissão, se a Ética e os Direitos Humanos forem os astrolábios que nos guiam nestes tempos-maremoto em que navegamos.

Esta não é só mais uma produção do GTRGP, mas, sim, um novo marco, um novo ponto de início que inspirará a desconstrução e a reconstrução de nossos pensamentos como seres humanos, inspirando a abjuração de nossos corpos, evitando qualquer forma de preconceito e discriminação, reiterando o compromisso da Psicologia com a defesa da vida; dos Direitos Humanos.

Portanto, eis aí, pronto, o nosso mais novo estandarte. Que ele inspire movimento, nestas nossas Psicologias, e neste nosso jeito de amar e lutar, diariamente, pela nossa profissão, como instrumento de libertação de todas as pessoas, em todos os seus gêneros, em todas as suas sexualidades, raças, idades, diversidade!

Boa leitura!

Renan Vieira de Santana Rocha e Iara Maria A. da C. Martins

Presidência do XVI Plenário do CRP-03 (2019-2022)



Conselho Regional
de Psicologia

3ª REGIÃO - BA